

Revista de Estudos Culturais

EDIÇÃO 9 (2024)

EACH USP - São Paulo/ SP

A Revista Estudos Culturais é uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). A revista incentiva a submissão de artigos originais e resenhas em todas as vertentes dos Estudos Culturais.

Edição 9 (2024)

ISSN: 2446-7693

Rua Arlindo Böttio, 1000
Ermelino Matarazzo
São Paulo - SP - Brasil
CEP 03828-000

E-mail: revistaestudosculturais@gmail.com

Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revistaec>



Reitor

Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitor

Prof^a. Dr^a. Maria Arminda do Nascimento Arruda



Escola de Artes, Ciências e Humanidades
da Universidade de São Paulo

Diretor EACH-USP

Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha

Vice-Diretora EACH-USP

Prof^a. Dr^a. Fabiana de Sant'Anna Evangelista

**Programa de Pós-Graduação
em Estudos Culturais**

Coordenador

Prof^a. Dr^a. Valéria Cazetta

Suplente

Prof. Dr. André Fontan Kohler

Organizadores do Dossiê - Edição 8

Graziela Serroni Perosa

Editora Chefe

Luciana Dadico

Editores

Graziela Serroni Perosa

Jefferson Agostini Mello

Luiz Menna-Barreto

Maristela Carneiro

Sandra Lucia Amaral de Assis Reimão

Conselho Editorial

Ana Carolina D Escosteguy (PUC-RS)

Alfredo Veiga Neto (UFRG)

Aristóteles de Paula Berino (UFRRJ)

Luís Paulo de Carvalho Piassi (USP)

Maria Elisa Cevasco (USP)

Rachel Esteves Lima (UFBA)

Nicholas Brown (Universidade de Illinois)

Assistente editorial

Bianca Camila de Andrade Silva

Revisão de língua portuguesa

Cristiane Imperador

Projeto Gráfico e Diagramação

Maria Eduarda Andreazzi Borges

Anna Karolyne Souza Miranda

SUMÁRIO

EDITORIAL

Por Graziela Serroni Perosa

03 - 08

TRADUÇÃO

“L'OUVRIÈRE, MOT IMPIE, SORDIDE.”...O discurso da economia política francesa sobre as operárias (1840-1960)

09 - 46

Por Joan W. Scott

(Tradução Viviane Ramos / Revisão da tradução Graziela Serroni Perosa)

ARTIGOS

As mulheres e o voto

47 - 54

Por Letícia Bicalho Canêdo

Ser mãe na primeira metade do século XX: atribuição natural, aprendizado científico e dever cívico

55 - 77

Por Ana Laura Godinho Lima, Nathalia Marques Biazotto e Viviane Santos Oliveira

Rose Marie Muraro: catolicismo, feminismo, edição e censura

78 - 97

Por Sandra Reimão, João Elias Nery e Flamarión Maués

Estereótipos e fetichização das personagens nipo-brasileiras em telenovelas nacionais

98 - 123

Por Nayara Mika Kussaba Kirihara e Cristine Koehler Zanella

Pokémon e as fronteiras da identidade nas diferentes plataformas midiáticas

124 - 144

Por João Paulo De Oliveira Carmo, Maristela Carneiro E Bibiana Bragagnolo

VARIA

Ecos do Casmurro em Budapeste, de Chico Buarque

145 - 165

Por Jefferson Agostini Mello

Com enorme alegria, trazemos à público uma nova edição da Revista de Estudos Culturais, com o Dossiê “Representações de gênero, política e cultura”, organizado pela professora Graziela Serroni Perosa, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da USP.

Ao lançar a chamada, nosso intuito era trazer à luz trabalhos de pesquisa que vêm sendo desenvolvidos recentemente considerando a ambiguidade do termo *representação*, em particular no que diz respeito a temáticas de gênero. Isto porque, em sua dupla faceta, como analisa Gayatri Spivak, o conceito remete tanto à representação figurativa e categórica quanto à representação institucional e política – problema que se desdobra em um conjunto de questões pertinentes ao campo dos Estudos Culturais.

A chamada foi muito bem recebida pela comunidade acadêmica, que submeteu à apreciação de nosso corpo de pareceristas uma quantidade inédita de manuscritos. Essa procura expressiva nos trouxe muita satisfação, na medida em que expressa tanto a pertinência deste dossiê quanto o reconhecimento de nossos esforços em manter a regularidade e a qualidade da Revista de Estudos Culturais da USP.

Em virtude dessa demanda, associada à qualidade dos textos aprovados, nossa equipe editorial optou por publicar o presente dossiê em dois volumes.

Abrimos este volume um com a tradução primorosa empreendida por Viviane Ramos, e revisada por Graziela Serroni Perosa, de um ensaio inédito no Brasil, escrito pela historiadora Joan Scott, voltado ao discurso da economia política francesa sobre as operárias, a partir do século XIX - período marcado por uma intensa aceleração da industrialização. Confrontados com o fenômeno do crescimento do assalariado feminino, os homens públicos, os economistas políticos viam o trabalho feminino com preocupação e pessimismo. Esse rico estudo, traduzido em língua portuguesa pela primeira vez, dialoga com uma forte comunidade nacional e internacional de cientistas sociais, reconhecida e apreciada no vasto campo dos Estudos Culturais.

Pioneira nos Estudos de Gênero, Joan Scott é atualmente professora do Institute for Advanced Study in Princeton (EUA). Em abril de 2022, quando iniciamos

a troca de e-mails visando à autorização para a tradução, ela foi extremamente solícita ao responder nosso questionamento sobre a origem do texto:

Também não me lembro por que escrevi o artigo - exceto talvez pelo fato de que, ao ler o artigo de Jules Simon por outros motivos, fiquei impressionada com a veemência com que ele falava sobre o impacto negativo do trabalho remunerado sobre as mulheres (sobre a feminilidade). (Como se essas mulheres tivessem escolha!!!). Fonte: Troca de mensagens de e-mail em abril de 2022. Tradução nossa).

Na realidade, o texto traduzido neste dossiê foi originalmente publicado em inglês como sétimo capítulo do famoso livro *Gender and the politics of history* (1988), ainda indisponível em português. Mais tarde, esse capítulo foi traduzido e publicado em francês na *Revue Actes de la recherche en sciences sociales* por Pierre Bourdieu em 1990. O título do artigo “L’ouvrière mot impie, sordide” é mantido em francês, inclusive na versão em inglês. Por essa razão, optamos também por manter o título em francês e traduzir para o português o subtítulo. Vale lembrar que a revista *Educação & Realidade*, em 1995, traduziu e publicou o segundo capítulo deste livro da autora, o ensaio *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, que conta milhares de citações.

A leitura de “L’Ouvrière mot impie, sordide” leva o/a leitor/a a se dar conta da revolução material e simbólica que representou o crescimento do trabalho feminino. Não por acaso, o advento do assalariado feminino ameaçava o *status quo*, representado pelo ponto de vista dos homens públicos e economistas políticos, cujos discursos foram objeto de estudo de Scott. A operária, a mulher trabalhadora provocava enorme preocupação, angústia, hostilidade e até mesmo repulsa. O trabalho, sobretudo fabril, era, na melhor das hipóteses, um mal necessário. Muito frequentemente estava associado à prostituição, à venda do corpo como forma extrema da exploração capitalista na visão dos socialistas. Para outros, era um caminho sem volta para a degradação da família e dos valores morais que, no limite, expunham as mulheres à prostituição. O ensaio de Scott elucida, assim, as razões pelas quais o trabalho feminino era visto de forma tão depreciativa pelos economistas políticos -

fenômeno observado mais tarde também por Silvia Federici em *O patriarcado do salário* (2021) – quando a autora percebe o tom moralista que recai sobre o trabalho industrial das mulheres na obra de Marx, sob o mesmo argumento de perigo da prostituição (em função dos baixos salários) e ameaça ao cuidado dos filhos.

Partindo do mote famoso de Jules Michelet – “A operária! Palavra ímpia, sórdida, que nenhuma língua jamais teve!” –, Scott traz uma análise fundamental para a compreensão, seja da desvalorização do trabalho feminino, seja para o desprestígio que o termo trabalhadora/operária viria a carregar no seio da crítica da economia política. Mostrando como os discursos moralizantes afetavam especialmente as mulheres pobres, alcançando de maneira ainda mais forte as trabalhadoras que moravam sozinhas, Scott reflete sobre a marginalização da mulher operária como um produto histórico. À época, a superioridade do salário masculino era não apenas um dado de realidade, diferença esta percebida como natural e aceitável. O trabalhador deveria ganhar o suficiente para evitar o trabalho feminino, percebido como arriscado, sobretudo, quando em ambientes de trabalho mistos. Joan Scott, vai ao coração da questão feminina ao revelar a gênese sócio-histórica da desvalorização salarial do trabalho feminino que ainda persiste nos dias atuais.

O segundo artigo deste dossiê, “As mulheres e o voto”, de Letícia Bicalho Canêdo, recupera os argumentos usados a favor e contra o voto das mulheres brasileiras, cujo direito foi reconhecido pela primeira vez em 24 de fevereiro de 1932, pelo Código Eleitoral (decreto nº 21.076) promulgado por Getúlio Vargas. O Código passava a afirmar que eleitor era todo “cidadão maior de 21 anos sem distinção de sexo”, e trazia também a ideia de voto secreto, depositado em envelope fechado dentro de uma cabine – regra considerada importante para garantir que o voto das mulheres não seria uma mera extensão dos votos dos maridos, desde que a estrutura patriarcal das famílias, em que pesce a transição que vinha se operando desde o século XIX, ainda não havia sido alterada do ponto de vista legal (o pátrio poder só desapareceria do Código Civil em 2002).

Nas esparsas leis eleitorais produzidas no período do Império, o sexo não era mencionado. O direito ao voto era atribuído aos homens com patrimônio. Subentendia-se as mulheres na categoria de esposas, filhas ou mães, agregadas em torno do votante – marido ou pai –, portador do patrimônio necessário para votar. À propósito, Canêdo revela que, no período imperial, a unidade política era o patrimônio e não o indivíduo. Soma-se a isso o fato de que a mulher não era percebida como indivíduo, mas como parte do patrimônio familiar. Além do mais, o voto era coletivo e foi longo o processo de individualização que possibilitou a inclusão das mulheres na lista de votantes.

Se por um lado o estatuto de indivíduo das mulheres começava a ser reconhecido perante os homens da família com a derrubada do voto censitário, por outro, tornava-se necessário, do ponto de vista das elites econômicas, retirar a mulher de uma condição inferiorizada em relação aos homens empregados pela família – passagem necessária para compreendermos as dinâmicas de poder articuladas à conquista desse importante direito político em nosso país.

O artigo seguinte, “Ser mãe na primeira metade do século XX: atribuição natural, aprendizado científico e dever cívico”, de Ana Laura Godinho Lima, Nathalia Marques Biazoto e Viviane Santos Oliveira, é fruto de uma análise histórica da revista “Educação e Pediatria”, publicada no Rio de Janeiro entre 1913 e 1915, bem como de materiais empregados na formação das alunas do Centro de Puericultura da Escola Normal de São Paulo. Nessa pesquisa, as autoras revelam que os discursos sobre a maternidade produzidos no Brasil oscilavam entre a afirmação de uma destinação biológica, apresentando a mulher como naturalmente dotada de um instinto materno, e a defesa da necessidade, cientificamente justificada, de ensinar às mulheres como desempenhar bem a função materna. Por meio da análise do discurso, as autoras evidenciam o processo de construção social da maternidade, definido e organizado por normas sociais datadas, mas que possuem de vida longa, ou seja, que perduram até os dias atuais. Fator maior de produção das desigualdades sociais no mercado de

trabalho, a maternidade está no centro das restrições ao trabalho feminino e ao incentivo à jornada de meio período, utilizado como justificativa para salários inferiores.

O ensaio de autoria de Sandra Reimão, João Elias Nery e Flamarion Maues, "Rose Marie Muraro: catolicismo, feminismo, edição e censura", recupera à cena a obra da renomada feminista, enfocando a censura, pelo Ministério da Justiça, dos livros de Rose Marie Muraro - *A mulher na construção do mundo futuro* (primeira edição -1966) e *A automação e o futuro do homem* (1968). Destacando o fato de que os vetos censórios a essas obras, em 1975, muitos anos depois do lançamento e quando elas já tinham tido ampla discussão entre o público interessado, o ensaio discute este voto censório como uma tentativa de coação e de demonstração de poder por parte do governo ditatorial, que sentia a pressão crescente das mobilizações pela democracia e mostrava-se incomodado também pelas manifestações feministas de então. O texto elucida, ainda, diversas passagens da obra e da formação de Rose Marie Muraro, incluindo sua relação com personagens do catolicismo de esquerda e com a editora Vozes, bem como, em linhas gerais, sua visão acerca da emancipação das mulheres.

Sob outro ângulo, a difusão dos estereótipos e da fetichização das mulheres na ficção televisiva, por sua vez, é abordado por Nayara Mika Kirihera e Cristine Koehler Zanella ao discutirem o modo como as personagens nipo-brasileiras são representadas nas telenovelas brasileiras. O artigo analisa as tramas de quatro produções ("Bang Bang", de 2005, "Morde e Assopra", de 2011, "Sol Nascente", 2016, e "Malhação Viva a Diferença", 2017), examinando, por meio das controvérsias que emergem na recepção do público, como as maneiras de se retratar as personagens nipo-brasileiras influenciam a percepção dos japoneses e de seus descendentes, especialmente das mulheres, no Brasil, discutindo o impacto dessas representações para as comunidades minoritárias.

"Pokémon e as fronteiras da identidade nas diferentes plataformas midiáticas", de autoria de Maristela Carneiro, traz uma inovadora e relevante

discussão sobre o modo como os designs e padrões de comportamento de criaturas fictícias articulam-se à formulação de identidades, expressas no diálogo entre os aspectos gráficos utilizados na construção de personagens e questões de gênero, performances e sexualidades. Analisando diferentes produções do personagem Pokémon, Carneiro mostra como a materialização das narrativas construídas, em relação aos seus atributos imagéticos e dinâmicas de enredo, projetam representações e performances sexuais e de gênero.

A presente edição da Revista de Estudos Culturais inaugura, neste número, uma seção *Varia*, para o acolhimento de submissões pertinentes ao campo dos Estudos Culturais, mas que não se enquadram de forma direta aos temas em chamada.

Nessa seção, temos então, encerrando este volume um, o ensaio “Ecos do Casmurro em Budapeste, de Chico Buarque”, que evoca os paralelos entre a obra ficcional de Chico Buarque e aquela de Machado de Assis, suas mediações críticas e inovações narrativas. Com foco no caso de *Budapeste*, Jefferson Agostini Mello evidencia características do narrador no romance de Buarque: seu caráter ao mesmo tempo não-confiável e desconfiado, vaidoso, competitivo e inseguro, além de discutir seus percalços e sucessos na vida literária em busca de uma posição respeitável junto a seu público, que remetem à narrativa autobiográfica de *Dom Casmurro* (enquanto *Benjamin*, por exemplo, guardaria mais semelhanças com *Quincas Borba*). Fundamental para a fortuna crítica buarqueana, o ensaio ilumina referências, diálogos com outras obras e autores, além de aspectos formais (ou melhor dizendo, de sua *Gehalt*) de sua literatura, que nos auxiliam a melhor usufruir da riqueza artística da obra de Chico Buarque.

Esperamos que esta edição da Revista de Estudos Culturais seja também ela fruída, discutida e divulgada, com a mesma alegria com que nós editoras e autoras(es) apresentamos os textos deste volume.

São Paulo, outubro de 2024.

Graziela Serroni Perosa

“L'OUVRIÈRE, MOT IMPIE, SORDIDE.”... O DISCURSO DA ECONOMIA POLÍTICA FRANCESA SOBRE AS OPERÁRIAS (1840-1960)¹

POR JOAN W. SCOTT

Tradução Viviane Ramos²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4496-4904>

Revisão da tradução Graziela Serroni Perosa³

ORCID: <https://orcid.org/0001-9575-0602>

“A operária! Por todos aqueles que, como Jules Simon, leram o grande livro da vida real, esta palavra soa como um sinônimo, como o resumo de coisas cruéis: dores, privações, miséria, prostituição”. Hippolyte Dussard, *Le Journal des économistes*, 1861

No Salão de 1861, em Paris, Auguste-Barthélémy Glaize exibe um quadro intitulado "Misère la Procureuse". O elemento principal é uma espécie de velha feiticeira, usando uma pilha de trapos, que nos deixa ver um horrível seio flácido e uma perna nua. Ela se movimenta com a ajuda de uma bengala: sua postura evoca as representações da Morte. Seus dedos em gancho parecem apontar ou chamar as luzes de uma cidade que se ergue ao longe. Atrás dela, trabalhando juntas ao redor de uma vela, vemos mulheres jovens com rostos sérios, vestidas de forma rústica. Uma delas segura um eixo; ao seu lado, há uma roda. Diante da feiticeira, há um grupo de mulheres nuas voluptuosas que parecem fugir de uma carruagem puxada por cavalos (ao menos parecem ser tomadas de assalto); o veículo se dirige a toda velocidade para a cidade. Mais do que a representação de um contraste, esse quadro é a história

¹ Título em francês: "L'ouvrière, mot impie, sordide.": Le discours de l'économie politique française sur les ouvrières (1840-1860). Publicado na revista *Actes de la Recherche en Sciences Sociales* Année 1990, 83, pp. 2-15. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1990_num_83_1_2932

² Viviane Ramos é graduada em Letras e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Tradutora especializada em trabalhos acadêmicos nas áreas de humanas e ciências sociais.

³ Professora Titular da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Sociologia da Educação e da Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: desigualdades educacionais, segmentação do sistema de ensino, relações de gênero e aprendizagem das diferenças sociais.

de uma transição: do campo para a cidade, da sociedade tradicional para a moderna, da ordem para a desordem, do costume e do comportamento, que convêm às mulheres, para a degradação sensual e a corrupção. É a velha mulher que transforma as virgens sábias em virgens tolas; sua feiura atroz nos adverte da sorte que suas vítimas esperam, as quais não prestam atenção. Para o artista, era igualmente importante que suas personagens fossem trabalhadoras: "Quantas jovens", escreveu ele em seu catálogo, "ao parar de trabalhar, se jogam nos vícios que nascem da devassidão, acreditando que estão escapando do espectro que sempre as perseguem?" (Philadelphia Museum of Art, 1978, p. 130). O espectro em questão era, claro, a pobreza, a qual um crítico na época definia como: "a mãe do desespero e da infâmia, a mãe de todas as prostituições". Mas o comentário de Glaize é tão ambíguo quanto seu quadro, no que se refere às verdadeiras causas para o estado das coisas. Dessa forma, o declínio dessas jovens parece ser o de não terem nenhuma fonte de recursos que não elas próprias; longe de serem reduzidas a um destino horrível, elas se lançam em direção a ele e se entregam com desejo e prazer. A pobreza é, ao mesmo tempo, um revelador do que acontece quando deixamos livre o caminho para as tendências (naturais? Inevitáveis?) das mulheres e a causa de suas derrotas.

Essa ambiguidade com relação às mulheres e à pobreza encontra-se em quase todos os debates sobre as operárias no século 19. Essa questão tomou a atenção do público entre 1858 e 1860 (precisamente na época em que Glaize pintava seu quadro), quando vários estudos apareceram, entre eles "*La femme pauvre au 19e siècle*" [A mulher pobre no século 19] de Julie-Victoire Daubié, que obteve o prêmio do concurso organizado pela Academia de Lyon em 1859 e o livro de Jules Simon "*L'Ouvrière*" [A Operária] (1860). A bem dizer, se o quadro de Glaize foi unanimemente saudado é, provavelmente, em parte, por ter precisado com exatidão os termos por meio dos quais seus contemporâneos apresentavam o problema. É o que indica o comentário de Maxime du Camp que considerou o quadro "absolutamente fantástico e, contudo, fantasticamente real, comprehensível a todos" (Philadelphia Museum of Art, 1978, p. 309-310).

A publicação dessas obras coloca a questão da operária em primeiro plano nos debates sobre moralidade, organização econômica e a situação da classe trabalhadora, estabelecendo, assim, uma ligação entre as preocupações da política econômica e o debate geral sobre as mulheres que estava em alta na época (o que um historiador chamou de “a briga das mulheres sob o Segundo Império”). Os anos entre 1858 e 1860 viram florescer os livros dedicados às mulheres: a obra de Proudhon “*De la justice dans la révolution et dans l'Eglise*” [Sobre a justiça na revolução e na Igreja] (1858), prenunciava uma virulenta diatribe: “*La Pornocratie ou les femmes dans les temps modernes*” [A Pornocracia ou as mulheres nos tempos modernos] (publicada em 1871, depois de sua morte); os livros de Michelet, “*L'Amour*” [O Amor] (1858) e “*La Femme*” [A Mulher] (1860); e as reações das feministas a essas obras : “*Idées anti-proudhoniennes sur l'amour, la femme et le mariage*” [Ideias anti-proudhonianas sobre o amor, a mulher e o casamento] de Juliette Lambert Adam (1858) e “*La Femme affranchie*” [A mulher liberta] de Jenny d'Héricourt (1860) (Moses, 1984). O tema das operárias permitia focar as preocupações ao redor da independência, do estatuto legal e das funções sociais convenientes às mulheres, mesmo que não estivesse no centro de todos os aspectos do debate sobre a questão feminina.

Para os economistas, o tema das trabalhadoras não era novo em 1858-60, mas se tornou mais importante do que nunca. Há muito tempo, os textos contemporâneos franceses de economia política abordavam o tema das mulheres, mesmo que implicitamente ou dentro de um quadro do debate geral sobre a classe trabalhadora. Lia-se tanto os teóricos defensores de uma nova “ciência” econômica, como os críticos de diferentes tipos: os protecionistas que se opunham ao conceito de comércio livre, os moralistas que temiam que o desenvolvimento econômico minaria a ordem social, os socialistas que cobriam de injúrias o individualismo e a concorrência e as feministas que se perguntavam sobre as consequências da nova divisão do trabalho. Seria impreciso opor claramente essas opiniões umas às outras como se fosse um debate organizado; na realidade, elas se entrecruzavam de maneira não negligenciável para formar o que Denise Riley qualificou, em outro contexto, como “tecido de alusões

recíprocas": em certos momentos, elas se encontram e, em outros, divergem completamente (Riley, 1981). Um dos principais pontos de encontro refere-se à representação das operárias; ao se referirem às diversas concepções de feminilidade, sexualidade e ordem social, os contemporâneos confrontavam suas opiniões sobre os efeitos do desenvolvimento industrial na sociedade francesa.

Neste trabalho, pretendo abordar o discurso sobre as mulheres, concentrando-me na visão dos proponentes da política econômica. Estes eram majoritariamente homens e se deram a tarefa de definir os fundamentos de uma abordagem nova e científica de economia (forças do mercado, mecanismos que regem a produção e distribuição de riquezas) e de codificar as leis e regular seus praticantes. Eles se dirigiam à "opinião pública" e aos legisladores ao se focarem em transformar suas ideias em políticas concretas. Espalhavam suas teorias nos discursos públicos, a partir de um jornal (*Le Journal des économistes* [O jornal dos economistas], fundado em 1842) e de uma organização (*La Société d'économie politique* [Sociedade da economia política]). Contavam com uma representação eminentemente no mundo universitário: o titular da cadeira de economia política no *Collège de France*; em suas fileiras, também contavam com membros da *Académie des sciences morales et politiques* [Academia de ciências morais e políticas], membros das câmaras de comércio e de instâncias governamentais centrais e locais. Era com a sensação de estarem rodeados por inimigos que eles tentavam impulsionar um governo reticente para estabelecer o livre comércio entre os anos 1840 e 1850. Eles teriam, porém, um impacto determinante no funcionamento de uma nova ordem econômica. De fato, após terem organizado o domínio intelectual e institucional de sua ciência, assegurando os meios de controlar, ao mesmo tempo, a esfera científica e as nomeações governamentais, os economistas ainda impuseram um quadro conceitual em relação ao qual qualquer especialista em economia era obrigado a se situar, seja o integrando ou o opondo.

A trabalhadora “imperfeita” da indústria: a marginalização da *femmes isolée*

Encontramos nos escritos dos defensores franceses da economia política do século 19 algumas referências diretas ou indiretas às trabalhadoras. A personagem da operária era usada de duas maneiras. De um lado, servia como tema explícito nos debates sobre pobreza, salários, empregos e família; por outro lado, ela simbolizava a desordem. É, normalmente, impossível separar esses dois aspectos, pois, como veremos, eles se referem um ao outro, como no quadro de Glaize. A maior parte das discussões se referia também às cidades: dois tipos de cidades e dois tipos de problemas retornavam constantemente. Primeiramente, havia a situação das *femmes* ou *filles isolées* [mulheres e meninas sozinhas]⁴ longe de suas cidades de origem (por exemplo, Paris), que trabalhavam por um salário irrisório e aumentavam as fileiras de citadinos pobres. Além disso, havia os habitantes dos novos centros manufatureiros, as mulheres que passavam longas jornadas supervisando as máquinas e cujas casas se pareciam apenas vagamente a uma família normal.

O termo usado para designar as trabalhadoras sem apoio familiar era ambíguo. Sob o regime que regulamentava a prostituição, a expressão *femmes isolées* era a apelação dada às prostitutas clandestinas, aquelas que não estavam inscritas no registro de alguma casa na qual este comércio era autorizado⁵. Nas pesquisas sobre as operárias, por exemplo, na *Statistique de l'industrie* preparada pela Câmara do Comércio de Paris em 1848, as *femmes isolées* designavam mulheres assalariadas (normalmente costureiras) que viviam sozinhas em um quarto mobiliado ou costuravam para a confecção de vestimentas remuneradas por peça (Chambre de Commerce

⁴ Nota de tradução: em francês no texto original em inglês. Optamos também por manter o termo original em francês nesta tradução para o português. Neste texto, ele aparece indicando mulheres chefes de família, solteiras e aquelas que estão longe de suas famílias de origem. Apesar de ser objeto de críticas, o termo *femmes isolées* continua sendo utilizado nas estatísticas francesas para designar qualquer mulher que não tenha um parceiro, seja ela viúva, separada, divorciada, mãe solo e/ou chefes de família.

⁵ Sobre a regulação da prostituição, ver Corbin (1978) e Harsin (1985).

de Paris, 1851) . A utilização das mesmas palavras nos dois casos não é uma coincidência. Depois de uma importante pesquisa realizada por Parent-Duchâtel sobre a prostituição em 1836, admite-se que as prostitutas ocasionais eram recrutadas entre as operárias:

De todas as causas para a prostituição, principalmente em Paris, e provavelmente em outras grandes cidades, não há nada mais importante do que a falta de trabalho e a miséria, consequência inevitável dos salários insuficientes que ganham nossas costureiras, aquelas que cuidam das nossas roupas de cama e dos reparos de nossas roupas e todas as que se ocupam das agulhas" (Parent-Duchâtel, 1857, p. 103-104, apud Harsin, 1985, p. 123) ⁶.

A análise de Parent abrigava explicações que não estavam diretamente ligadas aos salários e às condições de trabalho. Em sua perspectiva, além da pobreza, "a vaidade e o prazer de brilhar em roupas suntuosas, juntamente com a preguiça, é uma das causas mais ativas da prostituição, particularmente em Paris" (Parent-Duchâtel, 1857, p. 103-104, apud Moreau, 1982, p. 77)⁷. Tais desejos poderiam reinar quando as jovens viviam e trabalhavam sem estarem submetidas à vigilância constante de um empregador ou de seus pais. Como notavam os autores de um documento de 1848, "a dissipação" e "uma conduta desordenada" estavam associadas às "trabalhadoras que trabalhavam em seus quartos e ... aquelas que estão livres de suas ações ao fim do dia; entre elas, estão as mulheres apontadas como vivendo em dissipaçao e constantemente em vergonha" (Chambre de Commerce de Paris, 1851, p. 277).

De fato, a situação profissional dessas mulheres era, para os autores da *Statistique*, "duvidosa". Tornava-se praticamente impossível saber se suas rendas vinham de um trabalho respeitável ou da prostituição: "Percebemos algumas vezes os traços de um bem-estar que não seriam suficientemente justificados por suas profissões declaradas" (Chambre de Commerce de Paris, 1851, p.252). Quer

⁶ A. Parent-Duchâtel, *De la prostitution dans la ville de Paris*, 2 vols, Paris, 1836, 3e éd., 1857, vol. 1, pp. 103-104, citado em J. Harsin, op. cit., p. 123.

⁷ A. Parent-Duchâtel, op. cit., citado em Moreau (1982). Thérèse Moreau assinala que os editores da terceira edição do livro de Parent insistiram na afirmação de que o gosto pelo luxo seria a única causa da prostituição.

desencadeando desejos insaciáveis ou produzindo a miséria e o desemprego, esta independência levava à prostituição.

O luxo e o desperdício que a prostituição evocava se opunham veemente tanto às formas de um consumo necessário (e autorregulado) suscetível de manter as economias em marcha, quanto às formas aceitas (e autocensuradas) de sexualidade. Em um artigo publicado em 1842 no *Le Journal*, alguns economistas estabeleciam explicitamente a ligação entre consumo e sexualidade. Para o autor, a criminalidade mostrava não a pobreza, mas a paixão, uma “miséria moral nascida na falta de moderação dos desejos”. Ele se inquietava pelos efeitos de um aumento muito rápido do nível de vida das “classes inferiores”: “Devemos ter cuidado, ao querer acelerar seu progresso, em não imprimir um movimento desregrado às suas paixões” (Dunoyer, 1842, p.135).

A ambivalência dos usos da expressão *femmes isolées* sugeria que todas as trabalhadoras eram prostitutas em potencial, que elas pertenciam a um mundo marginal e sem lei, no qual a verdadeira ordem, tanto social como econômica, moral e política, estava subvertida. De um ponto de vista retórico, o recurso ao termo *femmes isolées* tinha um efeito duplo, ligado à sua dualidade de referência: ele associava certas categorias de trabalhadoras às das prostitutas e, além disso, identificava a licença sexual e a pobreza. A ambiguidade quanto às verdadeiras causas (pobreza ou maldade moral?) importava menos do que o laço estabelecido entre esses dois aspectos: havia apenas uma solução para a licença sexual, o controle dos indivíduos.

Os estudos sobre operárias relatavam uma certa variedade nos tipos e formas de emprego ocupados pelas mulheres: mas essas obras consideravam a situação das *femmes isolées* preocupante. Os economistas teciam elogios aos ateliês nos quais mulheres qualificadas supervisionavam o trabalho das aprendizes ensinando-lhes o ofício (invocando para isso a imagem da mãe e de suas filhas); eles concordavam que poderia ser útil ou necessário que as mulheres casadas ganhassem um salário, ou seja, associar o trabalho em casa com as tarefas domésticas. Contudo, os escritos inevitavelmente abordavam a questão da pobreza e, assim, ao grave problema das

*femmes isolées*⁸. De fato, estas colocavam sob o holofote a dura realidade da posição econômica das mulheres naquela época. Ao considerar sua situação extrema, compreendemos as "leis naturais" subjacentes ao salário das mulheres.

Quais eram essas leis? Segundo Jean-Baptiste Say, um dos primeiros teóricos de economia política na França, cuja análise é retomada por seus discípulos, calculava-se de maneira fundamentalmente diferente os salários de homens e mulheres. Um salário masculino deveria permitir ao operário viver e poder reproduzir a mão de obra; essa remuneração deveria ser capaz de cobrir as necessidades da esposa e dos filhos do trabalhador, isto é, das pessoas "naturalmente" sob sua responsabilidade e não suscetíveis a se tornarem autônomas financeiramente (Say, 1841)⁹. O salário das mulheres, como o dos homens, era fixado pela lei da oferta e da procura, mas um fator suplementar intervivia no curso dos empregos femininos. Aquelas que, por uma razão ou outra, deviam viver de seu trabalho eram sempre colocadas em competição com as mulheres em situação "natural", ou seja, as que não tentavam complementar a renda familiar e aceitavam assim trabalhar por um valor que não permitiria a sobrevivência de ninguém. Jean-Baptiste Say acreditava que o inverso poderia ser aplicado ao mercado de trabalho masculino. Dessa forma, os homens não casados e sem responsabilidades familiares poderiam ser vistos como uma mão de obra menos cara que os homens casados e esse fato causaria um deslizamento dos salários para um nível inferior ao mínimo necessário para a subsistência de uma família.

Contudo, ele lembra a seus leitores das consequências a longo prazo deste sistema: os trabalhadores não irão se reproduzir, os recursos futuros de mão de obra iriam secar e os salários aumentariam⁹: "Quando dois trabalhadores correm atrás de um mestre, os salários abaixam; eles aumentam quando dois mestres correm atrás de um trabalhador" (Say, 1841, p.372-374), essa era a máxima que retomava, um após o outra,

⁸ É interessante notar que as empregadas domésticas são praticamente ausentes nesses debates; contudo, elas certamente eram um problema no meio urbano. Olwen Hufton (1986), em seu trabalho sobre a prostituição urbana na Europa do século 18, nota um fenômeno similar: "As empregadas seduzidas têm um espaço muito secundário nos dados que temos" (p.38). É claro que essa omissão das empregadas domésticas nos textos da época merece ser melhor explicada.

⁹ Ver também Granier (1847) e Vée (1845) (prefeito do 5º arrondissement de Paris).

todos os consagrados tratados sobre salários e lucros. A solução seria fixar os salários masculinos (seja o trabalhador casado ou não) de forma a cobrir os custos de reprodução. De fato, para os economistas, a reprodução era um conceito econômico e não uma função biológica. Ela servia para assegurar um apoio à vida, para acumular um capital, mas dificilmente para fazer nascer a própria vida. Como observado por Jean-Baptiste Say, "a dificuldade não é nascer, mas sobreviver" (1841, p.372). Sobreviver, para a criança, seria se preparar para ser adulto, construir seus pontos fortes e os saberes exigidos pelo trabalho: "Esta capacidade... pode ser considerada com um capital formado pela acumulação anual e sucessiva de somas dedicadas à sua criação" (Say, 1841, p.372).

O que hoje chamamos de "capital humano" foi constituído e medido em termos financeiros: foram as "somas" alocadas na educação de uma criança ou ao salário recebido por um homem adulto. Seria necessário, então, fixar o salário do trabalhador para acima do necessário para a sobrevivência deste último: a diferença a mais representaria o investimento do empregador na geração futura de trabalhadores. O trabalho da mulher em colocar uma criança ao mundo e de cuidar dela não tinha lugar nesses cálculos. O nascimento e a educação de uma criança representavam primordialmente matérias-primas submetidas à ação das forças econômicas, elementos naturais que serviriam para construir as sociedades humanas. Jean-Baptiste Say definia a produção como a atividade que dá valor às coisas, que transforma a matéria bruta em objetos que podem ser trocados e dotados de um valor reconhecido. Além disso, em seu léxico, "reprodução" e "produção" eram sinônimos:

Chamamos algumas vezes a produção de reprodução, porque ela é, na realidade, apenas uma reprodução de materiais sob outra que lhe dá algum valor... A palavra produção é mais exata, pois a riqueza em questão não consiste na matéria, mas no valor da matéria, valor que é realmente produzido do zero" (Say, 1841, p.599).

Essa definição de reprodução incluía a referência ao biológico e a tornava irrelevante. Não era uma questão o capital ser humano ou não, o importante era saber como criar valor e quem o criava. Um tipo de lógica circular fazia com que se

considerasse o pai como agente da transformação do bebê em adulto, porque seu salário era também destinado a isso. Esses salários, que em teoria traziam um reconhecimento e uma indenização aos trabalhadores por seu papel na criação de valor pelo seu trabalho, tornavam-se, no campo familiar, um viés por meio do qual o pai, enquanto tal, recebia o status de criador de valor. Conjugando, assim, um valor de mercado ao desenvolvimento do ser humano e o atribuindo integralmente ao salário paterno, retirava-se toda a pertinência da contribuição das mulheres no campo do trabalho doméstico, assim como no trabalho remunerado¹⁰.

Por um lado, essa conclusão resultava de uma questão de abstração; o salário do homem embarcava todos os custos sociais e o preço do trabalho, abrangendo a força de trabalho utilizada pelo trabalhador. Porém, essa representação da atividade de produção/reprodução, como especificamente masculina, era também fruto de uma concepção da economia que ligava estreitamente esta última à natureza: ela era, ao mesmo tempo, sua semelhante e seu contrário. Consideramos que a economia era um fenômeno natural tendo leis similares às do mundo físico; além disso, o status científico dos especialistas de economia política estava fundamentado no fato de que eles diziam observar as atividades humanas e observar as leis próprias à ordem econômica. Embora a economia fosse um fenômeno natural, as atividades que ela abordava implicavam a transformação pelos seres humanos de matérias-primas ofertadas pela generosidade e pela natureza em objetos com algum valor. Um certo número de oposições definia esta distinção entre matéria-prima natural e o valor criado pelo homem: nascimento/subsistência, matéria-prima/produto dotado de valor, natural/trabalhador. Este dispositivo reconhecia a contribuição da mulher ao valor social; mas, ao mesmo tempo, dissimulava ao entender o salário do homem como reembolso do custo desse valor social. Paralelamente, ele recusava dar ao trabalho

¹⁰ Em Wally Seccombe (1986) há uma discussão sobre o conceito de salário no discurso da classe operária inglesa. O interesse exclusivo de Seccombe pelo “proletariado” o fez subestimar a importância das teorias de economia política em estabelecer um sistema de salários. Da mesma forma, Jeanne Boydston (1983) começa sua discussão teórica sobre o trabalho em domicílio e os salários citando Marx, ao passo que ela poderia o ter feito inicialmente pelo ponto de vista da economia política, que Marx criticava, mas da qual utiliza seu quadro conceitual.

assalariado das mulheres o status de criador de valor atribuído ao trabalho masculino. As mulheres eram, por definição, trabalhadoras inferiores e, assim, incapazes de criar o mesmo tipo de valor. Esse ponto de vista aparece claramente em um prefácio do jornal trabalhador, *L'Atelier*, em uma discussão sobre as mulheres assalariadas: "Embora o trabalho das mulheres seja menos produtivo para a sociedade do que o dos homens..." (*L'Atelier*, 1842, p.31).

A falta de simetria no cálculo dos salários era impressionante: enquanto os salários masculinos consideravam os custos de subsistência e reprodução, os femininos exigiam uma contribuição familiar para que as mulheres pudessem simplesmente sobreviver. Nesses dois casos, supunha-se e encorajava-se o pertencimento a uma família (mas com resultados bem diferentes). Casados ou não, os homens conseguiam sobreviver de seus salários; as mulheres não. Os homens encarnavam as possibilidades da liberdade individual apresentadas pelos teóricos da economia política; as mulheres, ao contrário, deveriam ser seres socialmente dependentes, submetidas aos deveres e às obrigações, conforme as hipóteses da teoria. Aos críticos da economia política que acreditavam que todos os salários deveriam, pelo menos, garantir a subsistência de trabalhadores e trabalhadoras, os mesmos teóricos respondiam que isso seria impossível, pois os salários femininos não estariam completos sem a contribuição masculina. Eugène Buret se expressava da seguinte forma em seu estudo de 1840 sobre a miséria das classes trabalhadoras: "A mulher, industrialmente falando, é um trabalhador imperfeito. Se o homem não acrescenta seus ganhos ao salário insuficiente de sua companheira, o sexo por si só será para ela uma causa de sua miséria" (Buret, 1840, p. 287, apud Moreau, 1982, p. 74)¹¹. Eugène Buret utilizava o termo "sexo" em um sentido duplo: de um lado caracterizava as atividades socialmente aceitáveis para uma mulher (utilizamos atualmente a palavra "gênero" nesse sentido) e, de outro, ele designava o ato físico capaz de levar, uma vez ultrapassados certos limites, à

¹¹ Os caracteres em itálico correspondem a uma passagem em francês no texto em inglês do autor em inglês

depravação e à corrupção. A expressão *femmes isolées* demonstrava que, fora de um contexto familiar, nem a família nem o sexo, poderiam fornecer lucros honrados às mulheres.

Contudo, as mulheres poderiam trabalhar no seio de uma estrutura familiar. Essas discussões sobre as *femmes isolées* não significavam que as mulheres não eram aptas ao trabalho e nem que o trabalho as tornavam inaptas para a maternidade. De fato, os estudos sobre os salários e a distribuição de riquezas colocavam como princípio a importância da contribuição da mulher ao orçamento doméstico, ao passo que as descrições das trabalhadoras destacavam o bom comportamento das trabalhadoras empregadas em tarefas adaptadas às suas forças e ao seu sexo e submetidas a um controle atento de um ambiente do tipo familiar. Esse bom comportamento levava também a uma tranquilidade financeira, pois aquelas que se esforçavam para serem econômicas e razoáveis conseguiram, aparentemente, viver bem apesar de seus baixos salários. O que compensaria os magros salários das mulheres seria não apenas o suporte financeiro de seus companheiros, mas também toda a dignidade associada à repressão do desejo: tanto o desejo de viver acima de seus meios como o do prazer sexual, estes dois estavam naturalmente ligados à prostituição. Nessa ocasião, os economistas respondiam implicitamente seus críticos socialistas, alguns dos quais utilizaram o símbolo da prostituta para demonstrar o destino árduo dos trabalhadores explorados pelo capital. A discussão sobre o problema não era direta: eles preferiam tomar uma definição oposta, baseada na sua ciência. Os socialistas haviam destacado que a venda da força de trabalho não era tão diferente da venda do corpo feminino, que a exploração econômica e a exploração sexual tinham a mesma natureza¹²; a economia política, quanto a ela, estabelecia com cuidado uma distinção

¹² "A prostituição é apenas uma expressão específica da prostituição geral do trabalhador, e como é uma relação na qual não cai só a prostituta, mas também aquela que prostitui – e a abominação desta última ainda é maior – o capitalista, etc., também vem debaixo desta cabeça." (Marx, 1969, p. 85, nota 1) Referimo-nos também às diversas discussões de Marx sobre o trabalho e a prostituição das mulheres que citam e comentam os textos de economia política publicados na França na década de 1840, pp. 31-34. Encontramos uma análise da noção de prostituição em Vogel (1983).

entre o uso produtivo e o controle da "força muscular" por um lado e, do outro, o desperdício e a complacência, características da atividade sexual. Além disso, ao atribuir a sexualidade aos corpos das mulheres, os economistas construíam oposições em termos de gênero: entre sexo e trabalho, desperdício e produtividade, complacência e disciplina, mulher e homem. O efeito disso era negar a parte dos homens na troca fundadora da prostituição e, desse fato, permitindo-lhes propor uma solução que não considerava essa questão. A condição da manutenção da produtividade e da ordem moral era o reino do princípio masculino. Isso quer dizer que a família patriarcal, como entidade hierarquizada e solidária, deveria encarnar a ordem e ensiná-la. A personagem ambígua das *femmes isolées*, na medida que era associada à pobreza e à sexualidade, ilustrava as consequências de uma vida fora das normas (Buret, 1840, p. 287, apud Moreau, 1982).

O debate tinha implicações que ultrapassavam a evocação da realidade da vida das mulheres. As *femmes isolées* simbolizavam o reino da pobreza, o mundo da sexualidade desenfreada, a independência subversiva e a perigosa contestação da autoridade¹³. Elas encarnavam o mundo da cidade¹⁴. Certos autores viam nelas um exemplo do que a urbanização produzia de pior: "o sopro dos espíritos imundos, a desordem da fumaça, maus vapores e os pesadelos que pairam sobre as nossas sombrias cidades" (Michelet, 1981, p.91); outros as caracterizavam como a fonte da desmoralização da classe trabalhadora, tão flagrante nos grandes centros urbanos. Os escritos dos economistas raramente explicavam com clareza as causas e os efeitos. A personagem das *femmes isolée* tinha, principalmente, uma função de evocação. Elas

¹³ É assim que Giovanna Procacci (1983) caracteriza a representação da pobreza pela economia política. Compartilho o essencial de sua análise sobre as formas de identificar a pobreza como objeto de estudo, como marginal à verdadeira ordem e, assim, necessitando de uma regulamentação. No entanto, acredito que ele omite um aspecto importante de seu propósito ao negligenciar a representação da pobreza nos termos de "gênero" desenvolvidos na época. A pobreza era descrita como feminina, o que tinha grandes implicações, tanto na análise do estado da classe trabalhadora, como no status das mulheres e seu lugar na sociedade. Analiso aqui como funcionava essa representação feminina.

¹⁴ Olwen Hufton nos lembra que as imagens representando as cidades frequentemente mostra as grandes cidades com os traços de uma mulher de poucas virtudes (O. Hufton, op. cit., p. 2).

estavam associadas à prostituição, essas mulheres carregavam uma certa "lepra moral" que fazia das grandes cidades "locais de permanente infecção": elas expressavam seus "ardores tumultuosos" que, em momentos de agitação política (como a revolução de 1848), ameaçavam derrubar o conjunto da ordem social¹⁵. As palavras *femmes isolées* apontavam para o desvio social e econômico. A situação dessas mulheres representava um perigo político, elas destacavam a necessidade de uma intervenção governamental e indicavam fortemente uma alternativa desejável.

A apresentação do problema das *femmes isolées* mostra que a economia política recorria à ciência moral em seu discurso sobre a produção de riquezas. Esse processo foi bem descrito por Giovanna Procacci, ao apontar que "o enxerto da moral sobre a economia", praticado ao longo da primeira metade do século 19, tornava "possível a elaboração de um conjunto de ferramentas técnicas de intervenção" (Procacci, 1979, p.62). A natureza exata dessas ferramentas e seus modos de funcionamento não são nosso objeto aqui; mas é importante sublinhar que esta intervenção se fazia em direção à família e não à economia (Donzelot, 1978).

A família se mostrava como o lugar natural da regulação da moralidade, enquanto a economia se regulava fora do controle dos homens. Contudo, as leis de cada uma dessa áreas estavam ligadas e, de acordo com a formulação utilizada em economia política, podiam ser descobertas pela observação científica, assim como "as leis de atração e de gravitação" (Fix, 1844, p.39)¹⁶. As considerações morais e econômicas são inseparáveis nesses textos¹⁷. As análises sobre os salários dos trabalhadores conectavam problemas econômicos e problemas de status ligados ao sexo: a "dependência natural" das mulheres com relação aos homens de suas famílias permitia explicar as diferenças salariais entre homens e mulheres; as "leis naturais" de oferta e procura mostravam por que as mulheres deveriam ser sempre obrigadas a depender dos homens. O conjunto dessas leis "naturais" servia para articular e para

¹⁵ Encontraremos um exemplo em Colmont (1848).

¹⁶ Ver também J. Gamier, art. cit., p. 210.

¹⁷ Encontraremos em Blaise (1842) uma argumentação que vai ao encontro da tendência geral de incluir a ciência moral na política econômica.

construir o outro. Toda a discussão sobre a difícil situação das *femmes isolées* supunha e reafirmava o “fato” das mulheres terem um status inferior (ou, na terminologia de Eugène Buret, “imperfeito”) no mundo do trabalho, o que permitia concluir que estas deveriam permanecer no seio de uma estrutura familiar.

A industrialização e a mudança na divisão sexual dos papéis

Dois temas fortemente ligados aparecem nas análises produzidas pelos economistas sobre as trabalhadoras nas cidades industrializadas. O impacto das máquinas sobre o próprio trabalho. A nova divisão do trabalho tornava as tarefas intercambiáveis, assim como as peças dos produtos finais. Quando foi possível substituir a força mecânica do homem, eliminou-se uma das diferenças entre o trabalho feminino e o masculino. Outro tema abordado era o espaço físico das fábricas, as ruas das cidades e as residências dos trabalhadores, lugares onde a “promiscuidade” permitia a “confusão” dos sexos. Esse discurso apontava implicitamente a atenuação das diferenças no trabalho, mas a questão foi apresentada como sendo distinta. Portanto, a questão do emprego das mulheres nas fábricas demandava um estudo não apenas dos salários e das condições de trabalho, mas também as relações existentes entre a industrialização, urbanização e a divisão sexual do trabalho.

O aparecimento das máquinas tornou os cargos mais parecidos. Com efeito, entre 1840 e 1860, as máquinas funcionavam em um número restrito de lugares na França, especialmente na indústria têxtil. Mesmo nesta última, o mercado de mão de obra continuava marcado pela segregação sexual. Contudo, os economistas reconheciam que a mecanização apagaria todas as diferenças entre os trabalhadores. Entre os teóricos, alguns criticavam a nova divisão de trabalho e condenavam o que consideravam uma perda para o trabalhador, de um lado, da dimensão da especificidade do trabalho [“seu trabalho é de uma simplicidade extrema” e “ele pode ser substituído pelo primeiro que chegar” (Say, 1840, p.180)] e, do outro lado, com relação à qualificação, o traço que dividia os “bons e os maus

trabalhadores”¹⁸. Os partidários da nova divisão do trabalho afirmavam que as máquinas simplificavam tanto o trabalho que aqueles que anteriormente não estavam empregados devido à sua constituição frágil ou falta de conhecimento (as mulheres e as crianças) teriam agora a possibilidade de ganhar sua vida. “As máquinas criam ocupações bem simples que podem ser delegadas a pessoas que, até então, não tinham nenhum emprego para suas forças, às crianças, às mulheres e, em geral, à parte mais fraca da população” (Dunoyer, 1842, p. 32). Tudo isso resultava em uma utilização mais produtiva da mão de obra disponível na sociedade. No entanto, outras consequências eram mais ambíguas. Visto que as diferenças de “força muscular” não eram mais pertinentes, e o fato dessa força servir para diferenciar os salários femininos e masculinos, poderíamos então chegar a uma certa igualdade entre os sexos. O mercado de trabalho seria mais aberto demonstrando, assim, as virtudes da “liberdade do trabalho”. Mais inquietante era o risco de ver as máquinas feminilizarem todos os postos de trabalho, uma vez que rompiam a ligação entre produção e força física, isto é, entre a produção e a atividade criadora de valor reconhecida pelo salário e associada à masculinidade na economia política.

É interessante notar que são os trabalhadores e não os economistas que evocaram o espectro da feminização¹⁹. Durante os anos 1830 e 1840, estes últimos abordavam a questão da mecanização sob o ângulo da moral: o estabelecimento da desordem na distinção “natural” entre os sexos. Por exemplo, certos comentários indicavam que as máquinas teriam arruinado as profissões totalmente femininas, tais como a de fiadeira, ao as afastarem dos saberes femininos e do domicílio familiar (Say, 1841; Daubié, 1862). Contudo, o impacto da mecanização sobre as distinções entre os trabalhos aparecia sobretudo nas discussões sobre a moralidade apontando as consequências da diversidade no local de trabalho. A natureza do trabalho em si não

¹⁸ A. de Colmont, art. cit., p. 257. 35-C. Dunoyer, art. cit., p. 32.

¹⁹ A questão da fronteira entre os sexos parece ter sido particularmente crucial nas profissões que, de fato, não exigiam muita “força muscular”, apesar dos debates tenham aparecido por ocasião da mecanização. O exemplo da imprensa tipográfica deveria ser mais explorado sob este aspecto. Ver *Chronique économique*, /£, 2e série, 34, 1862, pp. 324-325.

aparecia tanto nas preocupações daqueles que publicavam descrições da vida operária, nos anos 1840 e 1850.

Houve muitos trabalhos sobre as fábricas durante esse período; seus autores eram pesquisadores afiliados à Académie des sciences morales et politiques, entre eles, o doutor Louis Villermé, Louis Reybaud e Armand Audiganne. Assim como viajantes em terras desconhecidas, esses homens foram de cidade em cidade tomando notas detalhadas das cenas novas e estranhas que viam (Fix, 1844). Seus relatos foram retomados no *Le Journal des économistes* ou na *La Revue des deux mondes* [Análise dos dois mundos] e, posteriormente, publicados na forma de livros. Eles tinham um público vasto e adquiriram uma autoridade considerável; suas opiniões eram citadas como tendo valor científico em diversos programas e análises elaborados na época. Visto que apresentavam uma dimensão moral à ciência econômica, seus relatos alimentaram os debates sobre o futuro do desenvolvimento industrial na França, em plena expansão nos anos 1840 e 1850; eles foram utilizados por ambos os lados: por aqueles que trabalhavam por um crescimento econômico sem entraves, pela mecanização e pelo livre comércio, e pelos seus adversários que advogavam um crescimento limitado, uma produção de pequena escala e barreiras alfandegárias. O que chama a atenção é a importância da diferenciação sexual na construção do debate.

As histórias sensacionalistas de Louis Villermé são típicas desse gênero de escritos e seu interesse pelo sexo já foi notado pelos historiadores (Sewell, 1980). O médico traça uma avaliação comparativa da pobreza e da desordem reinante nas cidades que visitou, baseado em seu nível relativo de permissão sexual. Nos piores casos, como em certos bairros de Lille, por exemplo, a promiscuidade, o incesto, a obscenidade e a prostituição eram galopantes e se manifestavam tanto nos locais de trabalho como nas casas: "Como! Vocês misturam os sexos em seus ateliês, quando normalmente vocês poderiam facilmente os separem. Vocês ignoram então os discursos degenerados que essa mistura provoca, as lições de má moral resultantes, mesmo antes da idade na qual os sentidos falam, e as paixões atraentes que vocês favorecem

assim que suas vozes se fazem escutar" (Villermé, 1840, p. 51, apud Sewell, 1980, p. 227). Mesmo nas fábricas onde homens e mulheres trabalhavam separadamente, apenas o fato de que todos chegavam e saiam ao mesmo tempo criava promiscuidade e favorecia a prática de certas jovens que trabalhavam uma "segunda jornada" se prostituindo (Villermé 1840, p. 51, apud Sewell, 1980, p. 227). A promiscuidade das ruas continuava na casa:

Não gostaria de acrescentar a este relato as coisas hediondas que mostram, à primeira vista, a profunda miséria de seus tristes habitantes; mas devo dizer que, em várias camas sobre as quais falei, vi descansarem juntos indivíduos dos dois sexos e de idades muito diferentes, a maioria sem camisa e em uma sujeira repulsiva. Pais, mães, idosos, crianças, adultos, ali estão e ali se amontoam. Paro aqui... o leitor terminará o cenário; mas aviso que se quiser ser fiel à realidade, sua imaginação não deve recuar diante de nenhum mistério repugnante que acontece sob essas camas impuras, no cerne da obscuridade e da embriaguez (Villermé, p.83, apud Sewell, 1980, p. 229).

O jornalista Théodore Fix, em um artigo sobre as condições de vida da classe trabalhadora no *Le Journal des économistes*, muitos anos após o estudo de Louis Villermé, mencionava as "graves desordens" (aqui indicando os problemas políticos e os crimes contra a moralidade) resultantes das situações descritas pelo médico. Ao contrário daqueles que afirmavam que a industrialização era responsável pela desordem observada nos centros industriais, Théodore Fix defendia que a pobreza nascia da corrupção moral. Ele clamava pela criação de uma "polícia das fábricas" suscetível, a seu ver, a melhorar as condições de vida nas cidades industriais. Ele citava exemplos de empregadores que haviam, mesmo que eventualmente lhes custando dinheiro, tomado medidas para regular o comportamento de seus trabalhadores. Eles aplicavam uma estrita separação entre homens e mulheres, planejavam seus horários para que homens e mulheres não se encontrassem nem mesmo nos corredores das fábricas ou nas ruas e despedindo qualquer um que se comportasse de forma obscena. "Esses sacrifícios feitos pelos chefes são sempre largamente compensados e suas fábricas estão entre aquelas que mais prosperam" (Fix, 1842, p.31). Independente dos outros terem aprovado ou não as soluções sugeridas por Théodore Fix, encontramos

neles a mesma descrição dos sintomas²⁰. "Pêle-mêle" (desordem, confusão, bagunça) era o termo constantemente utilizado para designar a não-conformidade, esta dispersão aleatória que desafiava as hierarquias e as separações naturais, impedindo a distinção entre o local de trabalho e a casa e destruindo o sentido das diferenças entre homens e mulheres.

As operárias eram a ilustração perfeita desse problema. Constantemente, opunha-se seus destinos nas cidades industriais à situação das mulheres nos ateliês ou no trabalho em casa. Muitas vezes, reconhecia-se que as operárias nas fábricas tinham bons salários (melhores do que as das outras trabalhadoras), mas as consequências morais tinham menos peso do que essa vantagem econômica. Dizia-se que as trabalhadoras das fábricas eram expostas a relações vulgares, eram seduzidas, eram arrancadas das tarefas domésticas e de seus filhos; além disso, a companhia das outras fazia com que descobrissem os prazeres da sensualidade, o gosto pelo luxo, a possibilidade de satisfazerem seus desejos sexuais e materiais. Ao contrário, as trabalhadoras empregadas nos ateliês de mulheres (normalmente de tamanho restrito) ou ainda trabalhando em suas casas, eram descritas como castas, organizadas, bem preparadas para as responsabilidades do casamento e da maternidade.

O exagero nas pretensas descrições das cidades industriais chama atenção. Por um lado, outros relatos nos mostram que homens e mulheres não ficavam normalmente misturados sem critério nas fábricas; eles mostram que os postos de trabalho e os ateliês tendiam para a segregação dos性os. Além disso, homens e mulheres dividiam o mesmo espaço, seja nas ruas das pequenas cidades, nas fazendas ou nas residências, exatamente da mesma forma que nos centros industriais. Afinal, toda família, toda casa tinham como característica misturar em um mesmo espaço físico pessoas de idades e sexos diferentes²¹. Como explicar essas contradições? Precisamos prestar atenção na função retórica e não somente literária desses textos. Há que se analisar os contrastes

²⁰ "É moralmente pior nas grandes fábricas, onde homens e mulheres trabalham nos mesmos horários, o que faz com que suas morais sejam mais dissolvidas do que em outros lugares", Enquête sur la condition des femmes, L'Atelier, 30 décembre 1842, pp. 31-32.

²¹ Sobre este ponto, ver Fritsch e Battegay (1977).

utilizados para produzir sentido. Os relatos tendem a dar forma aos detalhes físicos que revelam, na verdade, características abstratas. Nas suas descrições, Louis Villermé atinge seu objetivo opondo implicitamente as conversas obscenas, o incesto, a penumbra, a sujeira, à linguagem elegante, às relações íntimas dos casais legítimos, à luz, e à limpeza. Essas descrições muito concretas da promiscuidade representam a ausência, nas cidades industriais, de características distintivas de uma ordem social respeitável: a hierarquia, o controle, a estabilidade, todas apresentadas como constitutivos da relação habitual entre homens e mulheres. "As morais públicas são profundamente relaxadas nas grandes cidades e nas regiões rurais vizinhas", escreviam os autores de um livro sobre crianças abandonadas, "especialmente nas cidades industriais, onde um grande número de trabalhadores dos dois sexos se concentra em um mesmo lugar" (Terme; Monfalcon, 1840, apud Fuchs, 1984, p. 39)²². De certa forma, a equivalência estabelecida entre os "trabalhadores dos dois sexos" e "homens e mulheres sem família constituída" servia para explicar e ilustrar o problema. A desordem de uma sexualidade sem limites prosperava onde as fronteiras sociais ligadas à diferença sexual haviam sido atenuadas.

Se era verdade que a ausência de demarcação entre os sexos apontava uma "grave desordem", então a moralização da classe trabalhadora exigia que a diferença sexual fosse articulada e imposta. É a partir dessa ótica que uma nova geração de moralistas analisa o impacto do trabalho assalariado nas responsabilidades domésticas das mulheres e passam a descrever a maternidade como o trabalho "natural" e essencial das mulheres. O recurso metafórico à sexualidade feminina para evocar a miséria e a desordem da classe trabalhadora implicava, a seus olhos, uma solução ancorada na realidade: no estudo da vida e das atividades das mulheres da classe trabalhadora.

²² Terme et Monfalcon, *Histoire des enfants trouvés*, Paris, 1840, citado em R. Fuchs, *Abandoned Children: Foundlings and Child Welfare in Nineteenth Century France*, Albany, State University of New York Press, 1984, p. 39.

Sobre a dificuldade de ser mulher e operária

Esta longa discussão sobre o tipo de classe trabalhadora idealizada sob o ângulo da sexualidade desenfreada das mulheres atinge seu apogeu, depois muda de orientação (sem, contudo, acabar) entre 1858 e 1860, na época da negociação, e posterior conclusão, do tratado de livre comércio entre a Inglaterra e a França. Concluído em janeiro de 1860, esse acordo condenava a um fracasso absoluto qualquer tentativa de parar o crescimento das cidades industriais. Adversários e partidários do tratado acreditavam que a França só poderia encarar o desafio britânico mecanizando-se ainda mais e acelerando o ritmo da mudança econômica. Quais seriam os efeitos desse tipo de desenvolvimento? Essa questão pedia respostas ao mesmo tempo sobre a “briga das mulheres” e sobre os problemas econômicos, explicitando os fatores de diferenciação sexual, sobretudo com relação aos papéis “naturais” da mulher.

Os moralistas que se identificavam com a economia política exploravam as questões da moralidade com a ajuda de pesquisas detalhadas sobre o trabalho e o salário das mulheres. Jules Simon (professor, jornalista, membro da Société d'économie politique) publica seus artigos sobre "Le travail et le salaire des femmes" [O trabalho e o salário das mulheres] primeiro na *La Revue des deux mondes*, posteriormente os reúne no livro intitulado *L'Ouvrière* [A operária], lançado em 1860. Julie-Victoire Daubié, uma jovem governanta praticamente desconhecida submete um texto que ganha o prêmio do concurso da Académie de Lyon em 1859, publica fragmentos de seu ensaio primeiramente com o título "Quels moyens de subsistance ont les femmes?" [Quais meios de subsistência têm as mulheres?] no *Le Journal des économistes*, em 1862-63, depois na forma do livro, *La Femme pauvre au XIXe siècle* [A mulher pobre no século 19], em 1866. Em seus estudos, Jules Simon e Julie Daubié tratavam do trabalho manual das mulheres (não encontramos nada sobre empregos que exigiam uma escolarização considerável) e certos críticos viram somente isso (Baudrillart, 1862). Porém, encontramos também

afirmações de ordem moral ligadas menos aos problemas econômicos do que a questões gerais sobre ordem e justiça. Esses dois documentos se endereçavam ao público geral, aos leitores conhecidos sob o nome de “opinião pública”, mas se pareciam geralmente ao que chamei de discurso da economia política. Eles consideravam o saber e as ideias defendidas pelos economistas: Jules Simon seguia seus ensinamentos; Julie Daubié, adotava uma atitude crítica.

Apesar de terem escolhido as operárias como sujeitos, esses estudos se situavam na tradição dos primeiros relatórios científicos sobre as condições da classe trabalhadora em geral. Simon evoca explicitamente o método do testemunho em primeira pessoa utilizado por seus antecessores (A. Audiganne, L. Reybaud e L. Villermé): "Eu ainda não tinha visto tudo e eu não disse tudo sobre que vi; mas não há nenhuma miséria que lhes conto que meus olhos não tenham sido testemunha e que não esmague ainda hoje o meu coração" (Simon, 1861, p.11). A estratégia de Julie Daubié foi um pouco diferente, pois ela não tinha nem status, nem reputação, nem era afiliada a alguma sociedade acadêmica a qual se apoiar. Ela dá autoridade a seu texto ao calar a própria voz e citar documentos históricos, fontes bem informadas e relatórios governamentais. No entanto, em momentos cruciais do texto, ela apresenta anedotas que a fazem aparecer como testemunha das histórias que relata, mesmo se ela não diz que as tenha vivido (Daubié, 1862).

Como seus precedentes, esses dois livros eram trabalhos conscientes de suas perspectivas morais, que apresentavam como preâmbulo que as leis econômicas estavam corretamente descritas e, desse fato, destacavam as ciências morais (diríamos sociais). Desde a primeira linha, Jules Simon anunciava sua intenção: "O livro que leremos é um livro de moral" (Simon, 1861, p.1). Julie Daubié afirmava veementemente que deveria haver “tratados de justiça moral para introduzir os tratados de comércio” e concebia seu trabalho claramente sob esse ângulo (1862, p.99). Jules Simon e Julie Daubié provavam a necessidade de uma reflexão moral em uma época excessivamente materialista, quando citavam o problema da

desordem (sexual). As duas obras evocam as mesmas imagens de prostituição, de incesto e de depravação, já presentes nos estudos anteriores (os quais supunham que os leitores já tivessem lido). Todavia, o tom e a argumentação dos livros Jules Simon e de Julie Daubié se opunham claramente aos dos trabalhos anteriores, pois estavam focados em encontrar soluções positivas. Enquanto Louis Villermé concentrou sua atenção (com entusiasmo) sobre o incesto e a prostituição, Jules Simon celebrava uma maternidade idealizada e Julie Daubié, mais prática, procurava formas de melhorar a situação das mães forçadas a ganhar a vida. Ao passo que os estudos anteriores atribuíam as desordens da classe trabalhadora à sexualidade desenfreada das mulheres, esses dois livros focalizavam a mãe, considerando-a como um elemento chave da vida familiar e social bem regrada. Enquanto nos trabalhos precedentes abundavam detalhes sobre o colapso da ordem devido ao desaparecimento da diferenciação sexual, Jules Simon e Julie Daubié estabeleciam uma grade das diferenças sexuais que permitiria estabelecer e manter a ordem na organização da vida social e econômica. Anteriormente, a sexualidade da mulher servia para ilustrar o problema de uma classe trabalhadora que ameaçava a ordem estabelecida; agora, a maternidade (descrita como função física, mas não sexual da mulher) parecia mostrar a possibilidade de uma classe trabalhadora mais dócil. Sugerir a proteção da maternidade era, além disso, exigir uma nova visão das relações entre a classe trabalhadora e a burguesia, entre os trabalhadores e o Estado.

De fato, Jules Simon e Julie Daubié inverteram a economia das elaborações anteriores: eles deixaram explícito o que não era (que as mulheres modestas e as boas mães eram o contrário das prostitutas; que a disciplina e a ordem familiar eram a antítese da pobreza). As consequências sobre a representação das operárias foram consideráveis: agora elas eram comumente apresentadas como extirpadas por questões econômicas (a pobreza) de seu trabalho "natural" de mãe e de esposa ou de trabalhos e locais de trabalhos que convinham às mulheres. O verdadeiro perigo não era tanto a paixão sexual descontrolada, mas a perda do

colo materno, este último garantiria não só a verdadeira educação das crianças, mas também a força e o apoio para a vida familiar. Se o centro de interesse explícito passou das representações negativas para as representações positivas, a distinção entre os sexos continuava, porém, assim como antes, estabelecida não sobre uma comparação sistemática entre homens e mulheres, mas unicamente sobre as funções "naturais" e as características físicas do corpo da mulher.

Jules

Simon e Julie Daubié devem ter tido caminhos diferentes. Jules Simon era um especialista em questões sociais, que se tornaria mais tarde um dos grandes legisladores da Terceira República. Julie Daubié era uma feminista que se definia como tal; ela obteve o primeiro *baccalauréat* concedido a uma mulher (em 1862) e realizou campanhas contra a regulamentação governamental da prostituição e pelo voto das mulheres nos primeiros anos da Terceira República. Jules Simon escreve seu livro em nome de um grupo, citando e retomando as ideias de Michelet sobre as mulheres; Julie Daubié escreve o seu em nome das mulheres. Entre eles, as diferenças de objetivo e de abordagens lógicas são cruciais, mas suas semelhanças são também reveladoras. Nos dois casos, um estudo sobre as operárias conduz à questão da maternidade, vista como a característica essencial e a especificidade da feminilidade.

L'Ouvrière abre com uma descrição do contraste brutal que opõe os avanços da tecnologia e da ciência à degradação da vida familiar. A mecanização havia substituído os homens pelas mulheres nas indústrias, porque as "leis salariais" faziam com que elas fossem mais baratas. Desse fato, as mulheres viam sua situação material melhorar: os salários eram mais altos nas indústrias do que em outros espaços. Qual era então o problema? Jules Simon citava o grito de angústia de Jules Michelet: "A operária! Palavra ímpia, sórdida, que nem uma língua jamais teve, que em nenhum tempo foi escutada, antes desta idade do ferro e que sozinha joga fora todos nossos pretensos progressos" (1981, p. 54). Depois

disso, ele dava sua interpretação pessoal: "A mulher que virou operária não é mais uma mulher" (Simon, 1861, p. 5).

A contradição entre o estado da mulher e o da operária aparecia de diferentes formas. As mulheres faziam agora o que antes costumava ser o trabalho dos homens; elas deixavam "esta vida escondida, protegida e pudica, cercada de afetos e que é tão necessária para (sua) felicidade e para a nossa" pela usina onde elas estavam misturadas durante todo o dia com mulheres de "moralidade duvidosa" e com homens que, certamente, as "dominariam" (a implicação sexual parece ser deliberada) na função de contramestres (Simon, 1861, p.5). Elas dedicavam mais força ao trabalho do que seria desejável para os seus corpos; além disso, ganhavam salários que poderiam levá-las a questionar a autoridade dos maridos dentro de casa (Simon, 1861). Havia, assim, um nivelamento do status no seio da família: o pai e a mãe não eram mais que dois trabalhadores; não era mais uma família que se reencontrava no fim do dia, mas um alojamento sujo, no qual as crianças haviam sido deixadas sozinhas, privadas do amor maternal. O trabalho em equipe ignorava até mesmo a diferença entre dia e noite: tudo que era natural e sempre pareceu óbvio foi quebrado.

De acordo com Jules Simon, havia ainda modelos de normalidade; é interessante notar que estes eram encontrados entre as mulheres assalariadas, mas as que trabalhavam em domicílio ou em pequenos ateliês nos quais as diferenças naturais podiam ser respeitadas (a fiação da seda e tecelagem na região de Lyon era um exemplo típico). Para Jules Simon, o ideal seria a empresa familiar e rural, na qual as mulheres realizassem tarefas delicadas, que convinham à sua relativa fragilidade e interrompessem seus trabalhos para se ocuparem do marido e de seus filhos, para impregnar a atmosfera familiar de seu amor, incarnar e "personificar" a família (Simon, 1861, p.71: "é preciso que as mulheres possam se casar e que as mulheres casadas possam permanecer todo o dia em casa no domicílio comum para ser a providência e a personificação da família".

Se as mulheres ficassem em casa, elas garantiriam que os recursos seriam bem guardados, o que evitaria a pobreza resultante das tendências (masculinas) de desperdício e a dissipação (vemos aqui os perigos ligados ao egoísmo e aos produtos de luxo sendo ligados não às prostitutas, mas aos homens da classe trabalhadora). O salário dos homens era pensado para sustentar uma família, desde que gerido com cuidado e utilizado dentro de um tipo de atmosfera “moral” que apenas as mulheres sabiam preservar. Jules Simon considerava que propor um aumento dos salários dos homens para, assim, devolver às mulheres o seu lugar dentro de casa era não entender as causas dos problemas. Para ele, era preciso, primeiramente, restaurar a moralidade: dessa forma, os salários masculinos seriam suficientes para as necessidades das famílias (Simon, 1861). Implicitamente, esse raciocínio supunha que nem a economia nem a família poderiam ser modificadas por uma intervenção externa. Porém, se a economia política havia dado razões para pensar que era possível ajustar as instituições às leis da economia, a ciência moral não havia ainda elaborado suficientemente a importância dos papéis “naturais” de homens e mulheres na organização da família.

Jules Simon falava pouco sobre os homens. Quando o fazia, ele presumia *a priori* que seus trabalhos eram pesados e longe de suas residências. A evocação dos homens (vistos ao mesmo tempo como assalariados produtivos e como personagens amorais) se fazia pelo contraste implícito com as mulheres. As descrições mais eloquentes (e mais memoráveis) de Jules Simon traduziam sua idealização das mulheres: “A mulher só é grande por meio do amor e o amor só se desenvolve e se fortalece do santuário da família” (Simon, 1861, p.87-88). “Se há algo que a natureza nos ensina com clareza é que a mulher é feita para ser protegida, para viver, quando jovem, perto de sua mãe, quando esposa, sob a guarda e a autoridade de seu marido” (Simon, 1861, p.83). “Podemos escrever livros e fazer teorias sobre os deveres e o sacrifício, mas as verdadeiras professoras de moral são as mulheres. São elas que aconselham docemente sobre o bem, que recompensam a dedicação com um carinho... Todas as melhorias materiais são

bem-vindas, mas se quiser facilitar o destino das trabalhadoras e, ao mesmo tempo, garantir a ordem, reavivar os bons sentimentos, fazer entender, fazer amar a pátria e a justiça, não separe os filhos de sua mãe!" (Simon, 1861, p.89-90). Tratava-se da definição da essência da feminilidade, que se referia ao amor, à moralidade e à maternidade. O trabalho assalariado das mulheres não era nocivo desde que não as desviasse de sua "vocação natural"; ainda melhor, ele as salvava do tédio e do tempo ocioso inútil. Contudo, não era por meio das atividades assalariadas que as mulheres criavam valor social, mas defendendo e demonstrando a moralidade familiar.

Utilizei o termo "valor social"; mas não o de Jules Simon. Toda referência à criação de valor, social ou não, pelas mulheres estava ausente de seu vocabulário conceitual. Para ele, a noção de valor estava relegada ao domínio da economia no sentido técnico do termo, portanto, em um lugar inadequado para se lidar com o status e as atividades das mulheres. De fato, Jules Simon construiu todo seu texto utilizando uma visão oposta dos conceitos materiais e monetários: as mulheres estão ligadas a uma espiritualidade secularizada, ao amor, aos sentimentos; elas vivem fora da economia, seus comportamentos não se relacionam com isso; suas qualidades são inerentes à sua constituição física, ligadas antes de tudo à sua função de mãe. As mulheres guiam a transformação dos outros: sob sua tutela, as crianças se tornam seres morais e capazes de amar; os homens se tornam pais e esposos responsáveis e limpos; mesmo os salários adquirem seu valor verdadeiro quando a "moral" reina no lar. Contudo, aos olhos de Jules Simon, tudo isso não era criação de valor, uma vez que não era reconhecido em termos monetários. Caso contrário, a ação das mulheres seria prejudicada, reduzir a dinheiro uma atividade de tanta importância seria, literalmente, incomensurável. Não havia, no mercado, nenhum valor de troca quantificável para aquilo que era produzido pelas mulheres, pois este não era redutível à força física ou à capacidade de trabalho de seus filhos. Essas qualidades dependiam igualmente da subsistência fornecida pelo salário do pai. Finalmente, as mulheres inspiravam as formas de

comportamento essenciais, não tanto pela capacidade de produção de uma sociedade ou de sua riqueza, do que pela estabilidade e as bases da organização social. Essa visão deixava intacta, quiçá considerada como axiomática, a definição de produção estabelecida pela economia política e sua definição de homens como produtores de valor, portanto, assalariados. Jules Simon destacava as atividades domésticas das mulheres e seu trabalho de mãe. Ele mostrava sua pertinência social; contudo, não questionava os cálculos da economia política. Ao invés disso, construía a semântica de seu texto a partir de novas oposições: econômica/não econômica, local de trabalho/casa, usina/família, material/espiritual, crescimento físico/educação moral, salário/moralização, economia/sociedade, trabalhadora/mãe, homem/mulher.

Se quisermos encontrar nessas oposições “a ideologia doméstica” ou “a doutrina de áreas distintas”, iremos, simultaneamente, apreender e perder o seu propósito. Há, claro, na obra de Jules Simon um tema que se tornou familiar aos historiadores do século 19 na Europa, nos Estados Unidos, principalmente, graças às pesquisas feitas sobre história feminina. Porém, atribuir uma etiqueta para esse tema e daí considerarmos que sabemos o que ele abrange é impedir de ver quando e em que contextos esse tipo de ideia foi elaborada, em particular, como essas ideias funcionavam. Com relação a Jules Simon, podemos concluir que ele se inspira nas opiniões (ele inclusive as apropria) daqueles que anteriormente haviam criticado o capitalismo (por exemplo, os católicos românticos e os socialistas cristãos). Esses autores tiram argumentos da Bíblia para afirmar que o destino das mulheres se estabelecia no trabalho de parto e nas responsabilidades da maternidade, consequentemente, o trabalho assalariado era uma atividade contra a natureza²³. Contudo, o momento no qual Jules Simon publica seu livro é também crucial; ele ajuda a entender sua ambiguidade sobre ser possível ou não

²³ Ver, por exemplo, os escritos de Alphonse Esquiros, *Les vierges martyres*, Paris, 1846, p. 177: "Os problemas da maternidade são de fato os únicos trabalhos naturais das mulheres; os outros as deformam".

parar o crescimento industrial. É evidente que Jules Simon pensava que não, e a cada instante ele levantava as mãos para o céu perante a impossibilidade de manter os pequenos ateliês (por certo menos lucrativos) ao invés de construir novas fábricas. Na realidade, seu livro não oferece nenhuma solução econômica, nenhum método para mudar a situação. Um de seus detratores ficou realmente furioso que Jules Simon recusasse qualquer incursão na política, ele acreditava que seu livro não era nada mais que um “longo gemido que tinha escapado de um homem sensível e talentoso” e se perguntava qual seria o interesse de tal obra (Dussart, 1861, p.94). Na minha opinião, esse interesse era ideológico e não imediatamente pragmático. O livro oferecia um acordo aos adversários do livre comércio; estes alertavam que um rápido crescimento urbano e industrial prejudicaria a vitalidade (moral e física) da França. Em 1860, eles histericamente denunciaram o tratado com a Inglaterra como a materialização de seus medos mais sinistros. Em seu estudo sobre as trabalhadoras, Jules Simon tomava para si certas críticas dos protecionistas, mas também destacava (ao que parece, lamentavelmente) que não se poderia reverter o curso da história. Seu trabalho sobre a verdadeira natureza e a verdadeira missão das mulheres propunha uma outra forma de pensar o futuro. Ele explicava e apoiava uma visão de ordem moral e de organização social perfeitamente compatível com uma economia de crescimento industrial indefinido, mas que não tinha nenhuma ligação com ele.

Apresentamos o trabalho de Jules Simon como um estudo sobre as realidades da vida das operárias; por certo, era, principalmente, um exercício de idealização e exortação. Suas afirmações mais prescritivas e ardentes eram sobre as mulheres, não sobre o trabalho. Ele evitava qualquer discussão sobre as soluções práticas aos problemas que descrevia e acreditava que nem a lei e nem a coerção conseguiram dobrar as orientações da organização social; mas, contudo, ele fez entender que uma "reforma moral" acabaria sendo eficaz (Simon, 1861, p. 277). Seu livro tinha uma parte considerável sobre o processo de educação moral, oferecendo uma imagem normativa da mulher como modelo. Esta família

idealizada na qual a mulher estava no centro, propunha um esquema que as pessoas poderiam crescentemente escolher adotar. O remédio desejável era "o retorno à vida familiar e às virtudes da família" (Simon, 1861, p. 168). Uma vez explicadas as bases naturais e a influência salutar da família no plano social, esse modelo cumpriria suas promessas teóricas: "é preciso sempre desejar que os fatos estejam de acordo com as instituições" (Simon, 1861, p.46). Nesse sentido, o título do trabalho de Jules Simon representava os fatos desoladores e contrários às exigências da família como instituição: "a operária" era a antítese da mãe.

Julie Daubié aborda seu estudo sobre as operárias de forma diferente. Porém, suas premissas eram globalmente idênticas as de Jules Simon. Como ele, ela estabelecia um paralelo entre imortalidade e desordem de um lado e, do outro lado, o desaparecimento das fronteiras entre os sexos. Ela considerava que uma das consequências nocivas do salário na usina teria apagado certas distinções sexuais até então institucionais, o que havia privado as mulheres de todas as atividades econômicas legítimas e toda proteção moral. Os homens e as máquinas (quiçá os dois) tinham usurpado seu lugar nos ofícios tradicionais (a tecelagem, o bordado, a renda), deixando apenas empregos subalternos e sem qualificação. A perda do direito de exclusividade para praticar essas profissões significava para as mulheres a perda de suas qualificações tradicionais, os empregos que convinham a suas "aptidões naturais", de toda a proteção moral ou legal e, finalmente, dos salários que contribuíam para sua sobrevivência (Daubié, 1862, p.365). A vida nas fábricas apagava as demarcações:

Atualmente, a mãe é arrancada de sua família, a esposa de seu marido, da sua casa, dos trabalhos do seu sexo; a própria infância se tornou presa da especulação mais ávida, mais inumana; a jovem mulher, sem educação moral, está cercada de armadilhas por todos os lados; os fracos e os fortes, todos ligados pela mesma corrente, como condenados industriais, deveriam cumprir juntos uma tarefa igual (Daubié, 1862, p.94).

Esse sistema produzia homens irresponsáveis que monopolizavam todas essas vantagens e exploravam as mulheres que aguentavam sem compensação todos os fardos da "civilização " (Daubié, 1862, p. 378).

Esses fardos estragariam a constituição física das mulheres: seus corpos de jovens mulheres seriam martirizados, entregues à devassidão e aos sedutores, seus corpos maternos seriam incapazes de alimentar seus bebês tamanho o cansaço. Julie Daubié descrevia concretamente a batalha em vão dessas mulheres contra as máquinas a vapor que feriam seus corpos: "A mulher, transformada em concorrente das máquinas, lutando velozmente com rodas e engrenagem, dedicou sua vida à indústria, sem receber em troca a certeza do pão diário. Mas não foi suficiente para a indústria matar seu corpo, a indústria matou sua alma" (Daubié, 1862, p.83). Ela destaca essa imagem citando as conclusões de médicos que afirmavam que, "com relação às condições sanitárias, a posição das trabalhadoras é muito mais deplorável do que às das prostitutas" (Daubié, 1862, p. 80).

A prostituição representava o último ultraje tanto físico como moral, o desvio da verdadeira vocação das mulheres, a maternidade. Julie Daubié escrevia: "Em todas as sociedades bem constituídas, a mulher deve ser, primeiro de tudo, esposa e mãe e sua mais bela obra é a de colocar um homem ao mundo" (Daubié, 1862, p.96). Como ela carregava os filhos e administrava a casa, a mulher encarnava a família; quando os homens aceitavam sustentar as necessidades de suas mulheres e de seus filhos, eles reconheciam seu dever social de proteção social da família (e, por extensão, da pátria) (Daubié, 1862, p.84). Na verdade, eles cumpriam, com relação à família institucional, o mesmo papel protetor e atentivo que uma mãe com seus filhos. A visão que Julie Daubié tinha da ordem moral era assim do mesmo tipo que a de Jules Simon: a moralidade se encontrava no senso de responsabilidade coletiva que se desenvolvia nas famílias tendo uma mulher no centro.

Tal como Jules Simon, Julie Daubié não atribuiu um "valor" à maternidade, ao exemplo proposto pelas mulheres ou à instrução moral que lhes era dada. Ela aderiu à equação entre valor e trabalho remunerado estabelecida pela economia política; assim, ela considerava que as tarefas domésticas pertenciam a uma outra

esfera. No entanto, ao mesmo tempo, ela acreditava que as mulheres poderiam criar valor no mercado de trabalho e usar seus salários para cuidar dos filhos, caso fosse necessário. Discordando veemente da economia política, ela não via nada fundamentalmente diferente entre a produtividade dos homens e a das mulheres e, consequentemente, exigia a igualdade dos salários. Ela afirmava que o status social das mulheres seria melhorado se elas tivessem acesso a empregos com pagamentos decentes. Mas ela pensava igualmente que mesmo se o trabalho pudesse ser necessário, ele não era uma solução desejável para uma mulher casada.

Analizando as questões práticas do grave problema da pobreza das mulheres, Julie Daubié tratava o trabalho assalariado e a maternidade como questões distintas, ao contrário de Jules Simon e outros que as consideravam conceitos antagônicos. A pobreza das mulheres tinha a seus olhos causas ligadas, entre elas: por um lado, o monopólio masculino sobre as profissões antes totalmente femininas ou bem adaptadas às mulheres; por outro lado, o egoísmo dos homens (transcrito na lei *Le Chapelier* de 1791), ocupados em satisfazerem seus direitos individuais (seduzindo e abandonando jovens mulheres, gastando o dinheiro da família com álcool, recusando-se a contribuir nas despesas da casa) ao invés de cumprirem seus deveres sociais: "Eu procurei em vão o dever do homem na organização social; encontrei apenas seu direito a uma liberdade ilimitada de opressão. Aí está, se não me engano, o nó de todas as questões de trabalho e de economia política" (Daubié, 1862, p. 203).

Se a pobreza das mulheres era obra dos homens, as mulheres precisavam ter o poder de exigir reparações. A solução proposta por Jules Simon, de retornar as mulheres para suas casas, não seria pertinente, uma vez que não existia uma lei limitando à opressão ou obrigando os homens a tomarem consciência de seus deveres. Julie Daubié também pensava que o remédio a longo prazo seria uma "moralização" dos homens (trabalhadores e empregadores), mas ela acreditava que essa situação só seria possível se a posição das mulheres fosse reforçada. Isso

não poderia vir nem por meio de uma volta ao passado, nem por declarações idealistas, mas a partir da implementação da igualdade: a igualdade perante a lei, a igualdade na elaboração das leis, a igualdade no acesso à formação e aprendizagem para todos as profissões e o mesmo salário por hora para homens e mulheres.

A igualdade, pelos olhos de Julie Daubié, não apagaria as diferenças sexuais; ela apenas daria às mulheres os meios de se protegerem. Em primeiro lugar, a igualdade no acesso ao emprego permitiria às mulheres quebrarem o injustificado monopólio exercido pelos homens em profissões perfeitamente adaptadas às mulheres (por exemplo, a imprensa); elas poderiam, assim, trabalhar nesse “tipo de indústria que surge naturalmente das atribuições próprias a seu sexo” (Daubié, 1862, p. 210). Em segundo lugar, a igualdade dos salários permitiria às mulheres não serem obrigadas a trabalhar além do razoável e da sua inclinação natural; ela daria às mulheres solteiras os meios para viver sem depender financeiramente dos homens (o que deixava a mulher vulnerável do ponto de vista sexual). Aqui, Julie Daubié rejeita implicitamente o cálculo assimétrico dos salários operacionalizados pela economia política: ao contrário, ela propunha como hipótese que as mulheres, como os homens, são “naturalmente” independentes e que os salários deveriam assegurar a subsistência de todo trabalhador. Os limites físicos naturais das mulheres não deveriam, a seus olhos, lhes excluir do trabalho assalariado; o salário conferia o status de produtor sem refletir as capacidades próprias do assalariado. Por fim, os direitos legais permitiriam às mulheres obrigar seus sedutores a reconhecerem seus filhos e os maridos recalcitrantes a cumprirem com as obrigações financeiras com relação à família. A igualdade perante a lei daria às mulheres o poder necessário para impor os princípios de organização da família, a qual teria uma estrutura mais próxima àquela imaginada pelos moralistas e economistas.

Com efeito, Julie Daubié abordava dois problemas aos quais ela parecia trazer duas soluções distintas. De um lado, havia o problema de origem

econômica: as mulheres tinham absolutamente que trabalhar, mas os empregos disponíveis e a escala salarial as colocavam em uma situação na qual lhes era impossível ganhar a vida. As consequências dessa situação eram, ao mesmo tempo, materiais e morais: as *femmes isolées* se encontravam “na pobreza ou na vergonha”, as duas levando à devassidão e à morte; as mulheres casadas estavam na miséria e seus filhos sacrificados. Por outro lado, havia um problema de origem moral: homens que haviam abandonado suas famílias para procurar a liberdade individual, ao invés de cumprir com seus deveres familiares. Essa situação tinha consequências financeiras, principalmente, para as mulheres que quando casadas se viam obrigadas a suplementar os recursos que o marido deveria trazer para o lar. As consequências também eram morais: a organização familiar e a ordem social estavam destruídas. Mesmo destacando que os aspectos morais e materiais estavam ligados, Julie Daubié propunha duas soluções distintas para os dois problemas evocados; a primeira, para as *femmes isolées*, seria a igualdade no mercado de trabalho; a segunda, relacionada às mulheres casadas, era a possibilidade legal de exigir que o pai assumisse suas responsabilidades.

De certa forma, a segunda proposição anulava o caráter radical da primeira: ela parecia indicar que a igualdade era uma compensação para as mulheres ainda não casadas, que não podiam se casar, ou que o marido cometia o crime de abandono da família. Dessa forma, Julie Daubié retomava a visão que a economia política tinha dos homens como fonte principal de sobrevivência familiar (ou seja, como o responsável econômico da reprodução da força de trabalho); ela deixava assim intacta a posição teórica que definia as mulheres (como categoria social, solteiras ou casadas) como assalariadas “imperfeitas”. As soluções práticas de Julie Daubié eram muito distantes daquelas de Jules Simon; além disso, as relações de poder entre os sexos constituíam o centro de sua análise; contudo, ela ficou no interior dos limites conceituais definidos anteriormente pela economia política, aceitava, assim, a ideia que o trabalho e a família (os aspectos econômicos e morais) pertenciam a mundos distintos, ao passo que era

precisamente essa relação entre ambos que justificava fundamentalmente o cálculo dos salários.

Portanto, as operárias foram um tema essencial no discurso da economia política: elas serviam, ao mesmo tempo, como objeto de estudo e como meio de representação de um certo número de conceitos sobre a ordem social e a estruturação da sociedade. Os economistas voltaram sua atenção para as operárias, porque elas pareciam colocar em evidência os problemas do desenvolvimento urbano e industrial, particularmente sob o ângulo da moralidade. Todos esses estudos fizeram da operária um elemento essencial do vocabulário conceitual da ciência moral, um meio que permitia o estabelecimento de regras normativas. Isso implicava uma dupla abordagem que colocava o conjunto das operárias separadas do resto do mundo do trabalho, como se formassem um caso muito particular. Em um segundo momento, sua situação era apresentada como crucial para resolver os problemas enfrentados pela classe trabalhadora nas cidades.

A marginalização das operárias traduzia a pretensão da política econômica de fundamentar sua ciência econômica e moral sobre as características "naturais" de homens e mulheres. Invocar a natureza permitiria legitimar certos preceitos e os tornar indiscutíveis. Dessa forma, justificava-se os salários inferiores das mulheres pela sua dependência "natural" (um dos aspectos funcionais da maternidade); era a mesma explicação de uma ordem social e moral considerada como desejável em termos de distinção clara a ser feita entre os sexos, tanto no plano espacial no qual se opunha trabalho e casa, como no plano físico, no qual a "força muscular" e a produtividade dos homens contrastava com a vocação materna e doméstica das mulheres.

O discurso da economia política analisado neste artigo envolvia, claramente, essa idealização. Ele nos diz pouco sobre o significado do trabalho por aqueles que o realizavam. No entanto, esse discurso não pertencia a um mundo exterior às preocupações materiais, econômicas e políticas. Ao contrário, ele dava

definições que serviam aos debates sobre as medidas políticas, à implementação delas e, até mesmo, à elaboração de críticas fundamentais, como as dos socialistas²⁴. A economia política fornece, assim, os termos utilizados para definir e discutir as relações entre produção e divisão sexual do trabalho.

A marginalização das operárias foi, portanto, um produto histórico que deve ser analisado criticamente. Os historiadores que tratam as operárias como marginais ao processo de urbanização e industrialização apenas perpetuam cegamente os termos do discurso do século 19. Assim, eles perdem a possibilidade de analisar seu funcionamento. É precisamente ao estudar a gênese da marginalização das operárias que é possível descobrir certos problemas essenciais subjacentes às medidas governamentais e ao debate político na metade do século 19 na França. Essa abordagem nos permite não somente ver uma nova dimensão da história, mas também identificar e, talvez, mudar uma das vias por meio das quais se passou a construção do significado do trabalho.

Referências bibliográficas

- BAUDRILLART, H. De l'enseignement de l'économie politique. *Journal des économistes*, 2e série, n. 38, 1862. pp. 180-181.
- BLAISE, A. Cours d'économie politique du Collège de France, *JE*, 1ère série, 1842, 1, p. 206.
- BOYDSTON, J. To Earn her Daily Bread: Housework and Antebellum Working-Class Subsistence, *Radical History Review*, 35, 1983, pp. 7-25.
- CHAMBRE DE COMMERCE DE PARIS. *Statistique de l'industrie*. Paris, 1847-1848. 2 v. Paris: [s.n.], 1851. v. I, p. 11.

²⁴ Parece-me crucial que as críticas feministas das teorias do salário começem não com Marx, mas com a economia política. Sobre isso, ver H. Benenson, Victorian Sexual Ideology and Marx's Theory of the Working Class, *International Labor and Working Class History*, 25, 1984, pp. 1-23. Ver também R. Petchesky, Dissolving the Hyphen: a Report on Marxist-Feminist Groups 1-5, in Z. Eisenstein (ed.), *Capitalist Patriarchy and the Case for Socialist Feminism*, New York, Longman, 1981, pp. 376-377.

CORBIN, A. *Les filles de noce: misère sexuelle et prostitution aux 19e et 20e siècles*, Paris, Aubier, 1978.

COLMONT, A. De l'amélioration de la situation sociale des ouvriers, *JE*, 1ère série, 20, 1848, p. 195.

DAUBIÉ, J.-V. Travail manuel des femmes. *Journal des économistes*, 2e série, n. 39, 1862.

DAUBIÉ, J.-V. Quels moyens de subsistance ont les femmes? *Journal de l'Économie*, 2e série, 39.

DONZELLOT, J. *La police des familles*. Paris: Éditions de Minuit, 1978.

DUNOYER, C. De la concurrence. *Le Journal des Économistes*, 1. série, n. 1, p. 135, 1842.

DUSSART, H. Compte rendu de L'Ouvrière. *Journal des économistes*, 2e série, n. 30, 1861. p. 94.

ECCOMBE, W. Patriarchy Stabilized: the Construction of the Male Breadwinner Wage Norm in Nineteenth Century Britain, *Social History*, 11, 1986, pp. 53-76.

FIX, T. *Situation des classes ouvrières*. 1ère série, v. 10, 1844.

FUCHS, R. *Abandoned children: foundlings and child welfare in nineteenth century France*. Albany: State University of New York Press, 1984. p. 39.

GARNIER, J. Etude sur la répartition de la richesse: profits et salaires, *JE*, 1ère série, 18, 1847.

HARSIN, J. *Policing Prostitution in Nineteenth Century*, Paris, Princeton, Princeton University. 1985.

HUFTON, O. *The Fallen Women and the Limits of Philanthropy in the Early Modern Metropolis: A Comparative Approach*, trabalho não publicado apresentado no exposé Davis Center, Princeton University, abril 1986.

JOSEPH, I.; FRITSCH, P. ; BATTEGAY, A. *Disciplines à domicile: l'édification de la famille*, Paris, Recherches, 1977.

L'AIELÎER, *Journal des ouvriers*. Paris: 30 dez. 1842, p. 31.

MARX, K. *Manuscrits de 1844, économie politique et philosophie*, Paris, Ed. sociales, 1969, p. 85, note 1.

MICHELET, J. *La femme*. Paris: Flammarion, 1981. p. 91.

MOREAU, T. *Le sang de l'histoire: Michelet, l'histoire et l'idée de la femme au 19e siècle*, Paris, Flammarion, 1982, p. 77.

MOSES, C. G. *French Feminism in the Nineteenth Century*. Albany: State University of New York Press, 1984. p. 151-172.

PARENT-DUCHÂTELET, A. *De la prostitution dans la ville de Paris*, 2 vols, Paris, 1836, 3e éd., 1857, vol. 1, pp. 103-104.

PHILADELPHIA MUSEUM OF ART. *The Second Empire: Art in France under Napoleon III*. Philadelphia: Philadelphia Museum of Art, 1978. p. 130.

PROCACCI, G. Social economy and the government of poverty. *Ideology and Consciousness*, v. 4, 1979. p. 62.

PROCACCI, G. *Le gouvernement de la misère: la question sociale entre les deux révolutions, 1789-1848*, Thèse de 3e cycle non publiée, Université Paris VIII, 1983.

RILEY, D. *The Free Mothers': Pronatalism and Working Women in Industry at the End of the Last War in Britain*. *History Workshop*, n. 11, p. 110, 1981.

SAY, Jean-Baptiste. *Traité de l'économie politique*. 6. éd. 2 v. Paris: [s.n.], 1841. p. 324.

SEWELL, W. Jr. *Work and revolution in France: the language of labor from the Old Regime to 1848*. New York: Cambridge University Press, 1980. pp. 223-232.

SEWELL JR. W., *Work and Revolution in France: The Language of Labor from the Old Regime to 1848*, New York, Cambridge University Press, 1980, pp. 223-232.

SIMON, J. *L'Ouvrière*. 2. ed. Paris: Hachette, 1861. p. 11.

VÉE. Du paupérisme dans la ville de Paris, *JE*, 1ère série, 10, 1845, pp. 224-271.

VILLERMÉ, L. *Etat physique et moral des ouvriers employés dans les manufactures de coton, de laine et de soie*, Paris, J. Renouard, 1840, vol. 2, p. 51.

VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women*, New Brunswick, New Jersey, Rutgers University Press, 1983, p. 44.

AS MULHERES E O VOTO

WOMEN AND THE VOTE

POR LETÍCIA BICALHO CANÊDO¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4908-361X>

Resumo

O artigo aborda, historicamente, o lugar da mulher no pensamento político brasileiro a partir da tese de Anne Verjus (2002), a qual sustenta que o desligamento das mulheres de seus encraves sociais acompanhou a individualização da prática do voto. Demonstra que o tema – as mulheres e o voto – só começou a ser matéria de debate com o advento da República, momento em que a ausência das mulheres no ato de votar passou a ser justificada com argumentos sexistas, que questionavam a capacidade eleitoral do sexo feminino. Anteriormente, a capacidade política das mulheres estava implícita no cálculo censitário, avaliado a partir do conjunto das contribuições dos membros da família, homens ou mulheres. Com a abolição do direito do voto pautado no patrimônio familiar, o sufrágio passou a se uma prática masculina individual, dando início ao sexismo como fundamento da exterioridade política da mulher. O artigo sugere que essa exclusão, baseada em critérios sexistas, foi o que abriu caminho para se poder começar a imaginar o sufrágio feminino, obtido em 1932.

Palavras-chave: capacidade eleitoral do sexo feminino; sufrágio sexuado; cidadania cívica versus cidadania civil.

Abstract

The article historically addresses the place of women in Brazilian political thought, drawing on Anne Verjus's thesis (2002), which argues that the disconnection of women from their social enclaves accompanied the individualization of voting practice. It demonstrates that the topic – women and the vote – only began to be a matter of debate with the advent of the Republic, a moment when women's absence from the act of voting started to be justified by sexist arguments questioning the electoral capacity of the female sex. Previously, women's political capacity was implicitly included in the census calculation, assessed based on the contributions of family members, whether men or women. With the abolition of voting right based on family wealth, suffrage became an individual male practice, marking the beginning of sexism as a foundation for the political exclusion of women. The article suggests that this exclusion, based on sexist criteria, paved the way for the possibility of imagining female suffrage, achieved in 1932.

Keywords: female electoral capacity; suffrage on a sexualist basis; civic citizenship versus civil citizenship.

¹ Professora titular aposentada da Unicamp onde desenvolveu suas pesquisas com ênfase na sócio-história do voto e à transmissão do poder político no Brasil. Publicou livros e artigos sobre o tema, entre eles, *Transmissão Familiar do Poder Político*. São Paulo: Ateliê, 2024.

O voto das mulheres brasileiras foi reconhecido, pela primeira vez, em 24 de fevereiro de 1932, durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas. O Código Eleitoral (decreto nº 21.076) considerou eleitor “o cidadão maior de 21 anos sem distinção de sexo”. Entre as outras inovações trazidas por esse código, destaca-se o estabelecimento do voto secreto (art. 56), com ênfase ao uso de envelopes oficiais uniformes e opacos (numerados e rubricados pelo presidente da sessão eleitoral); o isolamento do eleitor em cabine indevassável (fechada com porta ou cortina) para a colocação das cédulas no envelope e a padronização das urnas onde o envelope com o voto deveria ser depositado.

Na mistura indistinta e equivalente dos votos depositados no interior da urna dentro de envelopes neutros, livres de contato externo, o decreto celebrava, simbolicamente, a ideia de uma sociedade de iguais.

A partir de então, as mulheres brasileiras foram integradas na categoria de indivíduo capaz de expressar opiniões políticas próprias por meio do ato do voto, a ser praticado secretamente em local e urna outorgados comum aos dois sexos.

Entretanto, o indivíduo abstrato e a ênfase no segredo escondiam o fato de que o voto, obrigatório para o sexo masculino, não o era para o sexo feminino, o que nos incita a refletir, historicamente, o lugar da mulher no pensamento político brasileiro e a prática do ato de votar.

Na primeira Constituição Brasileira e nas esparsas leis eleitorais produzidas no período do Império, o sexo não era mencionado ao se enumerarem as condições para ser eleitor. O direito ao voto era atribuído aos “cidadãos brasileiros que estão no gozo de seus direitos políticos” (cap. VI, art. 91). Esta cidadania subentendia as mulheres na categoria de esposas, filhas ou mães, agregadas em torno do votante - marido ou pai -, portador do censo eleitoral. Esse censo era de cem mil reis de renda líquida anual “por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego” (art. 92, parágrafo V). A capacidade censitária, que tornava o pai de família eleitor, era avaliada a partir do conjunto das contribuições dos membros de sua família, homens ou mulheres. Tratava-

se de um sufrágio e de uma sociedade profundamente familiarista, que pensava o cidadão de uma família sexualmente diferenciada, socialmente hierarquizada, politicamente unida. No período do Império, portanto, a unidade política era o patrimônio familiar.

Por esta razão, a diluição das mulheres dentro da família no espaço político não era motivo de controvérsia. Na florescente imprensa feminina da época, defendia-se a instrução, considerada necessária para as mulheres dirigirem a educação dos filhos, manterem o lar e significarem a família. Esses escritos permitem compreender a situação política das mulheres, mantidas numa espécie de exterioridade eleitoral, não em razão de seu sexo, e sim devido ao seu estatuto sacionatural de filhas, esposas e mães de cidadãos, ou seja, de membros da família. Nesta organização, em que a unidade política era o patrimônio familiar, a mulher não era sentida como um indivíduo. O trabalho de abstração que implica o desligamento das mulheres de seus encraves sociais exigiu uma difícil aprendizagem, que acompanhou a individualização da prática do voto (Verjus, 2002).

Até 1880, votar era um ato coletivo. Tratava-se inicialmente de uma assembleia de votantes, de deliberação coletiva. A eleição era realizada dentro de igrejas, após uma comissão local identificar e alistar o cidadão. A comissão local decidia, no dia da eleição, pela exclusão ou inclusão dos votantes e dos eleitores em meio a contendas e turbulências. A organização material do local de votação se reduzia a uma mesa e uma urna improvisadas, sem uma separação evidente da assembleia. Os votantes depositavam na urna um pedaço de papel trazido de casa com os nomes e as profissões dos candidatos e assinavam esse papel diante dos mesários, o que impedia o eleitor de realizar só, e secretamente, a operação do voto sem tumulto e violência (física ou verbal).

Em 1881, a Lei Saraiva aboliu as comissões paroquiais e encarregou uma magistratura de alistar o eleitor, visando formar listas padronizadas permanentes em formulários idênticos, base para a contabilidade do Estado e a criação de um corpo eleitoral neutro. O local onde funcionava a mesa eleitoral foi separado, por uma

divisória, do lugar onde ficavam os eleitores, que só podiam entrar na medida em que fossem chamados, um a um, para votar na presença de todos.

A ausência feminina na chamada para votar não era notada. Mas durante as discussões parlamentares para a aprovação da lei Saraiva houve, pela primeira vez, uma única referência a essa ausência. Ela aparece na resposta do Deputado Saldanha Marinho ao aparte do Deputado Zama: "Por que não quer V. Excia a inclusão das mulheres?" Respondeu o parlamentar: "É possível, mas não se trata e nem eu me ocupo dessa espécie" (Annaes do Parlamento Brasileiro, tomo I: 1880, p.333).

A ausência feminina no ato de votar passou a constituir problema, exigir explicação, tornar-se assunto parlamentar e questão intelectual quando, com a República, o voto censitário foi abolido e a unidade política deixou de ser a fortuna familiar. Bruscamente, a mulher foi retirada de uma unidade política que era a família, e colocada diante de uma nova unidade política que era o homem adulto do sexo masculino. A esposa parceira que contribuía com sua renda para capacidade censitária que tornava o pai de família eleitor foi substituída pela mãe sem direito ao voto. As mulheres, antes niveladas pelo fato de que somente o detentor do patrimônio familiar exercia o direito do voto, emergiram como nulidade política em relação aos outros membros da casa: os filhos e os empregados domésticos. Estes, em especial, aos quais as patroas davam ordens, foram, politicamente, colocados acima delas, tratados como homens que podiam votar.

A visibilidade política dada ao sexo perturbou os contemporâneos. A ideia estapafúrdia de uma participação eleitoral das mulheres começou a ser discutida como problema na cena política e exigiu o estabelecimento de uma distinção entre mulher e esposa, entre o ser capaz de exercer funções políticas e o ser determinado por seu sexo. Nessa circunstância política, a mulher começou a sair da espécie de invisibilidade em que havia sido deixada até então.

Nos debates da Constituinte Republicana, em 1890, a confusão dos termos mulher, esposa e contribuinte levou um deputado a discursar que a mulher é senhora. "Representa a senhora do marido na sociedade e domina o lar" (Roure

1979, p.282). Um outro argumentou que se a mulher pagava imposto, como “não pode ter o exercício do mesquinho direito de voto dado ao homem da enxada que apenas saiba ler e escrever?” (Roure, 1979, p.287). Obrigada, pela primeira vez, a explicar a privação do sexo feminino da função eleitoral, a maioria dos deputados pensou com as antigas categorias de pensamentos oriundas da ordem política anterior e seguiu a opinião do deputado Moniz Freire:

querer desviar o espírito feminil dessa função que é a base de toda a organização social, cujo primeiro grau é a família, para levá-la ao atrito das emulações práticas, no exercício de funções públicas, é decretar a concorrência dos sexos nas relações da vida ativa, nulificar esses laços sagrados da família, que se formam em torno da vida puramente doméstica da mulher (Roure, 1979, p.280).

A particularidade sexual, ao emergir no Parlamento, progressivamente atingiu a posição de desafio político e deu início às discussões na imprensa feminina cujas redatoras começaram a sentir essas declarações como uma exclusão política, uma rejeição à capacidade eleitoral do seu sexo e passaram a se manifestar contra isso. O *Sexo Feminino* mudou o nome para *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino. A Família: jornal literário dedicado a mãe de família*, passou a defender o direito da mulher de intervir nas eleições, de eleger e de ser eleita. Sua proprietária, e redatora-chefe, Josefina Alvares de Azevedo, escreveu a peça teatral *O voto feminino*, que foi encenada no final de 1890, no período em que a Assembleia Constituinte se reunia.

A relação dos homens e das mulheres com a família dentro do espaço político era uma discussão difícil porque, nas normas das Ordenações Filipinas que ainda regiam o direito civil, a família era a unidade básica da sociedade, reconhecendo ao homem a superioridade jurídica. Foi o que levou Assis Brasil a argumentar na Assembleia Constituinte que “a mulher ainda não tem competência para imiscuir-se em eleições, o sufrágio deve ser realmente universal, mas só para homens” (Brasil, 1931, p. 53).

As diversas entidades que reuniam militantes feministas, impulsionadas nos anos 1920, tiveram que se defrontar, ao mesmo tempo, com a questão legal do

Código Civil de 1916 — seu pertencimento à comunidade política, como membro da sociedade — e com os dispositivos materiais que pudessem garantir a individualização do exercício do sufrágio por meio do voto secreto. Sem o voto secreto não haveria a garantia de que a mulher pudesse votar desvinculada do pai ou do marido, uma vez que o código civil afirmava textualmente que o “marido é o chefe da sociedade conjugal” (artigo 233) e especificava a necessidade da autorização do marido para “aceitar tutela, curatela ou outro múnus público” (artigo 242, inciso V). Entre esses encargos, incluíam-se votar, atuar como mesária eleitoral, depor como testemunha, prestar serviço militar ou ocupar cargos que afetassem os interesses da pátria ou da ordem social.

Diante dessa situação, o movimento feminista optou pela total garantia do voto secreto e da igualdade homem-mulher em nome da valorização do indivíduo abstrato. Com a ênfase na competência universal, alardeada como ideal de igualdade republicana, o movimento procurou eliminar as representações sociais da cidadania que sublinhavam a tradicional dependência da mulher como empecilho ao voto feminino. O movimento, assim, valorizou o sufrágio sexuado antes de tratar da questão legal da incapacidade civil da mulher casada como dispunha as normas do Direito.

O resultado da rendição do corpo eleitoral feminino às normas de igualdade republicana foi a extensão do sufrágio ocorrer somente na ordem do discurso: aos olhos da sociedade, cidadão e cidadã continuaram a ser pensados em níveis diferentes de competência. Assim, no anteprojeto do Código Eleitoral de 1932, o redator João C. da Rocha Cabral preferiu não conceder:

a perfeita igualdade política dos sexos, pelo menos quanto à forma de obrigatoriedade do alistamento. Seria isso destroçar num momento, sem uma preparação prévia, uma tradição secular e um sistema de direito privado, em que a mulher casada ainda está colocada em situação desigual à dos homens no que diz respeito à chefia do casal, administração dos bens, escolha do domicílio e da profissão daquela fora do lar (Cabral, 1934, p. 20).

A redação do Código manteve as mulheres politicamente na dependência das decisões de seus maridos, isto é, só poderiam votar com autorização do cônjuge. A justificativa foi de que não se poderia limitar a autoridade do chefe da família, como reconhecia o Código Civil. Como resultado, até 1965, o sufrágio foi universal, mas apenas para os homens. O fim do pátrio poder, por sua vez, esperou bem mais: só foi abandonado com o Código Civil de 2002, que decretou o fim da incapacidade civil da mulher casada. O que não impede a consideração final de que foi graças à instituição do sufrágio sexuado que se pôde começar a imaginar o sufrágio feminino.

Referências

Constituição, Anais e Atas

BRASIL. Constituição Política Do Império Do Brasil (1824). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Annaes do Parlamento Brasileiro, Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1880. Tomo I.

BRASIL. Atas do Conselho de Estado. Brasília, Senado Federal, 1973. Volume X.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071impressao.htm>. Acesso em: 15 out. 2024.

Jornais

AZEVEDO, Josephina. A Família: jornal literário dedicado a mãe de família. Rio de Janeiro, 30 nov. 1889. Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/familia/379034>>. Acesso em: 30 out. 2024.

AZEVEDO, Josephina. *A Família*: jornal literário dedicado a mãe de família. Rio de Janeiro, 06 jul. 1889. Disponível em: <<https://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/familia/379034>>. Acesso em: 30 out. 2024.

DINIZ, Francisca Senhorinha de Mota. *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Rio de Janeiro, 06 abr. 1890. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/quinze-de-novembro/228559>>. Acesso em: 30 out. 2024.

DINIZ, Francisca Senhorinha de Mota. *Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Rio de Janeiro, 03 ago. 1890. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/quinze-de-novembro/228559>>. Acesso em: 30 out. 2024.

Livros e artigos

BRASIL, J. F. de Assis. *Democracia Representativa – do voto e do modo de votar*: Imprensa Nacional, 1931.

CABRAL, João da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil* - 1932. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1934.

CANEDO, Letícia (org.) *Sufrágio Universal*, São Paulo, Estação Liberdade, 2005.

CANEDO, Letícia. Aprendendo a votar. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla (org.). *História da cidadania*. São Paulo: Contexto, 2004.

MOREIRA ALVES, Branca. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

OFFERLÉ, Michel. *Un homme, une voix ? Histoire du suffrage universel*. Paris: Gallimard, 1993.

PORTE, Walter Costa. *Dicionário do Voto*. São Paulo: Giordano, 1995.

ROURE, Agenor de. *A Constituinte Republicana Brasileira*. Senado Federal, 1979.

SOUTO-MAIOR, Valéria Andrade. *O Florete e a Máscara: Josefina Alvares de Azevedo*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2001.

VERJUS, Anne. Voto Familiarista e voto Familiar. In: CANEDO, Letícia, (org.) *Sufrágio Universal*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

VERJUS, Anne. *Le cens de la famille. Les femmes et le vote, 1789-1848*, Paris, Belin, 2002.

SER MÃE NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: ATRIBUIÇÃO NATURAL, APRENDIZADO CIENTÍFICO E DEVER CÍVICO

BEING A MOTHER IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY: NATURAL ATTRIBUTION, SCIENTIFIC LEARNING AND CIVIC DUTY

Por Ana Laura Godinho Lima¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4154-0858>

Nathalia Marques Biazotto²

ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-4719-9973>

Viviane Santos Oliveira³

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-2451-4646>

Resumo

Este artigo analisa os discursos sobre a maternidade dirigido às mulheres na primeira metade do século XX no Rio de Janeiro e em São Paulo, buscando evidenciar o seu caráter ambíguo. Por um lado, afirmava-se que ser mãe era a destinação biológica da mulher, a qual era naturalmente dotada de um instinto materno. Por outro lado, defendia-se que era preciso ensinar as mulheres a desempenhar bem a função materna. A análise incide sobre a revista *Educação e Pediatria*, publicada de 1913 a 1915, no Rio de Janeiro, e sobre materiais empregados na formação das alunas do Centro de Puericultura da Escola Normal da Praça da República de São Paulo. O exame das fontes vale-se da perspectiva da análise do discurso, de Michel Foucault (2004).

Palavras-chave: Pediatria; Pedagogia; Escola Normal.

Abstract

This article analyzes the discourses on motherhood directed at women in the first half of the 20th century in Rio de Janeiro and São Paulo, seeking to highlight their ambiguous nature. On the one hand, it was stated that being a mother was the biological destiny of women, who were naturally endowed with a maternal instinct. On the other hand, it was argued that it was necessary to teach women how to perform the maternal role well. The analysis focuses on the journal *Educação e Pediatria*, published from 1913 to 1915, in Rio de Janeiro, and on materials used in the training of students at the Puericulture Center of the Escola Normal da Praça da República de São Paulo. The analysis is based on the perspective of discourse analysis, by Michel Foucault (2004).

Keywords: Pediatrics; Pedagogy; Normal School.

¹ Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Livre Docente. Avenida da Universidade, 308. (alglima@usp.br)

² Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. Avenida da Universidade, 308. (nathalia.biazoto@usp.br)

³ Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação. Avenida da Universidade, 308. (viviane_oliveira@usp.br)

Introdução

Desde a segunda metade do século XIX no Brasil, a maternidade tornou-se alvo da preocupação dos médicos. No texto *A política da saúde no século XVIII*, Michel Foucault (1996) afirma que já nesse período o interesse pela proteção das crianças no interior da família tornou-se um dos novos objetivos dos governos em países da Europa ocidental, que passaram a investir na saúde da população. Buscava-se não apenas ampliar a força de trabalho, mas também gerir as condições de vida, num contexto de aumento da densidade demográfica, no qual questões como as taxas de natalidade, morbidade, longevidade e mortalidade tornavam-se mais evidentes e relevantes para o governo. As condições nas quais as crianças nasciam e se desenvolviam, bem como os fatores que interferiam em sua saúde e crescimento passaram a ser estudados pelo saber médico, que voltou o seu interesse para a intimidade familiar, procurando intervir em seu modo de funcionamento, tendo em vista assegurar não apenas a sobrevivência, mas também a saúde e a boa educação dos filhos. Já nesse período, surgiu uma série de tratados médicos destinados a transmitir às famílias os princípios da higiene infantil.

Em *Ordem Médica e Norma Familiar*, Jurandir Freire Costa (2004) descreve o modo como mais tarde ocorreu no Brasil um processo análogo, por meio do qual o governo, aliando-se aos médicos, buscou apoderar-se das crianças, futuros cidadãos da pátria, evitando a sua morte prematura e atribuindo aos pais, em especial às mães, o dever de zelar pela sua boa criação no início da vida, desde a concepção. Conforme o autor, a partir de meados do século XIX o problema das altas taxas de mortalidade infantil tornou-se objeto de escrutínio nos cursos e nas teses de medicina. Em 1843, foi publicado o primeiro compêndio de puericultura no Brasil, de acordo com a “Pequena crônica da puericultura e pediatria brasileiras”, de Martinho da Rocha (1996), autor de obras de divulgação da puericultura. Tratava-se do livro *A guia médica das mães de família*, da autoria de J.B. A. Imbert. Contudo, segundo Walter Telles (1996), o surgimento da pediatria como especialidade médica ocorreria décadas mais tarde, com a criação, em 1882, do primeiro “curso de clínica das moléstias das crianças”.

Em artigo sobre a história dos manuais de puericultura publicados no Brasil, observou-se que

Os manuais de puericultura consistiam em uma das estratégias empregadas pelos pediatras para levar os seus ensinamentos para além dos seus consultórios. Serviam como um suporte de informações particularmente útil, na medida em que, estando sempre à mão, podiam ser consultados no exato momento em que surgisse uma dúvida em relação ao cuidado com o bebê. A partir do início do século XX, além de serem destinados às mulheres grávidas, esses compêndios passaram a ser redigidos também como material didático dos cursos de puericultura oferecidos nas Escolas Normais. Apresentavam, portanto, sempre um propósito educativo (Lima, 2007, p. 103).

Longe, contudo, de significar um substituto do pediatra, a publicação dessas obras de divulgação dos conhecimentos sobre a higiene infantil pretendiam induzir as jovens mães a recorrerem aos médicos em vez de confiar, como tradicionalmente se fazia, nos conselhos das mulheres mais experientes do seu próprio convívio, como eram as avós, as tias ou as comadres, que haviam enfrentado antes delas o trabalho do parto e as aflições que sofrem aquelas que se veem subitamente responsáveis pelos cuidados de um recém-nascido. Na primeira metade do século XX, os médicos precisaram travar uma disputa com essas “entendidas” e fazer uso de diversas estratégias para desacreditá-las e ganhar a confiança das mães de primeira viagem, inclusive da ameaça e do humor. Em sua *Cartilha das mães*, o Dr. Martinho da Rocha (1939, p. 13-14) pontificava:

Tudo é mais fácil, escolhendo um mentor cujos conselhos obedecem à risca. Informem-se como vestir o bebê, como alimentá-lo como banhá-lo e pô-lo ao ar livre. Nada façam por iniciativa própria, ou alvitre de ‘entendidas’. Tantas serão as sugestões de amiguinhas, que fatalmente se perderão em conselhos contraditórios. D. Babéte, mãe de dez filhos, rubra de entusiasmo, discute com D. Gertrudes, que tem doze pimpolhos. E não chegam a acordo. Jovem e discreta, mãe bem avisada, não interrompa a disputa das amigas! Deixe-as sair, vá ao telefone e... peça a opinião de seu medico. Só desse modo o filho querido não servirá de experiência para agradar à vizinha da esquerda, ou da direita.

Os manuais foram uma entre diversas outras estratégias das quais os pediatras procuraram se valer em seu esforço de aculturar as mães e levá-las a substituir os costumes tradicionais pelos procedimentos científicos. Nesse período, foram criadas instituições, como o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPA), fundado por Arthur Moncorvo Filho no ano de 1899, onde se realizavam consultas e cursos de puericultura voltados às mães, entre outras iniciativas (Kuhlmann Jr., 1998). Publicaram-se revistas dedicadas ao tema, bem como colunas de pediatras em revistas femininas. Passou-se a defender o ensino da puericultura para as meninas nas escolas primárias e nas escolas normais destinadas à formação das professoras, entre outras iniciativas.

É importante observar que os médicos se dirigiam às mães de primeira viagem, na condição de especialistas e de homens mais velhos, e seu discurso tendia a infantilizá-las, como evidencia o uso do diminutivo para fazer referência a elas, inclusive em alguns títulos de manuais, como *O livro das maezinhas*, de Wladimir Piza, que teve várias edições e chegou a ser distribuído às famílias quando iam realizar o registro de nascimento da criança. Seu propósito era o de transformar as mulheres em mães-enfermeiras de seus filhos, prontas a comunicar ao pediatra qualquer sintoma e seguir à risca as suas indicações de tratamento. Assim se pronunciava o Dr. Martinho da Rocha (1939, p. 163), autor da *Cartilha das mães*:

Quantos erros a corrigir, quanta desgraça evitável! Só é possível melhorar a situação lamentável da mortalidade das crianças entre nós pelo ensino systemático da hygiene a todas as moças, para que ellas, além de mães, se façam boas enfermeiras dos próprios filhos.

Neste artigo, explora-se o discurso científico e pedagógico dirigido às mães na primeira metade do século XX no Rio de Janeiro e em São Paulo, a partir de fontes diversas, buscando-se evidenciar o seu caráter ambíguo. Isso porque, por um lado, afirmava-se que ser mãe era a destinação biológica da mulher, a qual era naturalmente dotada de um instinto materno. Por outro lado, simultaneamente se defendia a ideia de que era preciso ensinar as mulheres a desempenharem bem a função materna para que pudessem cumprir o dever cívico de criar cidadãos robustos para a Pátria. Afirmava-se que eram os pediatras, quase sempre homens e, portanto,

desprovidos do mesmo instinto, que estavam melhor habilitados para esclarecê-las sobre como proceder, uma vez que eram eles os detentores do conhecimento científico, adquirido nas faculdades de medicina e nos laboratórios, bem como em suas vastas experiências ao atender diversas crianças todos os dias em seus consultórios.

Inicialmente, a análise incide sobre a revista *Educação e Pediatria*, publicada de 1913 a 1915, no Rio de Janeiro. Em seguida, toma como objetos dois materiais empregados na formação das alunas do Centro de Puericultura da Escola Normal da Praça da República de São Paulo. São eles o Álbum de Fotografias do Centro de Puericultura, datado de maio de 1933 a 1934, o qual registrava as atividades realizadas pelas alunas no cotidiano da instituição e o livro *A mamãezinha: pequenas lições de puericultura* (1941), da autoria de Guiomar Rinaldi, ex-aluna da instituição.

O exame das fontes vale-se da perspectiva da análise do discurso, de Michel Foucault (2004), que sugere partir não dos autores, mas de uma descrição dos próprios enunciados para caracterizar a formação dos objetos, dos conceitos, das teorias e da posição dos sujeitos em condição de formulá-los, tendo em vista caracterizar o discurso como prática social compartilhada, a qual, além disso, é engendrada no âmbito de relações de poder.

Na análise que aqui se propõe, as regras de formação têm seu lugar não na ‘mentalidade’ ou na consciência dos indivíduos, mas no próprio discurso; elas se impõem, por conseguinte, segundo um tipo de anonimato uniforme, a todos os indivíduos que tentam falar nesse campo discursivo (Foucault, 2004, p. 69).

Além disso, não se tem em vista julgar os discursos examinados em termos da sua veracidade, mas compreender as estratégias a partir das quais foram pronunciados e reconhecidos como discursos verdadeiros. Entre essas estratégias, a prática de realizar registros fotográficos das atividades no Centro de Puericultura e organizá-los em álbuns com legendas que orientavam o olhar para os aspectos relevantes das imagens, deve ser considerada. Nesse sentido, consideramos tanto as fontes textuais quanto as imagens como parte do discurso da puericultura veiculado naquele período.

Os discursos sobre a maternidade na revista *Educação e Pediatria*

Publicada pela primeira vez em junho de 1913, no Rio de Janeiro, a revista *Educação e Pediatria* resultou da parceria entre Franco Vaz, diretor da Escola Premonitória 15 de Novembro, e o médico pediatra Alvaro Reis, professor de higiene elementar da mesma escola. O periódico teve curta duração, seu último número foi publicado em dezembro de 1915, totalizando 13 volumes. A lista de seus colaboradores conta com a participação de mais de cinquenta intelectuais, incluindo médicos, juristas, educadores, literatos, publicistas e outros com saberes legitimados. Recorrendo à perspectiva da análise do discurso foucaultiana, pode-se afirmar que a posição de sujeito do enunciado na revista era ocupada por homens reconhecidos, como intelectuais e especialistas, dedicados às questões da educação e da saúde públicas.

O periódico propunha ser um espaço de diálogo e luta política, sobretudo acerca de assuntos referentes à infância, destacando-se a preocupação com a alta taxa de mortalidade infantil no território brasileiro, fato interpretado como atraso civilizacional. Deste modo, os colaboradores tinham a intenção de não apenas teorizar, mas agir, expondo uma agenda pública de compromisso com a cidade do Rio de Janeiro e com o país. Franco Vaz (1913), no artigo de apresentação da Revista, intitulado *Nosso Rumo*, elenca quatro razões pelas quais decidiu organizar o periódico, como também seus objetivos: formar uma raça mais sã e geradora de uma criança mais pura, combater a mortalidade infantil, combater o analfabetismo no país, e por último, a criminalidade infantil.

Assim, os discursos presentes na Revista *Educação e Pediatria* evidenciam a ligação já estabelecida entre a proteção à infância e o futuro da nação, como uma das condições para a formação de uma república civilizada. Demonstram ainda o profundo envolvimento de seus responsáveis naquele contexto histórico, bem como o seu empenho na valorização da educação e da medicina, em particular da fusão entre pediatria e higiene, para alcançar aquele objetivo. Em

um movimento análogo ao descrito por Michel Foucault e Jurandir Freire Costa nos trabalhos mencionados, considerava-se que, para que houvesse a mudança social almejada, era preciso alcançar as famílias. Por esse motivo, as mães, responsáveis diretas pelas crianças, tornaram-se alvo da preocupação dos intelectuais, sobretudo os da classe médica, tendo em vista os cuidados maternos com a criança e o manifesto objetivo de reduzir a mortalidade infantil no Brasil. É nos artigos escritos por médicos que o discurso sobre a maternidade aparece na revista, com vistas a educá-las para uma maternidade higiênica.

Os dizeres de Franco Vaz revelam o direcionamento do periódico às mães e a razão para tal: "como não esqueceremos de recommendar, (...) a instruçao das mães, cuja carência de conhecimentos constitue uma das causas poderosas da infelicidade de seus filhos" (Vaz, 1913, p. 8). Para a intelectualidade da época, a falta de conhecimento materno figurava como um dos principais desafios a serem superados, e, portanto, disseminar a instrução se fazia essencial para o objetivo de reduzir a mortalidade infantil.

No segundo volume, há um espaço reservado pelos organizadores para a exposição das opiniões de outros periódicos de relevância sobre o lançamento da revista. O Jornal *A Gazeta de Notícias* afirmava que *Educação e Pediatria* seria de grande utilidade e importância para as mães de família, e justificava:

Uma māi, para o ser bem, deve saber quaes são as regras principaes a observar na vida physica, moral, e até mental, do seu extremecido filho. Esse conhecimento poupará, mais tarde, sérios dissabores. É preciso que ella leia alguma cousa, que conheça as regras principaes, com cuja observancia criará e educará perfeitamente seus petizes. Uma publicação assim faltava, infelizmente, em nosso meio, em lingua portugueza. E' essa falta, exactamente, que desapparece agora. A revista *Educação e Pediatria* (...) é uma publicação que, sob todos os pontos, se impõe a todas as māis de familia. Ella não é somente util a todos os professores, educadores, estudantes e estudosos. É-o também, e grandemente, ás senhoras que têm filhos, que os desejam vêr sãos, ríjos, educados, apparelhados para o triumpho futuro. O conselho ahi fica. Aquellas que o tomarem, não se arrependerão. Uma leitura dessa ordem é tambem uma fôrma de elegancia feminina e de chic espiritual (*Gazeta de notícias*, apud *Educação e pediatria*, 1913, p. 135.).

Nota-se que o cunho orientador da revista fica explícito desde o primeiro volume, o que já se evidencia em seu título, *Educação e pediatria*. Aqui, o termo "educação" ultrapassa a situação do contexto do sistema educacional do país, abarcando também a essência do lugar de detentores de um saber institucionalizado exercido pelos médicos da época, incumbidos da missão de instruir e guiar a sociedade ao progresso civilizacional. Assim, os médicos não mais se limitavam apenas aos cuidados clínicos, mas exerciam a função de educadores, buscavam conscientizar a sociedade sobre questões relevantes à saúde e ao bem-estar da infância. Eles assumiam uma missão que transcendia os muros dos hospitais, adentrando nas casas e nas comunidades, desempenhando um papel considerado vital na construção de uma sociedade esclarecida pelos conhecimentos científicos, os quais deveriam ser empregados pelas mães, as principais responsáveis por zelar pela infância (Costa, 1979).

Nos discursos presentes na revista *Educação e Pediatria*, a maternidade aparecia atrelada aos preceitos de higiene e assistência, principalmente quando se tratava das famílias pobres. A fim de veicularem o que vinha sendo feito em prol da infância no Brasil, o médico Moncorvo Filho, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPA), foi convidado a expor em artigos distribuídos em dois volumes do periódico - setembro e outubro de 1913 - as práticas de seu Instituto, bem como os resultados que alcançara nos últimos anos desde sua inauguração. No artigo *Proteção da Infância no Brasil*, o pediatra elencava os programas desenvolvidos para assistência às mães e às crianças.

No subtópico, Propaganda da Hygiene Infantil afirmava: "uma das partes mais importantes e mais úteis do programa da nossa instituição é, sem dúvida a que se refere a propaganda, muito extensa, que fazemos da hygiene infantil entre as mães pobres, em sua maioria muito ignorantes e mesmo a maior parte analphabetas." (Moncorvo Filho, 1913, 336). Nota-se que Moncorvo Filho usou seu Instituto para educar e treinar mulheres pobres com o intuito de torná-las mães melhores, buscando desse modo evitar a morte precoce de seus filhos.

A propaganda era feita, sobretudo, pela distribuição do folheto ABC das Mães, distribuídos pelo IPAI, com linguagem acessível a todo o público, contendo conselhos para instruir as mães sobre o bom modo de criar seus filhos. Esses folhetos eram organizados de modo que cada letra do alfabeto, de A a Z, trazia uma orientação sobre como proceder nos cuidados diários com as crianças pequenas, como por exemplo, sobre a importância do aleitamento materno até pelo menos um ano de idade, desaconselhando a introdução de alimentos sólidos antes desse período; sobre os perigos das mamadeiras de metal, chamadas de "mamadeiras assassinas", e dos bicos de borracha cinzenta, considerados "venenosos"; o autor também ressaltava a proibição de qualquer bebida alcoólica às crianças e o uso de medicações apenas sob prescrição médica, evitando, assim, superstições e maus conselhos.

As mensagens associadas às letras Q a Z veiculavam não apenas orientações às mães, mas um apelo:

Quantas crianças não morreriam si as mães attendessem aos bons conselhos e procurassem instruir-se para preserval-as contra as moléstias? Reflictam bem as mães sobre os conselhos que ahi ficam. Salve-se a infância que é o futuro da Patria! Trabalhe-se para esse fim que é um dever social. Útil será para a família a vida do pequeno ser. Verá como é feliz toda a mãe que puder bem criar os seus filhos. Zelando a saúde dos filhos dão as mães a maior demonstração da sua bondade e do seu amor (ABC das mães, apud Educação e pediatria, 1913. p. 338).

É possível notar que as recomendações presentes no folheto destacavam o dever cívico atribuído às mães: a responsabilidade de salvar a infância e, consequentemente, a Pátria. Isso revela que os programas não foram motivados diretamente por uma preocupação com as mães ou seus filhos, mas pelo interesse no futuro da nação. O discurso deixa claro que as mães cumprem um dever social ao zelar pela saúde de seus filhos, cujo benefício se estende à coletividade. Evocando ideais de felicidade, amor e bondade, o periódico frequentemente enfatiza esses valores ao abordar o papel e o dever das mães.

Ainda, o autor afirmava que a proteção da infância pobre era a base da felicidade dos povos (Moncorvo Filho, 193, p. 310). Retomando a feição de luta e combate que caracteriza o periódico, no que se refere às camadas mais baixas da sociedade, os intelectuais faziam um apelo ao Estado para que tomasse medidas para educar as mães conforme os preceitos de higiene modernos e providenciasse os recursos necessários para que elas pudessem abandonar a prática de recorrer às criadeiras e às parteiras, de modo que não houvesse mais mortes de crianças provocadas por maus cuidados. Em um discurso pronunciado na Sociedade Brasileira de Pediatria em junho de 1913 e publicado na revista no volume de julho do mesmo ano, o Dr. Fernandes Figueira expressava sua preocupação com as condições enfrentadas pelas mães pobres:

E comtudo, não se pensa nas mães que, necessitando empregar-se em trabalhos domésticos, são repelidas por trazerem consigo os seus filhos pequenos. Livram-se delles (e podem empregar-se, as infelizes!) entregando-os às cognominadas "criadeiras" que, mediante parco salario, fazem subir de pronto o obituário infantil (Figueira, 1913, p. 101).

Na revista *Educação e Pediatria*, é possível notar preocupação nos discursos dos intelectuais recaindo sobre as mulheres que precisavam trabalhar e deixavam seus filhos aos cuidados de outrem, afirmando que eram elas as que necessitavam de maior assistência, uma vez que os seus filhos eram deixados aos cuidados de amas de leite, na impossibilidade de amamentá-los enquanto trabalhavam. Quando sobreviviam, sem supervisão podiam entregar-se ao vício e ao crime. Essas mães não tinham acesso aos modernos preceitos de higiene e necessitavam de instrução e acompanhamento para que soubessem tornar-se boas mães e zelar pelos futuros cidadãos da Pátria.

O médico defendia que era necessário atuar caso a caso, e que, portanto, as propagandas de muitas palavras seriam pouco efetivas. Assim, defendia "a criação de consultórios de higiene infantil nos estabelecimentos nosocomiais do país" (Figueira, 1913, p. 102), que seriam espaços sem prescrição de remédios, de caráter preventivo, apenas de acompanhamento das crianças aparentemente saudáveis, assegurando que as suas mães saberiam manter o seu bom estado de saúde. Revelava ainda a sua

preocupação com a educação das mães pobres sobre a tuberculose, doença que tinha um rápido contágio, e afirmava que na primeira infância, a doença era contraída no meio domiciliar (Figueira, 1913, p. 102).

Foi nesse cenário que se instauraram os programas de educação e assistência destinados principalmente às mães, dirigidos por médicos, educadores e políticos. Esse grupo de homens pretendia ensiná-las a se tornarem mulheres e mães melhores, mas não julgavam necessária qualquer consulta às interessadas acerca das suas próprias necessidades e interesses.

O médico Alvaro Reis, em seu artigo intitulado *O berço*, defendia a assistência à mulher e à criança após a saída da maternidade, considerando que a criança nascida de mãe pobre estaria fadada ao vício, ao crime, às doenças, caso não fosse acompanhada de perto pela saúde pública. Por outro lado, citava como um exemplo a ser seguido a creche - pouponierre - de Porchefontaine na cidade de Versalhes, originalmente criada para ajudar mães solteiras e salvar recém-nascidos (Reis, 1913, p. XX). Nessa instituição, mães solteiras eram acolhidas com seus bebês e treinadas em cursos de arrumação e puericultura, em troca dos quais deveriam amamentar e criar filhos da classe média. Em meados dos anos 1910, a creche passara a oferecer cuidados médicos-educativos. O médico atestava que em instituições próprias, nas quais se ofereciam cuidados especializados, as crianças eram melhor cuidadas do que com as criadeiras, prática comum no Brasil e reprimida pelos especialistas porque, segundo eles contribuía para aumentar a mortalidade infantil.

Os discursos do periódico vinculavam a instrução à assistência dentro dos preceitos higienistas, destacando a maternidade como um campo de ação crucial de atuação para os intelectuais que visavam o bem coletivo e o progresso da nação. Nesses discursos, a maternidade era enaltevida como uma responsabilidade pública de grande importância. O ensino de higiene e a adaptação das mães aos novos padrões de cuidados com os filhos eram considerados essenciais para alcançar os objetivos de uma república civilizada e moderna.

Paralelamente aos cuidados com a saúde física, a preocupação com o bem-estar moral das mães e crianças também se fez presente nos discursos do periódico. Nesse contexto, tornava-se imperativo educar as mães para que pudessem zelar, além de sua saúde física, também pela educação moral. No volume de julho de 1913, o médico Mello Leitão escreveu um artigo intitulado *Impressões sobre a educação feminina*, em que trazia suas percepções acerca da educação feminina nas escolas. Sua preocupação era revelada quando expunha que o ideal da maternidade devia ser valorizado desde a mais tenra idade para que, quando a menina se tornasse adulta, soubesse portar-se como mãe de família e valorizar sua função materna.

O doutor elencava questões morais, lamentando o que se passava no país, que, segundo ele, aproximando-se do "exemplo triste e nefasto da França, descura-se na educação das meninas justamente a parte mais necessária - prepará-las para o papel mais nobre da mulher na sociedade, o de mãe de família." (Leitão, 1913, p. 113-114). O autor afirmava que a função materna deveria ser ensinada nas escolas, por ser mais importante do que o ensino de pintura, das artes, e dos idiomas inglês e francês.

Para o médico, era necessário que a escola ensinasse a ideia mais nobre de maternidade, sendo essa a aspiração mais doce da mulher. Ele ainda ressaltava que a menina deveria estar pronta a responder às mulheres mais velhas nas práticas contraceptivas, todas consideradas degradantes. Nesse ponto, lamentava a laicização do ensino no que dizia respeito às mulheres, que podia acarretar em que a mulher dissesse "Deus me livre de ter filhos", por não ter sido educada dentro dos parâmetros amorosos e sagrados em que se enquadrava a maternidade. O autor sumarizava sua argumentação defendendo três pontos indispensáveis na educação das meninas: o respeito e admiração à mulher grávida, a higiene infantil, e a obrigação de amamentar o filho, acrescentando que a natureza punia, muitas vezes, as mães que não amamentavam, com o cancro de seio (Leitão, 1913, p. 116).

Egoísmo, vileza e hipocrisia eram alguns dos adjetivos usados pelo médico para definir a educação que não valorizava a maternidade. Citava a teoria malthusiana, reprimindo quem defendia a contenção do crescimento populacional pela

abstinência sexual ou o adiamento dos casamentos para a população mais pobre. Tanto Alvaro Reis quanto Mello Leitão criticavam os adeptos a Malthus e as medidas abortivas. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, o movimento higienista empenhou-se para impor às mulheres uma educação física, moral, intelectual e sexual orientada pelo ideal de boa mãe e dona de casa.

Portanto, o periódico buscou desempenhar uma função educativa com o objetivo de promover o progresso civilizatório nacional, tendo como alvo principal as mães. Os médicos adjetivavam o papel da mãe como nobre, sublime e elevado, buscando, assim, valorizá-lo e enaltecer sua importância no contexto social.

Em um movimento semelhante ao ocorrido na Europa no século XVIII, descrito por Foucault no texto citado anteriormente, a responsabilidade pela instrução recaía sobre a classe médica, que atuava como principal agente na disseminação de práticas de saúde e higiene infantil. Nos discursos da revista, contudo, a educação científica era associada à educação moral com o propósito de formar mães de família competentes e devotadas, capazes de desempenhar com excelência a missão de criar cidadãos fortes e úteis. Essa abordagem, como se procurou evidenciar, visava não apenas o bem-estar das crianças, mas também a construção de uma nação civilizada. Os autores que contribuíram para a revista, portanto, ao instruir as mães, ao moldar o ideal de maternidade e criar condições para a sobrevivência das crianças e a formação de uma população robusta, buscavam desempenhar uma ação de governo e contribuir desse modo para o progresso e modernização do país.

O aprendizado da maternidade no Centro de Puericultura da Escola Normal da Praça da República

O ensino de conteúdos sobre a maternidade ocorreu em diversas escolas pelo Brasil e teve grande destaque na renomada Escola Normal da Praça da República, em São Paulo. Stephanou (2006) indica que destinaram

(...) uma grande atenção à educação das mães, à puericultura, considerando-se que aí residia o enigma da caixa-preta: eduquemos as mães para que eduquem adequadamente os filhos, para que persigam a higiene pré e pós-natal. A denúncia dos altos índices de mortalidade infantil associada à ignorância aparece insistentemente neste período (Stephanou, 2006, p. 3).

A Escola Normal da Praça da República, conhecida também como Escola Normal Caetano de Campos foi projetada pelo arquiteto Ramos de Azevedo e teve seu imponente prédio inaugurado em 1894. O acontecimento foi amplamente noticiado por todos os jornais do Estado como um célebre evento, que contou com a presença de personalidades importantes da educação. A instituição oferecia cursos primários e secundários para a formação de professores.

Proclamada a República, a escola foi, no Estado de São Paulo, o emblema da instauração da nova ordem, o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em o que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o Progresso. Como signo da instauração da nova ordem, a escola devia fazer ver (Carvalho, 1989, p. 23).

Mais tarde, o educador Fernando de Azevedo (1894-1974), após o lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, redigiu o Código de Educação do Estado de São Paulo, sancionado pelo Decreto Nº 5.884, de 21 de abril de 1933 que alterava temporariamente o nome da famosa escola para Instituto de Educação e criou o seu Centro de Puericultura, um espaço de assistência social anexo à Escola Normal que atendia mães das regiões vizinhas na capital paulistana. Nesse centro, prestavam-se trabalhos como consultas médicas, orientação sobre alimentação, amamentação do bebê e “fichamentos” que consistiam em verificar peso e altura das crianças para classificá-las dentro dos padrões considerados normais de desenvolvimento infantil. O espaço também funcionava como estágio para as normalistas que estudavam no ensino primário ou secundário e recebiam essa formação para se tornarem professoras.

A estrutura do Centro de Puericultura contava com um dispensário, um lactário, uma área de assistência e uma de ensino. O dispensário recebia muitas

mães lactantes diariamente para consultas, com um médico à disposição que acompanhava o desenvolvimento do bebê e dava orientações sobre higiene e nutrição. O lactário, inicialmente, servia como uma cozinha para demonstrar como se preparavam os alimentos dos bebês, mas logo passou a oferecer alimentos para as crianças matriculadas. Seu material era doado pelo Serviço Sanitário, pela Escola Profissional Feminina e por contribuições mensais dos próprios alunos (Golombek, 2016).

Para caracterizar os conteúdos ensinados e as atividades realizadas nesse centro, analisamos duas fontes que foram empregadas na Escola Normal. Uma delas é o Álbum de Fotografias do Centro de Puericultura, datado de maio de 1933 e 1934, que consiste em um conjunto de fotografias catalogadas pelas professoras com legendas para cada foto, em que se registrava o cotidiano e as práticas escolares, como aulas e eventos. A outra fonte estudada é o livro *A mamãezinha: pequenas lições de puericultura*, de 1941, que esteve em circulação entre alunas e mães, foi escrito por Guiomar R. Rinaldi, ex-aluna da Escola Normal Caetano de Campos, formada em 1902. Além de professora, mais tarde tornou-se escritora de livros infantis, com títulos que alcançaram tiragens de mais de dez mil exemplares.

O livro narra a história de Maria, uma adolescente cujo pai é um médico renomado. Após assistir a um parto em que a mãe não sobreviveu, ele decidiu adotar o bebê, o qual entregou aos cuidados maternais da sua filha, para que ela aprendesse desde cedo os princípios da puericultura e da ciência.

Ao analisarmos essas fontes, percebemos que o livro expressa as concepções relacionadas ao ensino-aprendizagem sobre o papel materno presente na sociedade da época, enquanto o Álbum de Fotografias registra como essas teorias eram aplicadas na prática de uma instituição dedicada ao ensino da puericultura. Apesar do intervalo temporal entre ambos, sendo o álbum anterior ao livro, destaca-se uma relação intrínseca entre eles, que evidencia como esses conceitos eram transmitidos e como ganharam aceitação na sociedade naquele período.

Num cenário em que havia uma forte ênfase na educação das meninas para a maternidade, devido ao seu papel esperado na sociedade como futuras esposas e mães, o tema foi impulsionado e fortalecido no ambiente escolar. Os médicos desempenharam um papel crucial na formação dessas professoras, que precisavam ser capacitadas de acordo com os preceitos médicos sanitários e de higiene infantil. Stephanou destaca que

(...) os médicos consideraram a escola o locus educativo por excelência, concebendo a educação de jovens e crianças como aquela que produzia os melhores resultados, mais intensos, arraigados ao próprio modo de ser e se portar do indivíduo. Por isso, dirigir às crianças e aos adolescentes a educação, e aos adultos, a assistência (Stephanou, 2006, p. 3).

O discurso científico, que se afirmava como veiculador de verdades indiscutíveis pelas pessoas leigas, estava alinhado com a hegemonia masculina, e demandava que as mães adquirissem conhecimento dos princípios médicos sobre higiene e cuidados. Esse discurso voltava-se para o controle não só da maternidade, mas sobretudo do corpo feminino, o qual, desde cedo, era moldado para o exercício da maternidade, em uma sociedade dominada por homens. Estes afirmavam que as mulheres nasciam com um instinto materno inato, sendo, portanto, as verdadeiras responsáveis pelo cuidado dos filhos e do lar. Ao mesmo tempo, sustentavam que não bastava seguir o próprio instinto no cuidado dos filhos, era preciso adquirir o saber especializado produzido pelos pediatras e seguir as suas recomendações. No caso do livro *A mamãezinha: pequenas lições de puericultura*, é relevante observar que era mulher a autora da narrativa; ela, portanto, constitui a fonte dos preceitos veiculados, mas em seu texto transfere os ensinamentos a um personagem masculino, o médico, considerado a autoridade máxima detentora dos conhecimentos sobre a higiene infantil. Além de médico, ele é também o pai que se dirige à filha, de modo que exerce sobre ela a autoridade do pai, do especialista e do homem mais velho, no qual ela deve confiar e ao qual deve obedecer.

O prefácio do livro *A mamãezinha: pequenas lições de puericultura* foi escrito pelo Dr. Olinto de Oliveira (1865-1956), diretor do Departamento Nacional da Criança, que se referiu à história contada pela autora como:

Uma historieta simples e sem pretensões serve de pretexto para que um pai médico vá transmitindo aos poucos à sua filha adolescente os primeiros princípios dessa arte, que deveria ser parte obrigada da educação feminina, muitos mais proveitosa que a Gramática ou a Geografia, pois que prepara a mulher para o exercício da sua função mais alta, mais digna e mais honrosa, a de ser mãe (Oliveira, 1944, Prefácio).

O médico referendava o valor da obra e deixava claro que o foco da educação feminina deveria ser o cuidado maternal, mas não de maneira isolada, e sim integrado à puericultura ensinada pelos médicos, sendo esse conhecimento muito mais importante do que outros para a vida da mulher, já que seu futuro era esse por natureza.

Contudo, não era suficiente ser apenas uma mãe, era necessário incorporar a imagem e a representação da mãe ideal. Para os médicos, o conceito de maternidade era algo que deveria ser ensinado e moldado. Ao mesmo tempo, eles afirmavam que as mulheres nasciam com um instinto maternal inato, o que nos coloca diante de uma ambiguidade, a qual também foi registrada por Meyer, que aponta:

Enfatizava-se, nelas, a dimensão da natureza biológica da maternidade e, como decorrência, a noção de que a amamentação era uma prática instintiva que, portanto, não precisaria ser ensinada. Ao mesmo tempo, passava-se a investir pesadamente, desde então, no desenvolvimento de saberes, de campos profissionais e de políticas que tinham como foco a educação das mulheres como mães; e, dentro desta perspectiva de educação, operava o pressuposto de que, como todo comportamento social, também a maternidade e a amamentação precisavam ser ensinadas e aprendidas (Meyer, 2014, p.124).

Figura 1 - Fotografias do Álbum do Centro de Puericultura. Escola das Mäisinhas (sic).



Fonte: Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos/CRE MARIO COVAS/EFAPE/SEDUC/SP.

A figura 1 apresenta algumas fotografias do Álbum de Fotografias do Centro de Puericultura, denominado pelas normalistas como Escola das Mäisinhas (sic), onde elas aprendiam como se tornar mães e auxiliar nesse papel. Em três das cinco imagens, é possível observar um médico como figura central das práticas, com as alunas ao lado, recebendo orientações.

De nossa parte, consideramos que a maternidade é uma construção cultural, um papel aprendido. Assim, cabe indagar quem define e de que perspectiva fala sobre a maternidade, pois cada cultura interpreta e educa sobre esse papel, estabelecendo normas que categorizam as mães como boas ou más (Morando; Souza, 2019). A partir do exame das fontes reunidas neste artigo, entendemos que a atuação dos médicos puericultores nos serviços de saúde e educação, assim como os seus discursos veiculados em manuais, revistas e outras

publicações tiveram uma importância decisiva na formação da mãe moderna, cientificamente esclarecida e imbuída do seu dever cívico de criar as novas gerações.

A via da educação de meninas que se preparavam para ser professoras apareceu aos médicos como um caminho promissor, pois essas jovens não apenas aplicariam seus aprendizados em casa, mas também os transmitiriam às suas futuras alunas. No livro *A mamãezinha: pequenas lições de puericultura* (1941), a personagem Maria cuidava do bebê Paulinho sob a supervisão de seu pai, um médico e expressava o desejo de se tornar professora normalista, compreendendo desde cedo seu papel futuro como mulher. Ainda que essa seja uma história fictícia, seu caráter pedagógico é evidente, e explicita as expectativas depositadas sobre as mulheres pela sociedade da época.

Portanto, ensinar às meninas e às mães uma função que, supostamente, elas já nasciam sabendo, devido aos seus instintos naturais de proteção e cuidado, levanta questões complexas e até contraditórias. Apesar da afirmação do instinto materno, sempre reiterada, havia uma categoria de revistas, cartilhas, livros e outros materiais dedicados ao propósito específico de formar a boa mãe, como o álbum e o livro mencionados, empregados em cursos dedicados especialmente a preparar a mulher para desempenhar-se como boas mães. Isso evidencia não apenas o esforço contínuo realizado pelos homens-médicos para educar as mulheres-mães, mas também a necessidade cultural de definir e padronizar o papel materno. Esses materiais não apenas instruíam, mas também moldavam as expectativas sociais e as normas de comportamento das mães, influenciando profundamente o modo como a maternidade era percebida e praticada no período em que foram empregados. A Figura 2 do Álbum do Centro de Puericultura ilustra também essa responsabilidade atribuída às meninas.

Figura 2 - Alunas normalistas em aulas práticas no Centro de Puericultura.

Fonte: Acervo Histórico da Escola Caetano de Campos/CRE MARIO COVAS/EFAPE/SEDUC/SP.

Considerações finais

Os direitos e os deveres dos indivíduos concernindo à sua saúde e à dos outros, o mercado onde coincidem as demandas e as ofertas de cuidados médicos, as intervenções autoritárias do poder na ordem da higiene e das doenças, a institucionalização e a defesa da relação privada com o médico, tudo isto, em sua multiplicidade e coerência, marca o funcionamento global da política de saúde do século XIX, que entretanto não se pode compreender abstraindo-se este elemento central, formado no século XVIII: a família medicalizada-medicalizante (Foucault, 1996, p.201). Criar bebês robustos, evitar erros que aos poucos se avolumam, que se cruzam e entrelaçam não é fácil. Fugir a estes perigos é arte que só conhece um profissional treinado na especialidade. Escolhido o médico de seu filho, executem com pertinácia suas ordens, não se moldem às objeções de vizinhas bem intencionadas (Rocha, 1939, p. 13).

No Brasil, foi durante a primeira metade do século XX, que se intensificou o investimento da medicina no governo das mães, com o propósito fundamental de reduzir as elevadas taxas de mortalidade no país e melhorar as condições de saúde das novas gerações. Contando com o apoio do governo, os médicos buscaram promover a transformação dos costumes tradicionais baseados nas crenças religiosas e em antigas superstições, na tentativa de substituí-los por rotinas e procedimentos fundamentados no conhecimento científico. Foi ao longo desse período que as mulheres foram deixando de parir os seus bebês em casa para tê-los no hospital, inicialmente de maneira relutante e apenas nas grandes cidades. Foi também a partir dessa época que as crianças começaram a ter o seu desenvolvimento acompanhado pelo pediatra em consultas periódicas e regulares. Como bem observou Maria Martha de Luna Freire (2009), esse processo, por um lado, tornou-as submetidas ao poder dos médicos, que passaram a determinar como elas deveriam organizar as suas rotinas de cuidados com o bebê e os espaços do lar. Por outro lado, conferiu um certo poder às mães, que tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos e falar com autoridade no interior da família e no espaço social sobre os cuidados e a primeira educação das crianças. Como evidenciou a autora em sua análise de duas revistas femininas dos anos 1920, a higienização dos cuidados com os bebês não foi simplesmente imposta às mulheres, mas resultou em muitos casos de uma aliança entre médicos e mães, a qual se mostrou vantajosa para ambos os lados. Enquanto por meio dela os médicos adquiriram reconhecimento profissional e prestígio, as mulheres, por sua vez, passaram a protagonizar as atividades de cuidado e conquistaram reconhecimento social por isso.

Neste texto, buscamos evidenciar certos aspectos desse processo, mais especificamente aqueles relacionados ao investimento feito pelos médicos na instrução das mulheres-mães em matéria de puericultura. Chamamos atenção para o caráter ambíguo do discurso dirigido a elas, de acordo com o qual a

maternidade era a sua vocação natural, mas era, ao mesmo tempo, um ofício a ser bem estudado e um dever cívico.

Referências

- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.
- FIGUEIRA, Fernandes. O movimento pediátrico nos últimos seis meses. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 2, jul., 1913, p. 99-104.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FOUCAULT, Michel. A política da saúde no século XVIII. In: *Microfísica do Poder*. 12. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1996.
- FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discurso maternalista no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- GOLOMBEK, Patrícia. *Caetano de Campos: A Escola que mudou o Brasil / Patrícia Golombek; apresentação, José Goldemberg*. - Editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LEITÃO, Mello. Impressões sobre a educação feminina. *Educação e Pediatria*, ano I, n.2, jul., 1913, p. 113-117.
- LIMA, Ana Laura Godinho. Maternidade higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil. *História. Questões e Debates*. v. 47, p. 95-122, 2007.
- MEYER, D. E. As Mamas como Constituintes da Maternidade: uma história do passado? *Educação & Realidade*, [S. l.], v. 25, n. 2, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46838>>. Acesso em: 30 jul.2024.
- MONCORVO FILHO. Protecção da infancia no Brasil (Conclusão). *Educação e Pediatria*, ano I, n. 5, out., 1913, p. 334-344.

MORANDO, A. SOUZA, N. G. S. de. A (re)invenção da boa mãe em um manual de puericultura no Brasil dos anos de 1930. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, SP, v. 19, p. e019019, 2019. DOI: 10.20396/rho.v19i0.8652696. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652696>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

PIZA, Wladimir. *O livro das mãezinhas*. 3ª. ed., São Paulo: Departamento de Saúde do Estado de São Paulo: Seção de Propaganda e Educação Sanitária, 1940.

REIS, Alvaro. O berço. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 5, out., 1913, p. 355-361.

ROCHA, José Martinho da. Pequena crônica da puericultura e pediatria brasileiras. In: AGUIAR, A.; MARTINS, E.M. (eds). *História da pediatria brasileira: coletânea de textos e depoimentos*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria/Nestlé, 1996.

ROCHA, José Martinho da. *Cartilha das mães*. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

STEPHANO, Maria. Discursos médicos, educação e ciência: escola e escolares sob exame. In: *Trabalho, educação e saúde* 4 (1). Mar 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-77462006000100004>>. Acesso em: 30 jul. 2024.

TELLES, Walter. Um século de pediatria. In: AGUIAR, A.; MARTINS, E.M. (eds). *História da pediatria brasileira: coletânea de textos e depoimentos*. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Pediatria/Nestlé, 1996.

VAZ, Franco. Nossa Rumo. *Educação e Pediatria*, ano I, n. 1, jun., 1913, p. 3-21.

ROSE MARIE MURARO: CATOLICISMO, FEMINISMO, EDIÇÃO E CENSURA

ROSE MARIE MURARO: CATHOLICISM,
FEMINISM, PUBLISHING AND CENSORSHIP

POR SANDRA REIMÃO⁵

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8414-1390>

JOÃO ELIAS NERY⁶

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0636-4879>

FLAMARION MAUÉS⁷

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8831-0518>

Resumo

Este artigo enfoca a censura, pelo Ministério da Justiça, dos livros de Rose Marie Muraro *A mulher na construção do mundo futuro* (primeira edição 1966) e *A automação e o futuro do homem* (1968). Buscamos compreender os vetos censórios em 1975, muitos anos depois do lançamento e quando já tinham tido ampla discussão entre o público. A censura desses livros, a nosso ver, tem que ser analisada como uma tentativa de coação e demonstração de poder do governo ditatorial que estava sentindo a pressão das crescentes mobilizações feministas e pela democracia. Este artigo articula-se em duas partes: 1) Panorama das atividades de Rose Marie Muraro, com destaque para sua atuação na Editora Vozes; 2) Abordagem das temáticas das duas obras, e análise contextualizada sobre o despacho de voto censório.

Palavras-chave: Rose Marie Muraro; censura; livros.

Abstract

This article focuses on the censorship, by the Ministry of Justice, of Rose Marie's Muraro's books *Women in the Construction of the Future World* (first edition 1966) and *Automation and the Future of Man* (1968). We seek to understand the censorship vetoes in 1975, that is, many years after their release and when these works had already had wide discussion among the public. The censorship of these books, in our view, has to be analyzed as an attempt to coercion and demonstration of power by the dictatorial government that was feeling the pressure from the growing mobilizations both for democracy and by the feminists. This article is divided into two parts: 1) General overview of Rose Marie Muraro's activities, with emphasis on her work at Vozes Publisher; 2) Approach of the themes of the two works, and contextualized analysis of the censorship veto order.

Palavras-chave: Rose Marie Muraro; censorship; books.

⁵ Docente da Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). (sandrareimao@usp.br).

⁶ Pesquisador colaborador da Universidade de São Paulo e docente Universidade Paulus. (jenery@gmail.com).

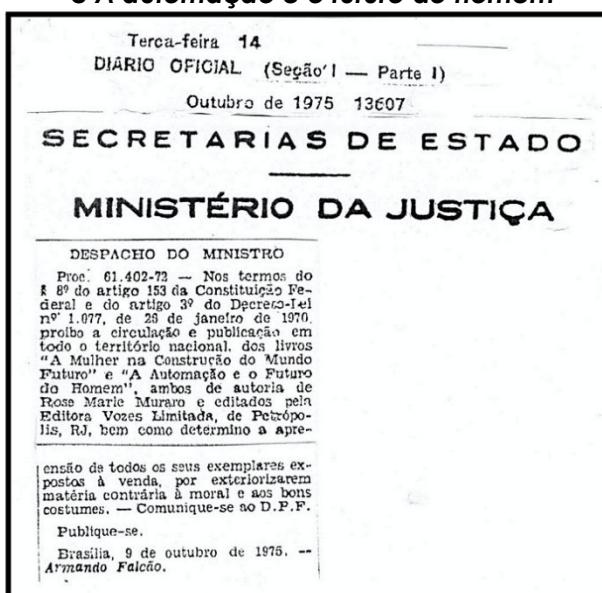
⁷ Docente Instituto Federal de São Paulo, Campus São José dos Campos. (flamaues@gmail.com).

Introdução

No dia 14 de outubro de 1975, no *Diário Oficial da União*, foi publicado o despacho de veto de publicação e circulação dos livros *A mulher na construção do mundo futuro* e *A automação e o futuro do homem*, de autoria de Rose Marie Muraro, “por exteriorizarem matéria contraria à moral e aos bons costumes”.

O texto publicado no *Diário Oficial* era o seguinte⁸:

**Fig. 1 - Diário Oficial da União, 14 de outubro de 1975, página 13607.
Despacho de veto aos livros A mulher na construção do mundo futuro
e A automação e o futuro do homem**



Fonte: Imprensa Nacional Portal – <http://www.in.gov.br>

8 Transcrição da publicação: Secretaria do Estado/Ministério da Justiça/DESPACHO DO MINISTRO. Proc.61.402-72 – Nos termos do § 8º do artigo 153 da Constituição Federal e do artigo 3º do decreto-Lei no 1077, de 26 de janeiro de 1970, proíbo a circulação e publicação em todo o território nacional, dos livros “A Mulher na Construção do Mundo Futuro” e “A Automação e o Futuro Do Homem”, ambos de autoria de Rose Marie Muraro, e editados pela Editora Vozes Limitada, de Petrópolis, RJ, bem como determino a apreensão de todos os seus exemplares expostos à venda, por exteriorizarem matéria contraria à moral e aos bons costumes. – Comunique-se ao D. P. F. Publique-se. Brasília, 9 de outubro de 1975. – Armando Falcão

Para buscarmos compreender esse voto censório é necessário situá-lo: em 1975, o governo ditatorial vigente no Brasil desde 1964 começava a sofrer pressões mais contundentes por parte de alguns setores da sociedade civil e de movimentos sociais que começavam a se reorganizar visando reestabelecer a ordem democrática.

Observemos que as duas legislações citadas no voto são do aparato jurídico do regime ditatorial: a Emenda Constitucional número 1 de 1969 (complementar à Constituição outorgada de 1967) e o Decreto-lei 1077, de 1970. As passagens evocadas são, respectivamente: “Não será tolerada a propaganda de guerra, de subversão da ordem [...] e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes” e “Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministério da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os exemplares”.

O Decreto-lei 1077/70 foi a tentativa do governo militar ditatorial de estabelecer a censura prévia, já anteriormente regulamentada para cinema, televisão, teatro, espetáculos públicos, música e rádio, e prática presente em várias revistas e jornais impressos, para o universo dos livros. O Decreto-lei 1077/70 foi posteriormente, em 24 de fevereiro, delimitado pela Instrução número 1-70, para a Portaria 11-B que explicita que “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes” (Reimão, 2011).

Para construir uma compreensão contextualizada do despacho censório anteriormente apresentado, vamos, inicialmente, traçar um breve perfil das atuações profissionais de Rose M. Muraro e, a seguir, nos deteremos nos dois livros em pauta e a especificidade do momento do despacho de voto de censura.

Rose Marie Muraro e a Editora Vozes

Rose Marie Muraro (nascida em 1930 e falecida em 2014 na cidade do Rio de Janeiro) observa em seu livro autobiográfico *Memórias de uma mulher impossível*, que sua trajetória comporta inúmeras rupturas. Casada e mãe de cinco filhos, seguia uma trajetória comum às mulheres do seu tempo. A ruptura se deu a partir do final dos anos 1950, quando se envolveu em atividades do campo da comunicação, primeiro na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e, em seguida, na Editora Vozes.

A igreja Católica influenciou profundamente a trajetória de Rose Muraro e especialmente três religiosos participaram ativamente de sua vida: Frei Ludovico Gomes de Castro, diretor da Vozes, Dom Helder Câmara e Frei Leonardo Boff. Dom Helder a inseriu na atividade comunicacional a partir da militância católica; Frei Leonardo Boff foi seu companheiro na edição de livros na Editora Vozes no período em que esta teve um perfil de editora católica de oposição. Há, ainda, a declarada influência do Papa João XXIII, cujo pontificado foi marcado pelo Concílio Vaticano II, que promoveu a liberdade religiosa e o ecumenismo. A Editora Vozes, editora católica ligada à Ordem dos Frades Menores (Franciscanos) criada em 1901 na cidade de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, é parte relevante da história editorial brasileira.

Os registros existentes indicam que o acaso e o interesse de um jovem frei, Inácio Hinte, que havia trabalhado em gráficas na Alemanha, antes de entrar para um convento na Holanda, possibilitaram o surgimento da editora quando o religioso veio para o Brasil.

Hallewell descreve assim o fato: “Um certo irmão Inácio, que fora aprendiz de tipógrafo, encontrou casualmente uma impressora Alauzet abandonada; ele a consertou e passou a fornecer livros escolares para a Escola Gratuita Santo André, da irmandade” (Hallewell, 2005, p. 683)

A editora Vozes surgiu tendo como justificativa para sua atividade a precariedade do sistema de ensino e das publicações didáticas no Brasil. A empresa logrou sucesso em seus empreendimentos, expandindo sua ação, e chegou a ocupar a terceira posição entre as editoras brasileiras, com catálogos que têm obras religiosas e universitárias como principais áreas de publicação: “A linha editorial da Editora Vozes manteve-se, desde o princípio, direcionada para dois polos: a fé e a cultura, mesmo que em alguns períodos com mais ou menos intensidade em um dos polos”. (Andrades, 2001, p. 224)

A Vozes atravessou o século XX participando intensamente do mercado editorial brasileiro. No site eletrônico da empresa, há informação de que ao longo de sua trajetória foram publicados cerca de 5 mil títulos, dos quais 2 mil estão atualmente no catálogo, divididos em três áreas – Cultural (inclui, entre outros temas, Pedagogia, Filosofia, Sociologia, Psicologia, Letras); Teológico-Espiritual e Catequético-Pastoral.

O catálogo da Editora Vozes incluiu obras que apresentam, no campo religioso, controvérsias com a própria igreja católica, como as de autores ligados à teologia da libertação. Um destes autores, Leonardo Boff, atuou na editora entre 1970 e 1992.

A Editora Vozes participa do mercado editorial brasileiro como editora católica, tendo, desde seu início, como produtos editoriais, livros e impressos católicos, o que inclui livros, folhetos, folhinhas, calendários, jornais, entre outros, alguns diretamente relacionados à cultura e ao cotidiano católico, outros voltados à educação, nos quais os valores católicos tradicionais foram dominantes até a década de 1960. Tais valores estavam atrelados a uma visão conservadora, inclusive do catolicismo.

No período em que foi dirigida por frei Ludovico Gomes de Castro – 1962-1985 – houve um reposicionamento da editora Vozes como editora progressista e, na categorização de Maués (2013), como editora de oposição.

Ao assumir uma linha de publicação de livros religiosos com valores dissonantes em relação ao Vaticano, a Vozes foi, de um lado, censurada e, de outro, reconhecida internacionalmente como editora de vanguarda na publicação de livros religiosos com conteúdo de cunho progressista.

Dirigida a partir de 1962 por Frei Ludovico Gomes de Castro, a Editora Vozes profissionalizou o trabalho editorial e o fez, também, contratando profissionais leigos para os postos mais relevantes, como ocorreu com Rose Marie Muraro. Apoiada por Frei Ludovico, Rose Muraro introduziu uma linha editorial voltada a livros de oposição às ideias dominantes, o que incluía obras marxistas, feministas e de crítica aos valores da ditadura.

A atuação de Rose Marie Muraro na coordenação editorial da área cultural foi decisiva para o novo posicionamento da Vozes. Sua contribuição foi fundamental para a diversificação do catálogo e para a publicação de obras de cunho progressista.

Um destaque da atuação de resistência e de crítica ao regime ditatorial da Vozes é o processo de publicação do livro *Brasil: nunca mais*. O projeto que deu origem à obra reuniu advogados e religiosos para obter cópias de processos políticos na Justiça Militar, em especial dos que chegaram ao Superior Tribunal Militar (STM). Lançada pela editora Vozes em 1985, a publicação é uma síntese destes processos e uma denúncia documentada da existência de torturas contra presos políticos no Brasil (Carvalho, 2013).

O sítio eletrônico “Brasil nunca mais digital”⁹ explica da seguinte forma o projeto:

Brasil: nunca mais é a mais ampla pesquisa realizada pela sociedade civil sobre a tortura política no país. O projeto foi uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas e da Arquidiocese de São Paulo, os quais trabalharam sigilosamente durante cinco anos sobre 850 mil páginas de processos do Supremo Tribunal Militar. O resultado foi a publicação de um relatório e um livro em 1985, que revelaram a gravidade das violações aos direitos humanos promovidas pela repressão durante a ditadura militar (...)

⁹ Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em 01/09/2024.

No mesmo sítio eletrônico, o livro *Brasil nunca mais* é assim apresentado: “O livro *Brasil nunca mais* foi e é um dos maiores sucessos de vendas na história do Brasil. Lançado pela editora Vozes em 1985, permaneceu na lista dos mais vendidos por 91 semanas consecutivas (...).”

Os livros *A mulher na construção do mundo futuro* e *A automação e o futuro do homem e seu voto censório*

A atuação de Rose Marie Muraro na Editora Vozes incluiu seu trabalho como autora. Em 1966, lançou, com sucesso, sua primeira obra, *A mulher na construção do mundo futuro*, que abriu caminho para a publicação de *A automação e o futuro do homem*, em 1968.

No livro *Memórias de uma mulher impossível*, a autora afirma que dedicou o livro *A mulher na construção do mundo futuro* ao Papa João XXIII, ao concordar com a ideia de que “Este é o século da libertação dos países subdesenvolvidos, da classe operária e das mulheres”. Isso foi no início dos anos 1960, antes da expansão do ideário do feminismo.

O livro *A mulher na construção do mundo futuro* expressa a visão de mundo de da autora, descrita, por ela mesma, como “impossível”: mulher, católica, esposa, mãe, editora, autora, feminista. Nesta que é sua primeira obra publicada, Muraro apresenta uma visão cristã-marxista, interpretando as questões do seu tempo, com foco, principalmente, no papel da mulher no que ela considerava ser uma nova sociedade. Sem contato ainda com o feminismo, e sem um planejamento prévio, a autora focou seu texto na análise do mundo no contexto da Guerra Fria, com destaque para o papel da ciência e da tecnologia como formas de superação de problemas econômicos e sociais resultantes da organização da sociedade até os anos 1960, tendo o patriarcalismo como um de seus polos. Para ela, o avanço da sociedade e, mais que isso, a libertação do ser

humano, dependia do reconhecimento da necessidade da mulher assumir um novo papel, vencendo as amarras de uma sociedade patriarcal.

Em *Memórias de uma mulher impossível*, Rose Marie Muraro afirma:

Escrevi *A mulher no mundo futuro* em 65. Foi publicado em maio de 66, para o Dia das Mães. Frei Ludovico, que era um gênio popular, me disse um ano antes: ‘Filhinha, você é mulher. Por que não escreve um livro sobre a mulher?’ Eu estava precisando de dinheiro, (...). Então, em vinte dias escrevi o livro (Muraro, 2000, p. 118).

Em *A mulher na construção do mundo futuro*, a autora parte de três constatações para sua análise: a ascensão econômico-social das classes trabalhadoras; o ingresso da mulher na vida pública; e o fim do domínio dos países europeus com a independência das colônias. Nesse novo cenário, ciência, tecnologia e as condições materiais definiriam uma nova sociedade, que atingiria novos patamares em termos de organização, igualdade e desenvolvimento humano. Para que isto ocorresse, afirma a autora, seria necessário romper a ordem de dominação existente, superando-se o *status quo* de domínio dos países europeus sobre os demais e do homem sobre a mulher, que deveria participar da vida públicaativamente, contribuindo com o pleno desenvolvimento das capacidades humanas.

O livro é dividido em quatro partes: O mundo presente; O amor e o poder; As duas faces; A mulher no mundo futuro.

Na primeira parte, O mundo presente, a principal avaliação da autora é que

As reservas do ser feminino até agora ainda não foram aproveitadas em massa pela humanidade. Nem a própria mulher tem consciência das suas virtualidades. Até hoje a história foi feita pelo homem e para o homem. E um mundo assim feito é um mundo desequilibrado e, portanto, condenado. A própria violência dos fatos materiais dá-nos disto uma prova irrefutável e trágica. (Muraro, 1966, p 17).

Concluindo esse raciocínio, afirma que “... ou a mulher e o homem juntos construirão o novo mundo que está nascendo ou ele não será construído”. Toda a argumentação da primeira parte, utilizando uma visão de um cristianismo progressista e interpretação favorável ao marxismo e às revoluções socialistas do

século 20, busca indicar que a humanidade está passando por uma situação nova, uma mutação, na qual a relação de gênero é elemento central.

Na segunda parte, *O amor e o poder*, a autora discorre sobre as relações de poder, fundadas no que ela define como um desejo apaixonado de dominar, que se expressaria nas relações homem/mulher, de classes sociais, e entre os povos. A argumentação da autora é que o século 20 teria reunido condições para a superação desse estado de coisas inserindo-se nas civilizações capitalistas e marxistas, um “personalismo comunitário” (Muraro, 1966, p. 70), no qual “... se modificassem as leis econômicas e as instituições político-sociais no sentido do bem comum e do respeito ativo à pessoa”. Conectando com as questões centrais indicadas no início do livro, Muraro considera que, para isto ocorrer, a participação dos povos subdesenvolvidos, das classes oprimidas e da mulher seriam fundamentais, pois estes seriam os segmentos da humanidade em condições de reivindicar justiça, liberdade e direitos humanos fundamentais. A mulher, particularmente, teria como função ser a “guardiã da pessoa” (Muraro, 1966, p. 72), algo que faria parte da “natureza profunda da mulher”. Para a autora,

Enquanto as civilizações criadas apenas pelo homem se desvirtuaram numa ordem de dominação, devido ao próprio caráter masculino de agressividade e abstração, a civilização que tiver a mulher como um dos elementos maiores será, toda ela, impregnada pelos valores femininos, isto é, terá a pessoa e o bem de todos como eixo central (Muraro, 1966, p 72).

A conclusão da parte dois reflete o percurso da argumentação, levando a autora a afirmar que a mulher do futuro seria aquela que assumisse a humanidade inteira, todos os seres humanos como seus filhos. Na terceira parte do livro (“As duas faces”), a análise tem como objeto a impossibilidade do amor ser vivido em sua plenitude, dadas as condições de vida na civilização ocidental contemporânea, individualista e imersa em uma ordem de dominação global, e onde a mulher vive em estado de minoridade. Em tal sociedade, não haveria condições para o amor verdadeiro, ou para a realização da mulher e da família, que permanece presa ao patriarcalismo e aos valores da dominação descritos anteriormente pela autora.

A apresentação da situação da mulher em diversas partes do mundo e no Brasil ocorre em capítulos da parte três do livro e procuram situar o papel da mulher no mundo atual, como forma de preparar o caminho para a questão central do livro, “A mulher no mundo futuro”. A distinção clara que a autora faz é entre trabalho feminino doméstico e o trabalho realizado em empresas ou organizações, ou seja, no mundo do trabalho, ocupado, quase que exclusivamente, pelo homem. Muraro entende que o trabalho da mulher não solucionaria todos os seus problemas, mas apenas que seria um primeiro passo para a sua libertação.

“A mulher no mundo futuro”, quarta parte do livro, retoma argumentos das demais partes da obra e procura respostas à seguinte questão: “... como se fará a inserção da mulher na sociedade de amanhã, qual será o seu *status*, a sua condição?” (Muraro, 1966, p. 135).

Seguindo a linha de análise do livro, a autora destaca que o gênero masculino tende a ser mais egoísta que o feminino e que busca realização individual, sem se conectar com a realização coletiva, algo que não ocorreria com as mulheres, que, ao evoluir, tenderiam a permanecer em seus grupos originais, favorecendo a evolução do grupo. Para a autora, “... quando ela evolui, transmite a todo o grupo a sua evolução, e é o grupo todo que evolui” (Muraro, 1966, p. 135), diferentemente do gênero masculino, que, ao evoluir individualmente, buscária novos grupos com os quais compartilhar e realizar seus objetivos. A conclusão de Muraro: “Quanto maior for a evolução da mulher, mais acelerado será o desenvolvimento” (Muraro, 1966, p. 135). Isto, associado à proposta de criação de um sistema cooperativo, está no centro da tese da autora, que sustenta sua análise em conceitos cristãos e marxistas da realidade.

Na quarta parte do livro, é relevante a análise que a autora faz da realidade latino-americana. O título do capítulo dá pistas para entendermos a abordagem ao tema: “América Latina: a ameaça de um continente”. A colonização, a permanência das desigualdades sociais e a limitada participação política das classes populares são fatores que coexistem com projetos socialistas ou reformistas,

inspirados na Revolução Russa de 1917, chinesa de 1949 e, particularmente, na cubana de 1959, que influenciou a ação política de oposição aos regimes instituídos em países da região. De acordo com Muraro, o caso da Venezuela seria, de longe, o mais trágico. Persistindo o ritmo da extração de petróleo como era na época, ela estimava que bastariam 16 anos para que aquele país tivesse suas reservas esgotadas para sempre em proveito da *Standart Oil Company*. Com essa afirmação, a autora expressa o seu posicionamento em relação à principal causa da desigualdade social: a exploração dos recursos por empresas que têm sede nos países centrais. Tal situação era enfrentada à época, de acordo com Muraro, por três correntes: a primeira, composta pelas classes dominantes, que tudo faziam para manter o *status quo*; a segunda, que propunha mudanças estruturais dentro dos marcos democráticos; e a terceira que defendia uma revolução violenta. A opção da autora é pela segunda, na qual a mulher teria papel fundamental. Rose Marie dedica especial atenção à mulher brasileira, ressaltando a importância da participação dela no mundo do trabalho como forma de libertação em relação ao gênero masculino e, também, como forma de inserir no espaço público valores que seriam próprios do gênero feminino e que contribuiriam para a transformação social.

Em seu livro autobiográfico *Memórias de uma mulher impossível* Rose Marie Muraro afirma que *A Mulher na construção do mundo futuro*

foi um livro de intuição. Escrito ‘de estalo’. Não fiz nenhuma pesquisa. Lembro-me de que o escrevi em vinte dias. E lido hoje, trinta não depois, é ainda moderno, em certa medida. Mas nunca vou republicá-lo. Ele não tem a força do *A automação e o futuro do homem*, que escrevi a seguir. Foi a primeira coisa que escrevi, e não acredito que seja relevante hoje – mas para o tempo dele foi (Muraro, 2000, p. 118).

Sobre o livro *A automação e o futuro do homem*, publicado em 1968, Rose Marie Muraro, em sua autobiografia, afirma que este falava especificamente do que era a opressão dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos. E, depois, do que era a opressão do sexo masculino sobre o sexo feminino, estabelecendo a ligação entre as duas.

O título do livro leva, erroneamente, à ideia de tratar-se de análise das tecnologias, mas o que a autora verdadeiramente faz é uma exposição da relação entre ciência e sociedade, apoiando sua argumentação em autores de diferentes campos, desde Marx até McLuhan e Norbert Wiener, para apresentar, à sociedade brasileira dos anos 1970, um quadro dos caminhos possíveis para o Brasil em um mundo, diríamos, globalizado.

Nas conclusões, no livro indicadas como “prospectiva”, a autora retoma as diversas questões que opõem o gênero masculino ao feminino, os países ricos aos pobres, o acesso ao conhecimento e a ignorância, e faz isso admitindo diversas possibilidades, partindo de uma interpretação demográfica da expansão exponencial da população mundial e, a partir dela, passando da utopia de um mundo equilibrado em que todos poderiam viver, até as reais possibilidades de destruição da vida humana provocada pela ação de forças sociais e bélicas pautadas no conflito atômico, que representaria a derrota humana diante da técnica.

As diversas possibilidades que o quadro social e tecnológico dos anos 1960 oferece são apresentadas pela autora e convidam à reflexão tendo desde o marxismo e sua aplicação ao catolicismo, em sua opção pelos pobres e a vertente brasileira de Teologia da Libertação, até a psicanálise e a felicidade sexual como referências.

Ilustra esse posicionamento a análise que Rose Marie Muraro faz do lugar da juventude naqueles tempos de mudanças e de globalização. Para ela,

A juventude ainda está sendo educada dentro dos antigos padrões mecanicistas, abstratos e fragmentários, próprios de tecnologias já ultrapassadas, embora o mundo já esteja, realmente, dentro de outro contexto tecnológico e social. Como poderá ela, com esse *handicap* inicial, enfrentar desafios totalmente novos se para isto não sendo preparada? As atuais revoltas estudantis rapidamente espalhadas pelo mundo inteiro nada mais são do que a expressão do desespero daqueles que estão percebendo a que ponto se estão tornando marginais dentro da sociedade automatizada. E por isso essas revoltas são sadias (Muraro, 1968, p. 150).

Os anos 1960 desafiaram intelectuais, governantes, empresários e a população como um todo, levando o conjunto da humanidade a situações inteiramente novas, resultado dos anos de ouro do capitalismo, como define Eric Hobsbawm os trinta anos que têm o keynisanismo como referência, entre o final da Segunda Guerra Mundial e a crise de meados dos anos 1970. É, nesse contexto, que Rose Marie Muraro apresenta o livro *A Automação e o futuro do homem*, no qual propõe um conjunto de reflexões que indicam sua profunda erudição e seu compromisso com um pensamento crítico e libertador e não dogmático. O livro foi lançado em 1968 pela Editora Vozes, que adotara, anos antes, um posicionamento como editora católica de oposição e, portanto, atraiu a atenção de intelectuais, estudantes e segmentos em contradição com a ditadura militar brasileira.

Em inícios e meados dos anos 1970, as questões atreladas ao feminismo, aos direitos das mulheres, tomam uma dimensão nunca antes vista: em 1971, a editora Vozes promoveu o lançamento do livro da líder feminista norte-americana Betty Friedman, *A mística feminina* – obra com grande repercussão no Brasil. Em 1974, a jornalista Heloneida Studart lançou, pela editora Vozes, o livro *Mulher, objeto de cama e mesa* e se tornou uma referência na literatura feminista brasileira; também em 1974, Heloneida Studart, Cidinha Campos e Rose Marie Muraro escreveram a peça teatral *Homem não entra* – que fez sucesso no país todo.

A evidente liderança de Rose Marie Muraro, tanto como líder feminista no país quanto como editora que introduziu uma linha editorial crítica, progressista na

Editora Vozes, sem dúvida não era do agrado das forças reacionárias e repressivas da ditadura militar vigente e foram elementos que fizeram com que livros da autora, publicados na década de 1960, e com várias edições, fossem proibidos em meados dos anos 1970.

A censura aos livros *A mulher na construção do mundo futuro* e *A automação e o futuro do homem* ocorreu muitos anos depois de suas edições originais, com várias reedições já comercializadas e, portanto, com seu poder de impacto já bastante expandido. Essa censura pode ser vista como uma tentativa de coação e de demonstração de poder por parte de um governo autoritário acuado frente aos movimentos sociais em prol da democracia.

Lembremos que, em 1975, depois mais de 10 anos de ditadura, o povo e os estudantes brasileiros começaram a voltar às ruas em manifestações contrárias ao regime autoritário vigente –que atingiram seu ponto máximo após o assassinato de Vladimir Herzog em 25 de outubro de 1975.

As manifestações civis de protesto contra a repressão política no Brasil, adquiriram, após o assassinato de Vladimir Herzog, uma dimensão que não era vista no país desde 1968 e foram, especialmente, fortes nas universidades:

Em 1975, a trágica morte de Vladimir Herzog, jornalista e professor da USP [Universidade de São Paulo], (...), provocou, pela primeira vez, desde 1968, um protesto público de ampla repercussão. Só a partir de então começa a surtir efeito o movimento de repúdio às arbitrariedades policiais. O novo clima de denúncias contra o processo repressivo e as medidas de exceção tornaram possível revelar a permanência na universidade de mecanismo de controle ideológico. (Adusp, 2018, p. 94).

Notemos, pois, que as fortes manifestações civis, contra os desmandos e a violência arbitrária do governo ditatorial, foram especialmente vigorosas entre os estudantes universitários – o mesmo público ao qual a editora Vozes se voltava na década de 1970 (Paixão, 1995, p. 170) e onde Rose Marie Muraro encontrava boa parte de seus leitores.

A reorganização de setores de oposição à ditadura e a retomada de alguma mobilização a partir do final de 1975 ocorriam após o período mais duro

da repressão, que teve como marco inicial a edição do Ato Institucional n. 5 em dezembro de 1968. Nesse período, os movimentos sociais ficaram completamente desarticulados.

Em 1974, surge o primeiro sinal mais forte de que a legitimidade da ditadura estava diminuindo. Nas eleições parlamentares daquele ano, o partido de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), obtém importantes vitórias: ganhou 16 das 22 vagas em disputa para o Senado (72,7% dos eleitos) e viu sua bancada na Câmara Federal aumentar de 87 para 160 deputados (44% dos eleitos). A oposição impunha uma derrota importante à ditadura.

Era um sinal claro de que crescia um sentimento forte de oposição no país, com expectativas de mudanças na política e na economia, em virtude do fim do “milagre brasileiro” – período entre 1968 e 1974 em que a ditadura obteve resultados favoráveis na área econômica. Entre 1969 e 1973, por exemplo, o crescimento do Produto Interno Bruto alcançou a espetacular média de 11,2% ao ano. E a inflação estava em patamares baixos.

Em 1975, as organizações que haviam optado pela luta armada contra a ditadura já estavam derrotadas pela máquina repressiva e pelo isolamento político. Nesse quadro, setores da oposição de esquerda, de diversos matizes, buscavam novas formas de atuar politicamente. A maior parte dos setores de esquerda reviu suas opções e passou a apostar na organização e na luta social como caminhos para retomar uma atividade política de longo prazo, baseada no contato mais próximo com os excluídos do “milagre brasileiro”.

Variadas formas de atuação e organização começaram a surgir, principalmente nas periferias e bairros populares das maiores cidades, onde os problemas gerados pelo rápido e caótico crescimento urbano tornavam-se evidentes – escassez de saneamento, asfalto, transportes públicos, saúde, educação, creches etc.

Muitas vezes, com o apoio da Igreja e de suas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), grupos de mães discutiam a falta de creches e o aumento do custo de

vida, vizinhos se reuniam para lutar pela instalação de um posto de saúde, pela melhoria das linhas de ônibus para o seu bairro, ou para realizar trabalhos comunitários. Assim, os moradores se juntavam para discutir seus problemas, as carências do bairro e da cidade, chegando, por fim, à discussão sobre a situação do país e as causas de tais problemas.

Era um trabalho localizado, muitas vezes anônimo e quase invisível, mas que representou uma forma de resistência fundamental naqueles anos difíceis da ditadura. Hoje, seus objetivos podem parecer muito modestos, mas foram eles que permitiram manter acesa uma chama de esperança e de mobilização.

Os moradores da periferia das grandes cidades – novos atores na cena pública do país – fizeram com que as questões do cotidiano ganhassem uma dimensão mais ampla, política, e tivessem que ser vistas como problemas coletivos, e quase sempre decorrentes da ausência de atuação do poder público. Eles assumiam o papel de cobrar seus direitos como cidadãos, de se organizar para isso e de cutucar os governantes para que resolvessem suas demandas.

Em 1975, declarado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, foi criado no Rio de Janeiro o Centro da Mulher Brasileira, cujo objetivo era promover estudos, reflexões, pesquisas e análises sobre a condição da mulher brasileira. O movimento feminista, que vinha se reorganizando aos poucos desde o início dos anos 1970 no Brasil, começava a ganhar corpo – inclusive com a participação ativa de Rose Marie Muraro. Nesse mesmo ano, surgiram ainda o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira, em São Paulo, e o jornal *Brasil Mulher*, em Londrina (PR), ambos também vinculados a iniciativas feministas.

Esses movimentos foram percebendo que, no quadro de silêncio imposto à sociedade, qualquer reivindicação ganhava contornos políticos simplesmente por romper o marasmo, fazer barulho e chamar a atenção para as mazelas sociais que a ditadura queria esconder.

O crescimento desses pequenos e localizados movimentos foi formando uma teia de organizações de bairro, de mães, de mulheres, de jovens que se tornou

mais complexa. Aos poucos, cada movimento vai percebendo que para resolver os seus problemas é preciso pensar em soluções mais amplas e juntar esforços com outros grupos. São formas novas de participação popular, diferentes dos sindicatos e dos partidos, que criam novas maneiras de pensar e agir politicamente.

Ao mesmo tempo, associações de trabalhadores rurais se rearticulavam, e camponeses excluídos e que haviam sido expulsos do campo se organizavam para lutar pelo direito a ter um pedaço de terra – o que resultaria, no começo da década de 1980, na criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Um momento importante na rearticulação da oposição ocorreu no final de outubro de 1975, após o assassinato sob tortura do jornalista Vladimir Herzog no DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna) do II Exército, em São Paulo. Sob a liderança do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, organizou-se uma forte reação a esse ato de violência e intimidação. O governo divulgou a versão de que Herzog havia se suicidado pouco depois de detido, mas todos os indícios apontavam – como depois ficou provado – para a morte sob tortura. Sabia-se que a ditadura ainda mantinha viva a estrutura repressiva montada nos anos anteriores, e o DOI-CODI, local da morte de Herzog, era sabidamente um dos maiores centros de tortura do regime.

Com o apoio do cardeal D. Paulo Evaristo Arns, do rabino Henry Sobel (Herzog era judeu) e do reverendo Jaime Wright, foi organizado um ato ecumênico para marcar a missa de sétimo dia da morte do jornalista. Tratava-se, na prática, do primeiro grande ato público de oposição desde 1968, e que se realizaria na Catedral da Sé, no centro da cidade de São Paulo.

Com forte vigilância e vários atos de provocação por parte da repressão, a missa aconteceu no dia 31 de outubro de 1975, com a Catedral lotada e muitas pessoas do lado de fora. Foi o início de uma série de movimentações e articulações, envolvendo todos aqueles que se opunham à ditadura, para retomar ações e manifestações públicas contra o governo.

Esses eventos marcaram, ainda, a adesão de muitos setores da classe média, até então majoritariamente afastada de ações contra o governo, no engajamento mais efetivo à oposição, o que traria mais força para o questionamento da ditadura.

Tudo isso reforçava os diferenciados movimentos sociais que ressurgiam, aos quais se juntam o movimento estudantil, que volta às ruas a partir de 1977, o novo sindicalismo, que faz suas primeiras greves em 1978, e o movimento pela anistia, que cresce a partir de 1978. E ainda organizações de setores da classe média, como a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), que concentravam seus esforços na luta contra a censura e outras arbitrariedades. A Igreja católica também teve papel importante nesses movimentos, por meio da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e da Comissão Justiça e Paz – esta última foi um importante instrumento de solidariedade aos presos políticos e aos familiares de mortos e desaparecidos pela ditadura.

Vão se fortalecendo desse modo as organizações da sociedade civil, que questionam cada vez mais a legitimidade do governo ditatorial e de suas políticas. Uma parte das entidades e pessoas ligadas aos novos movimentos sociais desempenhava papel fundamental na redemocratização do país, a partir de meados dos anos 1980.

Considerações finais

Por tudo o que destacamos neste artigo, fica clara a importância da atuação de Rose Marie Muraro, seja como uma das intelectuais precursoras do feminismo no Brasil, seja por sua atuação como editora na Vozes ou por sua ação como autora ligada pensamento cristão progressista.

Parece clara, também, a intenção por trás da censura, em 1975, aos livros *A mulher na construção do mundo futuro* e *A automação e o futuro do homem*,

ambos de sua autoria. Tratava-se, por um lado, de uma tentativa de coação a Rose Muraro, que se tornara uma destacada líder feminista no país, além de uma editora que introduziu uma linha editorial crítica e progressista na Editora Vozes; por outro lado, era também uma demonstração de poder por parte do governo autoritário acuado frente a movimentos sociais democráticos que começavam a ganhar força.

Rose Marie Muraro faleceu em 2014 – ao longo de sua vida ela publicou cerca de 40 livros, a maioria sobre temáticas de gênero, incluindo ampla pesquisa sobre sexualidade da mulher brasileira, financiada pela Fundação Rockefeller. Criou o Instituto Cultural Rose Marie Muraro em 2009.

Em 30 de dezembro de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei 11.261 (publicada no *Diário Oficial* em 02.01.2006) que estabeleceu Rose Marie Muraro como Patrona do Feminismo Nacional.

Se entendermos feminismo como o empenho realizado por mulheres e homens na desconstrução das estruturas de dominação da sociedade patriarcal e na construção de um mundo em que mulheres possam viver de maneira autodeterminada, com protagonismo e voz própria, que as ações de empoderamento das mulheres sejam acompanhadas de movimentos semelhantes dos povos subdesenvolvidos e das classes oprimidas, podemos então dizer que indicar Rose Marie Muraro como Patrona do Feminismo Nacional foi uma justa homenagem.

Referências bibliográficas

ADUSP (Associação dos docentes da USP). O controle ideológico na USP (1964-1978) São Paulo: Edusp, 2018.

ANDRADES, Marcelo Ferreira de (coordenador). *Editora Vozes: 100 anos de história*. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BRASIL nunca mais digital Disponível em:< em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>. Acesso em 5: abr. 2019.

CARVALHO, Ricardo. *O Cardeal da Resistência: as muitas vidas de Dom Paulo Evaristo Arns*. São Paulo: Instituto Vladimir Herzog, 2013.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo. EDUSP. 2005.

MAUÉS, F. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MURARO, Rose Marie. *A mulher na construção do mundo futuro*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1966.

MURARO, Rose Marie. *A automação e o futuro do homem*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1968.

MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. São Paulo: Rosa dos Ventos, 2000.

PAIXÃO, F. (coord.). *Momentos do livro no Brasil*. São Paulo: Ática, 1995.

REIMÃO, S. *Repressão e Resistência: censura a livros na ditadura militar*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2011.

STUDART, Heloneida. *Mulher, objeto de cama e mesa*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

ESTEREÓTIPOS E FETICHIZAÇÃO DAS PERSONAGENS NIPO-BRASILEIRAS EM TELENOVELAS NACIONAIS

STEREOTYPES AND FETISHIZATION OF JAPANESE-BRAZILIAN CHARACTERS IN NATIONAL SOAP OPERAS

POR NAYARA MIKA KUSSABA KIRIHARA¹⁰

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8352-0516>

CRISTINE KOEHLER ZANELLA¹¹

ORCID: <https://orcid.org/0001-7092-4549>

Resumo

Este artigo explora a representação das mulheres nipo-brasileiras em novelas televisivas brasileiras e conceitualiza os termos estereótipo, fetiche e representação. A partir da análise das tramas de *Bang Bang* (2005), *Morde e Assopra* (2011), *Sol Nascente* (2016), *Malhação Viva a Diferença* (2017) e contextualização da recepção do público e as controvérsias, o artigo examina como essas representações influenciam a percepção dos japoneses e seus descendentes, especialmente as mulheres retratadas no Brasil. O artigo inclui uma tabela que resume os principais pontos, uma análise dos dados e uma reflexão sobre a representação das mulheres nipo-brasileiras nas telenovelas e suas implicações para o debate sobre a representação midiática e seu impacto nas comunidades minoritárias.

Palavras-chave: novelas brasileiras; representatividade; nipo-brasileiros.

Abstract

This article explores the representation of Japanese-Brazilian women in Brazilian television soap operas and conceptualizes the terms stereotype, fetish, and representation. Based on the analysis of the plots of *Bang Bang* (2005), *Morde e Assopra* (2011), *Sol Nascente* (2016), *Malhação Viva a Diferença* (2017) and contextualization of the public's reception and controversies, this article examines how these representations influence the perception of the Japanese and their descendants, especially the women portrayed in Brazil. The article includes a table summarizing the main points, an analysis of the data, and a reflection on the representation of Japanese-Brazilian women in soap operas and its implications for the debate on media representation and its impact on minority communities.

Keywords: Brazilian soap operas; representativity; Japanese-Brazilians.

10 Mestranda de Estudos Culturais no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo (PPGEC EACH-USP), bacharela em Relações Internacionais e em Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC (UFABC). (nayara.mika@aluno.ufabc.edu.br / nmkirihsara@usp.br)

11 Cristine Koehler Zanella. Professora Doutora em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC), onde leciona tanto na graduação quanto na pós-graduação. Coordenadora do Grupo de Estudos do Sul Global, dedicado ao estudo das dinâmicas políticas e econômicas dos países do Sul Global e suas interações no cenário internacional. (cristine.zanella@ufabc.edu.br)

Introdução

O presente trabalho buscou entender como são construídas e consumidas as representações de asiáticos na televisão brasileira e como as relações raciais no Brasil refletem relações de poder. Em segundo plano, questionamos de que forma o consumo de mídia, suas representações de minorias - especialmente as problemáticas em relação às populações asiáticas retratadas - podem influenciar na violência cometida contra esses grupos e de que maneira as mulheres são retratadas e por que essa representação as torna mais suscetíveis a crimes de ódio.

Para tanto, o texto é organizado em três seções. Inicialmente, conceitualizamos representação, estereótipo e fetiche a partir do estudo de autores como Homi Bhabha e Tomaz Tadeu Silva, na seção *Representação, estereótipo e fetiche*. Em seguida, em *Representatividade asiática (japonesa) na telenovela brasileira*, detalhamos as partes relevantes da trama de cada uma das novelas e personagens analisadas, contextualizando a recepção do público e das possíveis polêmicas. Ademais, para resumir os pontos principais e identificar as características de cada representação, apresentamos uma tabela de visão geral das tramas e contextualizações, juntamente com uma análise mais aprofundada dos dados expostos. A seguir, na seção *Entendendo a necessidade de representação*, tecemos considerações em relação à representatividade de mulheres nipo-brasileiras nas telenovelas brasileiras. Por fim, a conclusão apresentou as considerações finais em relação ao tema e reflexões sobre o debate.

Representação, estereótipo e fetiche

O consumo de conteúdo audiovisual e as escolhas feitas por quem produz a mídia no Brasil influenciam o imaginário popular. Em particular as telenovelas, há

mais de 7 décadas presentes no cotidiano dos brasileiros, “(...) potencializa[m] seu campo de interferência no imaginário nacional. Podemos dizer que as telenovelas constroem a realidade e, ao mesmo tempo, se alimentam do real” (Brandão; Fernandes, 2012, p.19).

Como produto cultural, as seleções e adaptações feitas nas telenovelas se inspiram na realidade, mas também a criam. Nesse processo, influenciam as dinâmicas raciais e a percepção da identidade nacional, com potencial de reforçar a construção de minorias em “o Outro”, uma alteridade. As próprias polêmicas em torno da representatividade, ou falta da mesma, questionam a representação na mídia audiovisual. Quando apuramos o olhar, notamos que as experiências de mulheres asiáticas no Brasil estão repletas de situações e relações estereotípicas e fetichizantes, influenciadas ou determinadas por expectativas e projeções do resto da sociedade.

Para Bhabha (2013), o estereótipo é uma estratégia discursiva, uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre “no lugar” (p. 105), já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido. Um modo de representação “complexo, ambivalente e contraditório” (p. 110). Popularmente, é comum ouvir: “Se é um estereótipo, é porque tem alguma verdade”. O estereótipo colonial tem a função de “normalizar” (p. 115) as crenças múltiplas e os sujeitos divididos que constituem o discurso colonial como consequência de seu processo de recusa.

Para Silva (1998), as noções de imagem e estereótipo estão intimamente ligadas à noção de representação, servindo como dispositivos para analisar como a cultura descreve e produz seus objetos. O estereótipo é uma forma de conhecimento que reduz a complexidade de um sujeito a um conjunto mínimo de signos, uma interação sem envolvimento profundo. Essa simplificação economiza esforços afetivos e epistemológicos, fixando o outro de forma imobilizada. Assim, o estereótipo é um tipo particular de representação que utiliza processos de simplificação e generalização.

Apesar de ambos estereótipo e representação serem formas de conhecimento, eles divergem em pontos críticos. O estereótipo desloca o foco da análise cultural para o nível individual e psicológico, ignorando a cumplicidade entre representação e poder. Além disso, o estereótipo pressupõe uma distorção de uma realidade "lá fora", enquanto a análise cultural de representação não busca a fidelidade, mas sim expor as relações de poder. Silva destaca que, ao contrário da análise cultural de representação, que visa expor relações de poder, o estereótipo se foca no nível individual e psicológico, muitas vezes, distorcendo a realidade. Assim, cabe ressaltar o que Zheng (2006, p. 405) argumenta: "fetiches raciais estão invariavelmente baseados em estereótipos raciais, e que preferências sexuais raciais não são transparentes para aqueles que as possuem". Zheng (2006) discute o conceito de fetiche racial, exemplificado pelo "yellow fever (febre amarela, tradução do inglês)", que é a "preferência por intimidade sexual exclusiva ou quase exclusiva com pessoas de um grupo racial específico, neste caso, asiáticos" (p. 401). O autor ainda afirma que "desconsiderar explicitamente os estereótipos não prova que eles não influenciam tais preferências, uma vez que suas origens não são claras para os indivíduos que as possuem" (p. 405).

Bhabha (2013, p. 105) discute a "dependência do conceito de 'fixidez' na construção ideológica da alteridade", que funciona como um signo da diferença cultural, histórica e racial no discurso do colonialismo. Esse conceito é paradoxal, pois implica tanto rigidez e ordem imutável quanto desordem e degeneração. No contexto colonial, o estereótipo, especialmente em termos de fetichismo, serve para normalizar crenças múltiplas e sujeitos divididos, resultado do processo de recusa colonial. O fetichismo reativa o material da fantasia original, como a ansiedade da castração e da diferença sexual (Bhabha, 2013). O papel da mulher, dentro dessa construção, é regido por expectativas sociais que variam conforme sua classe, etnia e cultura, resultando em diferentes níveis de características esperadas, como lascividade, delicadeza, beleza, recato e servitude.

Para discutir mais profundamente os termos do embate cultural, seja a partir de antagonismo ou afiliação, Bhabha (2013) atribui sua produção à performatividade. A representação da diferença não deve ser lida apressadamente, como o reflexo de traços culturais ou étnicos preestabelecidos, inscritos na lápide fixa da tradição. A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento. A presença de personagens representativos de comunidades asiáticas é um desenvolvimento recente, ainda relutante, exemplo de hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica. Para Bhabha (2013, p. 21), o "direito" de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizados não depende da persistência da tradição. O direito de se expressar é sustentado pelo poder da tradição de se reinscrever por meio das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão "na minoria". Assim, o autor questiona de que modo se formam sujeitos nos "entre-lugares", nos excedentes da soma das "partes" da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.).

De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder (empowerment) no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável (Bhabha, 2013, p. 20).

Complementando essa visão, Stuart Hall (1992, p. 9) argumenta que alguns teóricos sustentam que “as identidades modernas estão entrando em colapso” e um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades desde o final do século XX. Segundo Hall, essas “transformações estão fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade”, que anteriormente nos forneciam sólidas localizações como indivíduos sociais. Essas

mudanças estão também “modificando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados” (Hall, 1992, p. 9).

Representatividade asiática (japonesa) na telenovela brasileira

Dada a relevância das telenovelas brasileiras para a criação do imaginário nacional (Brandão; Fernandes, 2012), o foco do presente texto são quatro produções brasileiras, a saber: *Bang Bang*, *Morde e Assopra*, *Sol Nascente* e *Malhação Viva a Diferença*. Ao abordar a representação de mulheres asiáticas nas telenovelas, conseguimos obter exemplos de como as mulheres asiáticas, suas vidas e seus corpos são representados em um país de dimensões continentais. De acordo com o IBGE (2008, p. 36), desde sua chegada ao país, “a distribuição dos imigrantes japoneses no território brasileiro foi muito desigual”. Assim, tanto em regiões com grande proporção de populações nipo-brasileiras quanto em regiões em que há contato limitado com essas comunidades, as telenovelas possuem papel importante para a representação da comunidade nipo-brasileira para a população brasileira.

Utilizamos como amostra quatro novelas da empresa de comunicação Rede Globo, de anos, audiência e sucesso variados, para analisar o tratamento dado às personagens de origem asiática, particularmente japonesas, retratadas. As novelas serão apresentadas em termos cronológicos de exibição.

Bang Bang (2005)

Em outubro de 2005, estreava a novela *Bang Bang* (2005-2006), anunciada como uma novela revolucionária. A proposta inicial era usar o Velho Oeste dos EUA para fazer uma paródia do Brasil, mas a audiência criticou *Bang Bang* como uma novela confusa, lenta e que os nomes em inglês dos personagens eram de difícil

compreensão. Assim, *Bang Bang* teve baixos índices de audiência para a época (SANTANA, 2017).

Em relação ao foco do presente trabalho, trataremos da personagem Yoko (Danielle Suzuki), a única personagem recorrente asiática, prostituta que, inicialmente, é contratada para seduzir o filho do coronel local, para “confirmar se ele é heterossexual”. Ao longo do enredo, Yoko dança, seduz e trama para conquistar os clientes. Ela se envolve com o Dr. Harold Phinter (Ricardo Tozzi), um psicanalista com surtos de lascividade, quando embriagado, que procura casar-se com Yoko para ter, em suas palavras, suas necessidades atendidas. Yoko também é caracterizada por atos de violência e temperamento explosivo, com golpes que podem ser influenciados por técnicas marciais, como karatê, com o uso ocasional de *shuriken* (estrelas de combate ninja) e som de ritmos folcloricamente “asiáticos”. Apesar de ter bastante tempo de tela, toda a história de Yoko envolve seus relacionamentos amorosos e a prostituição, constantemente relacionando-a a pratos asiáticos, como *sushi*, e mencionando-se o fato de ser considerada atraente, com palavras como “gostosa”.

O novelista Mário Prata “apostou ousadamente” em uma história com “tipos hilários e muito *non sense*, [...] extremamente pop, cheia de referências diversas, sobretudo aos anos 1960, e que tinha ares de cult” (Santana, 2017, n.p). Mas a audiência não recebeu positivamente: *Bang Bang* teve média geral de 27 pontos no Ibope, considerada muito baixa para o horário que exigia 35 pontos (Santana, 2017).

Morde e Assopra (2011)

Nessa produção, a “aposta” da emissora Globo foi o destaque à trama envolvendo personagens de herança japonesa (*Morde [...]*, 2011). A primeira cena da telenovela é uma homenagem ao Japão, em função do terremoto seguido de tsunami que atingiu a costa do país em 2010. A novela se inicia com algumas cenas no Japão, com as personagens Tomie Tanaka (Cristina Sano) e sua sobrinha Keiko

Tanaka (Luana Tanaka) trabalhando nos campos de plantação. A tia relata que arranjou um casamento com uma mãe nipo-brasileira que busca uma esposa para o filho. Keiko Tanaka (Luana Tanaka) deixa o Japão para se casar com Akira (Chao Chen), um cientista tímido, para melhorar sua vida e a de sua filha Kimmy (Carol Murai) no Brasil. Keiko se envolve secretamente com Wilson Villanova (Max Fercondini). Tieko, a mãe de Akira, reforça a visão tradicional de casamento e espera que Keiko seja uma "boa nora" submissa. Keiko tenta fugir com Wilson, mas acaba indo para São Paulo sozinha, deixando sua filha Kimmy. Hoshi, prima de Keiko, retratada como "menos importante" que Keiko, acaba se declarando para Akira e eles decidem criar Kimmy juntos.

Morde e Assopra passou por mudanças significativas no roteiro devido às críticas do público e da imprensa. Cenas gravadas no Japão foram drasticamente reduzidas, e a trama original, envolvendo robôs futuristas e escavação de dinossauros, foi abandonada. A representação dos personagens asiáticos na novela foi criticada pela falta de desenvolvimento. O "núcleo japonês" da trama foi ignorado em muitos episódios, com apenas uma cena curta em cada três episódios em média. O relacionamento de Keiko e Wilson se desenvolve rapidamente, sem muitos momentos de interação, e expressam sua atração verbalmente baseada na aparência um do outro. Conforme relatos, o roteiro foi radicalmente mudado pelo criador Walcyr Carrasco após diversas críticas do público e de jornalistas, com o corte de 90% das cenas externas realizadas no Japão que teriam ajudado no entendimento de vários personagens, como a vida de decasségui (descendente de japoneses que migram para o Japão a trabalho) de Hoshi (Camila Chiba) ou seu encontro emocionado com Keiko (Ricco e Ney, 2011).

Sol Nascente (2016)

A novela *Sol Nascente* (2016) conta a história da amizade entre duas famílias de imigrantes, uma italiana e outra japonesa. Antes mesmo de sua estreia, a novela recebeu críticas pela criação de personagens estereotipados e pela escalação de intérpretes para a família japonesa, especialmente a filha Alice (Giovanna Antonelli) e o patriarca Kazuo Tanaka (Luís Melo), representados por atores sem qualquer ascendência asiática. A emissora justificou dizendo que a Alice é adotada e que o Kazuo tem um pai norte-americano (Mengue, 2016). A falta de um ator japonês na faixa etária necessária levou à escolha de Luís Melo para um papel em uma novela da Globo.

Segundo a emissora, houve dificuldade em encontrar um ator japonês adequado e Melo, sendo filho de índia com italiano, foi considerado uma boa opção (Kusumoto, 2016). A substituição do ator japonês naturalizado brasileiro, Ken Kaneko, por Melo, gerou controvérsia, com Kaneko afirmando que foi removido sem motivo. O autor da novela, Walther Negrão, justificou a escolha pela idade de Kaneko, apesar de ele ser dois anos mais jovem que o personagem italiano (Stycer, 2016). Melo defendeu sua escalação afirmando que a polêmica estava nas pessoas, não na produção, e ressaltou que, na cultura oriental, era comum homens interpretarem mulheres devido a proibições (Dezan, 2016).

Com um elenco de cerca de 30 atores recorrentes, *Sol Nascente* possui apenas quatro asiáticos, todos secundários. Apesar da história ser teoricamente centrada na migração japonesa e italiana, escalaram Giovana Antonelli, atriz que também não tem ligação com a comunidade japonesa. Negrão justificou: "Tentamos achar nos testes uma protagonista japonesa, mas não encontramos uma com status de estrela. Eu precisava disso, a Globo queria uma estrela. Novela tem um custo muito alto, não dá para arriscar" (Stycer, 2016, n.p).

Já no primeiro capítulo, as personagens vividas por atores de ascendência asiática foram deixadas no plano de fundo. É possível notar que os personagens

asiáticos não são relevantes para a história, apenas Kazuo e Alice possuem destaque

Em resposta às controvérsias e acusações de whitewashing¹² geradas pela escalação e representação de personagens na novela *Sol Nascente*, cerca de 200 artistas de ascendência asiática formaram o coletivo Oriente-se e lançaram um manifesto em São Paulo. O documento criticava a discriminação étnica e as representações estereotipadas e preconceituosas dos orientais em produções audiovisuais, argumentando que tais práticas deturpavam a imagem dos asiáticos e educavam as novas gerações com uma visão preconceituosa. Também reivindicava a inclusão respeitosa e não estereotipada de artistas orientais em papéis significativos nas mídias, enfatizando a contribuição histórica da comunidade asiática no Brasil e exigindo respeito e reconhecimento como parte integrante da sociedade brasileira (Oriente-se, 2016).

Malhação Viva a Diferença (2017)

Na novela *Malhação*, de 2017, pela primeira vez em suas 25 temporadas, a trama apresenta cinco protagonistas femininas, todas com histórias diferentes ambientadas em uma escola particular e outra pública em São Paulo. Uma das protagonistas, Tina (Ana Hikari), é descendente de japoneses que se diferencia da sua família conservadora ao almejar ser artista gráfica e compositora. Tina se envolve amorosamente com Anderson (Juan Paiva), um motoboy negro que aspira à carreira musical. Juntos, enfrentam desafios sociais relacionados a classe, cor e crenças. O relacionamento entre Tina e Anderson na temporada de *Malhação* foi marcado por desafios, incluindo a desaprovação de Mitsuko (Lina

12 Em relação às representações caricatas e estereotipadas, Akagi (2016, p. 287) aponta que o whitewashing (“lavar de branco”, em tradução nossa) aplicado aos nipôdescendentes refere-se à prática relativamente comum de embranquecer personagens (reais ou fictícios). Também há o yellowface (“rosto amarelo”, em tradução nossa do inglês), “que consiste na estereotipificação e caricaturização das pessoas de origem oriental, geralmente considerando apenas as características físicas e marcadores de diferenciação, como o formato dos olhos, cor e aspecto do cabelo, entre outros (Akagi, 2016, p. 287).

Agifu), mãe de Tina, e situações de preconceito. Tina decide morar com Anderson para ajudá-lo em sua recuperação após um incidente, rompendo com sua mãe.

Tina também explora sua herança cultural, refletindo sobre a história de sua avó japonesa que se apaixonou por um não-japonês e enfrentou o ostracismo familiar e, por isso, serve como um espelho para os próprios desafios amorosos de Tina. A cultura japonesa é ainda incorporada na música de Tina, que mistura elementos do violoncelo, rap, hip hop e referências japonesas, inspirada pela história de sua avó. Tina luta contra as imposições de sua mãe sobre sua carreira e vida amorosa, além de enfrentar os preconceitos na escola privada em relação às suas amizades da escola pública e ao seu relacionamento com Anderson.

Pela primeira vez em 13 anos, a Globo colocou uma temporada de *Malhação* em seu catálogo de vendas internacionais (Castro, 2018). Venceu o Emmy Kids International 2018 e ganhou um spin-off da plataforma Globoplay, a série *As Five*, que conta a história das protagonistas seis anos após a novela. A produção também foi repriseada em decorrência da suspensão das gravações da Globo devido avanço do novo coronavírus no Brasil (Gonçalves, 2020).

Visão geral das tramas

Como visão geral das produções analisadas e síntese das representações e críticas em relação às personagens japonesas representadas, temos:

Tabela 1 – Quadro de principais características das novelas analisadas

Novela	Bang Bang (2005)	Morde & Assopra (2011)	Sol Nascente (2016)	Malhação Viva a Diferença (2017)
Destaques do elenco do núcleo asiático	Yoko (única personagem recorrente asiática).	Akira (Chao Chen) - secundário.	Alice (Giovanna Antonelli) e o pai Kazuo Tanaka (Luís Melo).	Tina (Ana Hikari).
Personagem asiática feminina principal estudada	Yoko – secundária.	Keiko – secundária.	Yumi Tanaka (Jacqueline Sato) – secundária.	Tina – principal.

Principal atribuição do núcleo asiático	Prostituição e entretenimento masculino.	Noivado arranjado com Akira e romance proibido com Wilson.	Plano de fundo para um romance e conflito entre famílias migrantes de diferentes origens.	Superação das expectativas sociais e familiares, das classes sociais e raciais; romance e escolha de carreira.
Características dos romances retratados	Yoko é causa de conflito entre os casais e disputa clientes com as colegas de profissão.	Romance instantâneo e focado nos aspectos físicos com Wilson. Akira se apaixona imediatamente por Keiko, mas se junta à prima Hoshi ao final da novela.	Focado majoritariamente em Alice. Yumi se interessa por Thiago, jovem negro casado.	Conflito econômico-social no relacionamento de Tina e Anderson (motoboy negro e irmão de Ellen).
Principais dificuldades das personagens asiáticas	Colegas de prostituição e conseguir clientes.	Casamento arranjado com Akira, por quem ela não sente interesse, a sogra controladora e a dificuldade de criar uma filha.	Encontrar um par romântico (Alice, Yumi e Hiromi).	Expectativas da mãe controladora sobre sua carreira e vida pessoal, o preconceito sobre relacionamentos interraciais e sua profissão de rapper e produtora.
Adjetivos utilizados para classificar o núcleo asiático	“Gostosa”, “sushizinho”.	“Muito bonita”, “boa nora”.	“Japonesa” e “mulher linda” (referente à Yumi), “jiaponezinha” (Kazuo referindo-se à Alice).	“Japa” (mas Tina declara não gostar do apelido), “samurai”.
Desenvolvimento	Proporciona tensão em outros casais e alívio cômico.	Keiko planeja fugir com Wilson, mas decide ir sozinha e desaparece. Sua filha Yummy fica sob custódia de Hoshi e Akira.	Apenas Alice e Kazuo ganham destaque, Yumi é a personagem japonesa com maior destaque e se envolve com o homem casado Thiago.	Tina e Anderson passam por provações e preconceito de diversas pessoas, mas finalizam a novela juntos. Tina segue a carreira na música.

Principais críticas à representação	A única personagem asiática é uma prostituta dançarina com pouquíssimo desenvolvimento.	Começou com a promessa de um núcleo japonês, mas foi progressivamente ignorado, além do uso de estereótipos e clichês.	<i>Whitewashing, estereotipificação caricata, irrelevância das personagens de artistas de origem asiática, entre outros.</i>	Arcos previsíveis e cheios de clichês (vilania e redenção da mãe de Tina e final feliz de Tina e Anderson).
-------------------------------------	---	--	--	---

Fonte: Elaboração própria.

A tabela apresentada oferece uma visão detalhada e comparativa sobre a representação de mulheres nipo-brasileiras em diferentes novelas brasileiras, com foco nos aspectos de estereotipificação e fetichização. Em resumo, seu objetivo é identificar os papéis frequentemente atribuídos a essas personagens, seus arcos narrativos, os adjetivos utilizados para descrevê-las e as críticas à sua representação. Esses dados evidenciam alguns padrões narrativos recorrentes, com níveis variantes de marginalização e exotificação, os quais serão explorados em maior profundidade na seção seguinte, em que serão examinados os impactos desses estereótipos e a importância de uma representação mais autêntica e diversificada na mídia.

Um exemplo de extrema estereotipificação e fetichização é o da prostituta Yoko na novela *Bang Bang*. Constantemente mencionando “sushi” e “gueixa”, também era frequentemente referenciada como “gostosa” e “japa” e apresentada dançando de modo sensual. Tina de *Malhação Viva a Diferença* era chamada de “samurai” por alguns, especialmente Anderson. No entanto, esse apelido, aprovado pela própria personagem, refletia admiração por sua personalidade persistente e lutadora. Isso representa uma mudança significativa na forma como a história e os outros personagens se relacionam com mulheres nipônicas. Já o traço evidente das personagens femininas asiáticas da novela *Morde & Assopra* é sua subutilizadas em comparação com os personagens masculinos e a falta de consistência e resolução narrativa do núcleo japonês resultou em uma trama insatisfatória. Percebeu-se claramente que as quatro

personagens mulheres (Tieko, Hoshi, Keiko e Kimmy) possuíram muito menos tempo de tela em conjunto que o personagem masculino, Akira, nota-se que a história da protagonista Keiko (e sua filha Kimmy), sua prima Hoshi e a mãe de Akira Tieko revolve ao redor dos personagens masculinos, Akira e Wilson.

Na novela *Sol Nascente*, é possível notar que os personagens asiáticos não são relevantes para a história, apenas Kazuo e Alice, interpretados por pessoas sem ascendência asiática, possuem destaque. Já no primeiro capítulo de *Sol Nascente*, as personagens vividas por atores de ascendência asiática foram deixadas no plano de fundo. A atriz Cristina Sano comenta: “Os japoneses de verdade ficaram lá perdidos na multidão. Ninguém falou nada [...] a questão é da falta de representatividade. Todos estão muito indignados. Os japoneses estão ao fundo e o núcleo é a Antonelli e o Luís Melo” (Stycer, 2016, n.p). A outra personagem nipo-brasileira Yumi (Jacqueline Sato), prima de Aline, é representada principalmente como um instrumento para o crescimento de Alice, apesar de ter um arco de romance com um homem já casado. O arco de Hiromi (Carol Nakamura) também gira em torno de encontrar um parceiro para se casar.

A atriz Cristina Sano, fundadora do Oriente-se, em entrevista à Folha de São Paulo destaca que a falta de tato na abordagem da imigração japonesa na novela transformou a representatividade em uma caricatura, exacerbando as críticas e a discussão sobre a imagem e tratamento de minorias étnicas nas mídias brasileiras (Martinho, 2016).

O exemplo mais recente, a novela *Malhação Viva a Diferença*, não é livre de criticismos, mas seu sucesso é inegável. MR Silva (2018) enfatiza a inovação da trama, pois raramente uma novela brasileira apresentou um núcleo narrativo composto apenas por personagens não-brancos, não só no que se refere à *Malhação*, mas também a todas as outras produções da emissora. É possível notar que, dentre os programas analisados, a obra com maior reconhecimento é a que possui uma trama considerada como representação sensível e que considerou a

experiência das pessoas retratadas e seus contextos, representando um avanço na representatividade.

Entendendo a necessidade de representação

Embora considerado “um país multiétnico e caracterizado por intensa mestiçagem entre brancos europeus, índios, negros e asiáticos”, o Brasil é “marcado pela colonização portuguesa e pela herança cultural de valorização do corpo branco e europeu padrão em detrimento dos demais” (Perez, 2011, p. 72).

A representação do imigrante japonês no Brasil está enraizada em imagens históricas que remontam aos primeiros contatos entre Portugal e Japão no século XVI. De acordo com Dezem (2005), inicialmente, as percepções ocidentais sobre o Japão eram predominantemente positivas, destacando o culto à honra dos samurais e a etiqueta do povo japonês. No entanto, essas visões foram moldadas por interesses neocoloniais e imperialistas, resultando em estereótipos exóticos e idealizados sobre o Japão e seu povo. Essa construção de imagens ocorreu paralelamente à crescente preocupação ocidental com o “perigo amarelo”, que se intensificou durante a Guerra Russo-Japonesa (1895-1905) e a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No Brasil, o governo e a opinião pública foram expostos a uma dualidade de visões sobre os japoneses, oscilando entre admirá-los como “civilizados” ou temê-los como “cruéis espiões” (Dezem, 2005).

A chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao Brasil coincidiu com esse contexto de redefinição dos discursos sobre o Japão e seu povo. Inicialmente, vistos como exóticos e pacíficos, os japoneses foram progressivamente associados a estereótipos negativos, como representantes de uma “raça frígida” e “fanática”. A evolução na percepção dos imigrantes japoneses refletiu os interesses políticos e raciais do período, contribuindo para a construção de uma imagem estereotipada e, muitas vezes, preconceituosa desses indivíduos na sociedade brasileira (Dezem, 2005).

No século XX, os descendentes de japoneses no Brasil começam a ter destaque no ensino superior e no sucesso econômico, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970. Nessa mesma época, o Japão era visto como exemplo e os brasileiros enxergavam os descendentes como “japoneses do Brasil”, apropriando-se da visão do sucesso dos *nikkeis*¹³ para construir a imagem de brasiliade de forma equivocada, já que o uso deles era sempre para retratar como diferentes e não como brasileiros. Para o Estado, o sucesso do descendente cria oportunidades e os *nikkeis* são utilizados para anunciar os cursinhos pré-vestibulares. Essas imagens eram carregadas de estereótipos da Minoria Modelo (Lesser, 2008, apud Toyama; Castro, 2018).

O cineasta Leonardo Hwan, em depoimento, explica que o estereótipo da “minoria modelo” retrata os descendentes de japoneses como dóceis, estudiosos e trabalhadores, o que supostamente justifica suas conquistas na sociedade. Ele critica esse estereótipo, afirmado que coloca as pessoas em caixinhas e reforça a opressão de outras minorias, especialmente dos negros, ao implicar que outros grupos não são trabalhadores e ignorando a perseguição histórica que sofreram (Mori, 2017).

As percepções sociais das relações dessas comunidades e de quem está fora delas moldam a experiência, a vivência e a cultura do território. Muito além de uma preferência ou de apreciação pela beleza ou fenótipo asiáticos, a estereotipificação e fetichização impõem imensuráveis expectativas sobre mulheres que nascem, crescem e se desenvolvem em um meio que as objetifica e sexualiza. O que pode ser percebido no retrato dos personagens “japoneses” de *Sol Nascente*, retratados como diferentes e separados da sociedade, exceto quando as mulheres se envolvem romanticamente com não descendentes.

13 A palavra nikkei é uma abreviação do vocábulo japonês nikkejin e significa “pessoas de origem japonesa, nascidas fora do Japão”. É importante ressaltar que é comum o uso do termo “japonês” e suas variantes (japonesa, japoneses, japonesas) para se referirem a descendentes (Ischida, 2010, p. 13).

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, a estudante Tami Tahira, de ascendência okinawana, critica o modo como a “exploração ocidental enxerga a pessoa asiática como a Outra, a estranha, a exótica, o que desumaniza e objetifica” (Soares, 2017, n.p). Para ela, a incapacidade de compreensão e empatia com a asiática como semelhante faz com que essa pessoa seja percebida como objeto público, sempre na obrigação de esclarecer dúvidas pejorativas sob o pretexto do ocidental querer “conhecer culturas diferentes” (Soares, 2017, n.p). Surgem “perguntas invasivas e discriminatórias que não seriam feitas a uma mulher branca, como questionar se a mulher indiana faz todas as posições do kama sutra ou querer saber a quantidade de pelos da genitália da leste-asiática” (Soares, 2017, n.p). A estudante de Ciências Sociais Gabriela Shimabuko diz: “A fetichização é resultado de um processo histórico. Estupros e dominação das mulheres sempre foram armas de guerra e dominação” (Mori, 2017, n.p).

Estudar representatividade é crucial, porque filmes e programas de TV moldam a identidade cultural e nacional, integrando e refletindo valores e significados sociais, pois, de acordo com Esther Hamburger (2010, p. 7-8), “participam de transformações, em geral imprevistas e não planejadas”. Como seres sociais, projetamos as identidades culturais e internalizamos seus significados e valores, contribuindo para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. O que seria então necessário para que uma representação de uma população, um setor social, uma comunidade e/ou uma etnia fossem justamente representadas?

O primeiro obstáculo para a representação asiática é a sua ausência nas artes cênicas. A falta de oportunidades no teatro, na televisão e no cinema limita a presença de artistas asiáticos, enquanto artistas brancos frequentemente interpretam qualquer personagem, independentemente da etnia. Daniel Uemura, que atuou em *Sol Nascente*, relata sentir-se marginalizado na profissão devido às oportunidades limitadas e estereotipadas (Mengue, 2016). Beatriz Diafária, do

canal Yo Ban Boo, comenta que papéis "normais" geralmente vão para atores brancos, e mesmo os papéis destinados a asiáticos podem ser dados a atores brancos. Ela mudou seu sobrenome de Koyama para Diaféria a fim de melhorar suas chances de ser chamada para testes de elenco (Mori, 2017). Outro exemplo é o caso da cineasta Tizuka Yamasaki que raramente encontrava referências às suas origens e sentia-se marginalizada. Inspirada na história dos avós e conhecidos, ela criou seu primeiro filme, *Gaijin - Caminhos da Liberdade* (1980), exibido e premiado em festivais como Cannes, Havana e Gramado. Segundo Yamasaki, não havia consciência da importância dos imigrantes na formação do povo brasileiro (Mengue, 2016).

Devido à falta de representatividade, são comuns representações caricatas e estereotipadas. Akagi (2016) aponta que, apesar da significativa presença japonesa em setores profissionais como medicina e artes plásticas, há pouca representatividade nas artes cênicas. Em entrevista, a atriz Ana Hikari destacou a importância de valorizar os ancestrais e combater o preconceito. Ela mencionou a falta de referências asiáticas na TV durante sua infância e como acreditava que sua aparência física a impediria de atuar. Ao protagonizar *Malhação*, percebeu que seu papel ia além da representatividade, sendo uma responsabilidade inspirar outras meninas (Rodrigues, 2020,).

Filha de mãe descendente de japoneses e pai negro, Ana Hikari, assim como sua personagem Tina, luta para reduzir o preconceito contra orientais e negros no Brasil e derrubar estereótipos. Em depoimento, ela destaca o incômodo com termos pejorativos e estereótipos: "Desde o terceiro capítulo a Tina fala: 'Não gosto que me chamem de japa, meu nome é Tina'. Isso também me incomoda muito, porque eu nasci no Brasil, meus pais também, por que não sou reconhecida como brasileira?" (Alês, 2017, n.p.). Hikari critica piadas e personagens que limitam os orientais a estereótipos, ressaltando a importância de reconhecer a individualidade e a singularidade de cada pessoa (Alês, 2017). A escritora Janaina Tokitaka acrescenta que a representação dos asiáticos na ficção, geralmente em

papéis secundários e superficiais, reforça ideias estereotipadas como a da gueixa (Mori, 2017).

Um movimento feminista crescente de mulheres asiáticas tem ganhado destaque ao abordar questões como a fetichização, que se refere à imposição de estereótipos que hiperssexualizam a mulher associando-a à ideia de ser exótica e submissa. Assim, o racismo se soma ao machismo na agressão a mulheres não-brancas (Mori, 2017). Em entrevista, Caroline Rica Lee da plataforma Lótus, diz: "Os impactos dessas violências vão desde a perda de identidade, perda de autoestima, falta de noção sobre seu próprio valor, e demais traumas provindos de abusos físicos, mentais e emocionais (Mori, 2017, n.p)".

De acordo com o educador Ando Filho, em entrevista à BBC (Mori, 2017), ao mesmo tempo em que a mulher foi hipersexualizada, houve uma "castração" do homem asiático. O processo de castração masculina do homem asiático é interdependente da fetichização da mulher, fraco e assexuado. "Isso gera desde a perda da autoestima até atitudes excessivamente agressivas e machistas para compensar — e aí quem sofre são as mulheres", diz Ando Filho em entrevista (Mori, 2017, n.p). "Precisamos compreender que homens e mulheres podem experimentar situações de racismo de maneiras especificamente relacionadas ao seu gênero" (Crenshaw, 2002, p. 9). Quando Akira, de *Morde e Assopra*, estava envolvido na trama principal, ele é retratado como honesto, quieto e "nerd", submisso à sua mãe pela maior parte da novela, trocado por Wilson pela sua noiva e frequentemente manipulado pelos personagens principais.

A questão étnico-racial e a questão de gênero são interseccionadas, influenciando e definindo tanto no relacionamento das minorias sub-representadas com o "padrão social" quanto entre si. Kimberlé Crenshaw (2002, p. 9) explica que "tanto as questões de gênero como as raciais têm lidado com a diferença". Ser "diferente" no contexto brasileiro é não ser homem e branco, o que não faz sentido cultural, social e até matemático. De acordo com o Censo 2022 do IBGE (2022), 43% da população brasileira se declara branca, 45,3% parda, 10,2% preta, 0,6%

indígena e 0,4% amarela. Além disso, a população brasileira é composta por 48,5% de homens e 51,5% de mulheres. A maioria da população brasileira, portanto, não se enquadra no “padrão” dominante, branco e masculino. Parafraseando Crenshaw (2002, p. 9), a mídia audiovisual tem um papel fundamental nesse desafio de incorporar a questão de gênero à prática dos direitos humanos e a questão racial ao gênero. O incômodo, sentido por quem não se vê ou se vê pejorativizado na mídia e por quem está acomodado na “identidade velha” e dominante, é parte da mudança necessária.

Não é surpreendente que, de acordo com um estudo realizado por Cecília Inamura de Moraes (2019) com mais de 500 respostas de mulheres autodeclaradas amarelas, 68,2% contam que já viveram episódios de abuso e assédio diretamente relacionados à sua ascendência. Um levantamento do Instituto Datafolha de 2017 indicou que 49% das mulheres amarelas relatam ter já sofrido assédio sexual, o índice mais alto, seguido por 46% de mulheres pretas e 45% de pardas (Sayuri, 2020). Casos como este são apenas consequências de situações que ocorrem há muito tempo. Diversas meninas e mulheres que crescem escutando “Sempre quis namorar uma asiática” e são vistas como prêmios. Consequências da falta de visibilidade para essas situações e do modo como são retratadas e percebidas socialmente (Sayuri, 2020, n.p.). “As discriminações racial e de gênero procuram por mulheres na interseção e as compactam e impactam diretamente” (Crenshaw, 2002, p. 12).

Conclusão

A ideia relacionando populações asiáticas com a propagação do coronavírus abriu novas formas de preconceitos que já existiam, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. As populações asiáticas no ocidente habitavam um lugar de invisibilidade, estereótipos e crenças populares (sexuais, fetichizantes e emasculantes).

Nas telenovelas analisadas, observamos que o ator de *Sol Nascente*, Luís Melo, argumentou que “dentro da própria cultura oriental, as mulheres não podiam fazer teatro. A proibição já existia ali dentro. Eram homens que interpretavam mulheres” (Dezan, 2016, n.p.). Além do argumento não ser contemplativo ou relevante à questão, o ator busca diminuir a responsabilidade dos autores de fazer um trabalho mais representativo, dado que o teatro “oriental” não permitia mulheres, argumento que também pode ser usado para o teatro londrino do século XVI. Usar a questão da restrição de mulheres no teatro para justificar falta de representatividade de uma minoria que a novela *Sol Nascente* se propôs a representar é irresponsável e evasivo.

Embora não seja uma representação fiel do mundo (e não dite a configuração que o mundo terá), “(...) elementos do mundo real somente funcionam como pano de fundo para o processo de criação (...). No entanto, esse ‘mundo lá fora’ é cada vez mais uma referência para o autor construir sua narrativa plausível.” (Brandão; Fernandes, 2012, p.20). Notamos isso nas produções analisadas: a mudança de representação asiática de *Bang Bang* (2006) à *Malhação Viva a Diferença* (2017) é perceptível. Yoko, de *Bang Bang*, é extremamente sexualizada ao mesmo tempo que é dispensável e esquecível, escrita como adorno e adereço dos homens de sua vida. Em *Morde e Assopra* (2011), embora os autores possam ter realmente tido a intenção de homenagear as relações Japão-Brasil dada sua mensagem de apoio ao país, depois do tsunami de 2011, Keiko é esquecida e sua prima Hoshi não participa muito. *Sol Nascente* foi uma novela que poderia ter sido recebida positivamente, caso tivesse sido realizada com mais tato e por pessoas com experiência nipo-brasileira. *Malhação Viva a Diferença* já representa uma mudança mais efetiva na discussão. Embora não seja isenta de críticas, o papel do núcleo nipo-brasileiro é equilibrado com os outros núcleos e bem integrado com o resto da trama, tendo consequências reais não só para seus integrantes, mas para seus relacionamentos. Além de ser um arco

mais satisfatório para as personagens, a novela foi considerada como um avanço na representatividade asiática e um sucesso de audiência.

Ao traçar um paralelo entre as experiências de comunidades asiáticas no Brasil, podemos analisar como a representação de indivíduos com fenótipos e/ou vivência asiáticas em um veículo de entretenimento tão presente na cultura brasileira como as novelas, permite refletir sobre o debate acerca da representatividade e da diversidade nos espaços audiovisuais. Essa análise também nos leva a considerar a influência dessas representações na percepção da identidade e da alteridade nacional.

A complexa teia de relações sociais atual repercute na formação dos processos identitários, como na imagem criada nas novelas, que é somente mais um reflexo da ideia caricata que a população faz da cultura japonesa ou de qualquer cultura percebida como outrem à brasileira. Somente quando as grandes produtoras de mídia audiovisual atenderem às demandas dessas populações tão ávidas por representação com nuance e não-caricata, com a intenção de tentar estabelecer uma nova perspectiva a fim de criar uma imagem para além dos estereótipos e clichês já existentes, pode-se dizer que avanços serão feitos. As produtoras de mídia são responsáveis pelo conteúdo que transmitem e pelo qual lucra, influenciando direta e indiretamente no tratamento e vivência dada às minorias.

Referências

- AKAGI, Isis Harumi. Descaminhos: deslocamentos de quase idade. *Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisadores em Dança*. Goiânia: ANDA, 2016. p. 283- 291.
- ALÊS, Tamires. Artistas orientais fazem sucesso na TV, teatro e internet. Mundo OK, 23 de novembro de 2017. Disponível em: <<https://www.mundook.com.br/artistas-orientais-fazem-sucesso-na-tv-teatro-e-internet/>>. Acesso em: 09 maio 2024.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRANDÃO, Cristina; FERNANDES, Guilherme Moreira. Telenovela brasileira: formato que vem se impondo há seis décadas. In: BRANDÃO, Cristina; COUTINHO, Iluska; LEAL, Paulo Roberto Figueira (Orgs.) *Televisão, cinema e mídias digitais*. Florianópolis: Insular, 2012

CASTRO, Daniel. Fenômeno de audiência, Malhação - Viva a Diferença vira série 'adulta' na Globo. Notícias da TV UOL. 26 nov. 2018. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/novelas/fenomeno-de-audiencia-malhacao-viva-diferenca-vira-serie-adulta-na-globo-23459?cpid=txt>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero. Ação Educativa, 2002. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

DEZAN, Anderson. 'Sol Nascente': Luis Melo rebate críticas por interpretar japonês na TV. Globo EGO, Televisão, Rio de Janeiro, 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://ego.globo.com/televisao/noticia/2016/08/sol-nascente-luis-melo-rebate-criticas-por-interpretar-japones-na-tv.html>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

DEZEM, R. Matizes do “amarelo”: a gênese dos discursos sobre os orientais no Brasil (1878-1908). São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

GONÇALVES, Ana Beatriz. Vencedora do Emmy ‘Malhação: Viva a Diferença’ retorna à Globo com a história de cinco amigas. Folha de São Paulo, F5. 5 de abril de 2020. Disponível em: <<https://f5.folha.uol.com.br/televisao/2020/04/vencedora-do-emmy-malhacao-viva-a-diferenca-retorna-a-globo-com-a-historia-de-cinco-amigas.shtml>>. Acesso em: 23 set. 2020.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HAMBURGER, Esther. Novelas como proto-interação, ou para uma crítica dos estudos de recepção. *Interin*, vol. 9, núm. 1, 2010, pp. 1-15. Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/5044/504450762003.pdf>>. Acesso em: 26 fev. 2019.

IBGE. Panorama Censo 2022. Biblioteca IBGE, 2023. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

IBGE. Resistência & Integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Biblioteca IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv38935.pdf>. Acesso em: 18 maio 2024.

ISCHIDA, Camila Aya. A experiência Nikkei no Brasil: uma etnografia sobre imaginários e identidades. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-08022011-094359/publico/2010_CamilaAyalschida.pdf>. Acesso em: 20 maio 2024.

KUSUMOTO, Meire. 'Sol Nascente' deixa orientais 'perdidos na multidão', diz atriz. Veja, 29 ago. 20216. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/cultura/sol-nascente-deixa-orientais-perdidos-na-multidao-diz-atriz>>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MARTINHO, Anahi. Globo favorece atores ocidentais em núcleo japonês de nova novela das 18h. Folha de São Paulo, São Paulo. 08 ago. 2016. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/08/1800063-globo-favorece-atores-ocidentais-em-nucleo-japones-de-nova-novela-das-18h.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

MENGUE, Priscila. Além de 'Sol Nascente': artistas nipônicos reivindicam representatividade na TV e no cinema. O Estado de S. Paulo, 02 set. 2016. Disponível em: <<https://emais.estadao.com.br/noticias/tv,alem-de-sol-nascente-artistas-niponicos-reivindicam-representatividade-na-tv-e-no-cinema,10000073773>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

MORAES, Cecilia Inamura de. Mulheres de Desconforto: o consumo da imagem da mulher amarela. Medium, 22 out. 2019. Disponível em: <<https://medium.com/@cecilia.moraes/mulheres-de-desconforto-o-consumo-da-imagem-da-mulher-amarela-aa84457e3063>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MORDE & Assopra: A atriz Luana Tanaka é uma das apostas da novela. Rede Globo novidades. 16 fev. 2011. Disponível em: <<http://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/2011/02/morde-assopra-atriz-luana-tanaka-e-uma-das-apostas-da-novela.html>>. Acesso em: 16 de abr. 2020.

MORI, Letícia. 'Não toleramos mais': por que velhas piadas estão inflamando debate sobre racismo entre descendentes de asiáticos no Brasil. BBC Brasil, São Paulo, 04 de ago. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-40816773>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

ORIENTE-SE. Manifesto do Coletivo Oriente-se no Brasil pela igualdade étnica. Oriente-se, 31 de agosto de 2016. Disponível em: <<http://orientese.com.br/manifesto>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

PEREZ, Clotilde. Condições antropossemióticas do negro na publicidade contemporânea. (BASTISTA, Leandro Leonardo. LEITE, Francisco organizadores.) *O Negro nos espaços Publicitários Brasileiros: Perspectivas Contemporâneas em Diálogo*. São Paulo (SP), 2011. p.61-84.

RICCO, Flávio; NERY, José Carlos. Novela "Morde & Assopra" tem problemas nos bastidores. *Uol, TV e famosos*, 11 de abril de 2011. Disponível em: <<https://televisao.uol.com.br/colunas/flavio-ricco/2011/04/11/morde--assopra-tem-problemas-nos-bastidores.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 16 abr. 2020.

RODRIGUES, Cristiane. Ana Hikari fala sobre representatividade asiática na TV: 'Responsabilidade de inspirar outras meninas'. *GSHOW Famosos*, 18 de junho de 2020. Disponível em: <<https://gshow.globo.com/Famosos/noticia/ana-hikari-fala-sobre-representatividade-asiatica-na-tv-responsabilidade-de-inspirar-outras-meninas.ghhtml>>. Acesso em: 20 set. 2020.

SANTANA, André. A problemática Bang Bang estreava há 12 anos. *Observatório da TV*, 2017. Disponível em: <<https://observatoriodatv.uol.com.br/noticias/a-problematica-bang-bang-estreava-ha-12-anos>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

SAYURI, Juliana. Como o antigo fetiche por mulheres asiáticas persiste na pornografia. *Bol Uol, Entretenimento, Colaboração para o TAB*, de Toyohashi (Japão), 24 de janeiro de 2020. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/entretenimento/2020/01/24/por-que-o-antigo-fetiche-por-mulheres-asiaticas-persiste-na-pornografia.htm?cmpid=copiaecola&cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

SILVA, MR. Malhação: Viva a Diferença, um manifesto pela diversidade. *Valkirias, TV*, 15 mar. 2018. Disponível em: <<http://valkirias.com.br/malhacao-viva-a-diferenca-um-manifesto-pela-diversidade/>>. Acesso em: 23 de jun. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. A poética e a política do currículo como representação. *Curriculum da Biblioteca da Secretaria Municipal de Duque de Caxias - RJ*, 1998. Disponível em: <<https://smeduquedecaxias.rj.gov.br/nead/Biblioteca/Formação%20Continuada/Currículo/POÉTICA%20E%20A%20POLÍTICA%20DO%20CURRÍCULO%20COMO%20REPRESENTAÇÃO.htm>>. Acesso em: 09 maio 2024.

SOARES, Nana. Você já ouviu falar de feminismo asiático? *O Estado de S. Paulo - E+*, 30 mar. 2017. Disponível em: <<https://emais.estadao.com.br/blogs/nana-soares/voce-ja-ouviu-falar-de-feminismo-asiatico/>>. Acesso em: 3 abr. 2019.

STYCER, Mauricio. Manifesto de artistas orientais pede o fim da “discriminação étnica” na TV. Portal Gelédes, 01 set. 2016. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/manifesto-de-artistas-orientais-pede-o-fim-da-discriminacao-etnica-na-tv/>>. Acesso em: 18 maio 2024.

TOYAMA, Claudia Moraes; CASTRO, Paula Campos de. Descendentes, Estereótipos e Representatividade: A Busca de Uma Identidade. Revista Estação Científica, Juiz de Fora, nº 20, jul. – dezembro, 2018. Disponível em: <<http://portal.estacio.br/media/3732324/descendentes-estere%C3%B3tipos-e-representatividade-a-busca-de-uma-identidade.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

ZHENG R. Why Yellow Fever Isn't Flattering: A Case Against Racial Fetishes. *Journal of the American Philosophical Association*, 2016.

POKÉMON E AS FRONTEIRAS DA IDENTIDADE NAS DIFERENTES PLATAFORMAS MIDIÁTICAS

POKEMON AND THE BOUNDARIES OF IDENTITY ON DIFFERENT MEDIA PLATFORMS

POR JOÃO PAULO DE OLIVEIRA CARMÓ¹

ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-4635-8489>

MARISTELA CARNEIRO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6335-7379>

BIBIANA BRAGAGNOLO³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1282-6534>

Resumo

Pokémon é uma franquia midiática japonesa que comprehende uma imensa gama de produtos, caracterizando-se por seu viés transmidiático. As narrativas que atravessam a franquia giram em torno de criaturas fictícias que se destacam por seus designs e padrões de comportamento. Nessa investigação, buscamos observar como se formulam identidades no diálogo entre os aspectos gráficos utilizados na construção de personagens em Pokémon e questões de gênero, performances e sexualidades. Para tanto, buscou-se por base a análise de diferentes produções de Pokémon responsáveis pela materialização de narrativas que, por seus atributos

imagéticos e dinâmicas dos enredos, projetaram reflexões acerca das representações e performances de seus personagens em relação a gêneros e sexualidades.

Palavras-chave: Pokémon, identidade, performance, gênero.

Abstract

Pokémon is a Japanese media franchise that comprehends a vast array of products, being characterized for its transmedia inclination. The narratives that permeate the franchise revolve around fictional creatures distinctive for their designs and patterns of behavior, named pokémon. In this investigation, we aim to observe how identities are

¹ Doutor em Estudos de Cultura Contemporânea pela Universidade Federal de Mato Grosso e Mestre pela mesma instituição, possui graduação em Comunicação Social, habilitação em Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal de Mato Grosso e em História pela Universidade Estadual Paulista. Atualmente trabalha como ilustrador e professor de ensino superior no curso de graduação em Publicidade e Propaganda do UNIVAG.

² Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) – Cuiabá/MT, Brasil

³ Pianista e pesquisadora, com foco na pesquisa artística, e doutora em Musicologia pela Universidade Federal da Paraíba, com período de doutorado sanduíche na Universidade de Aveiro, financiado pela CAPES. Atualmente é líder, juntamente com o Dr. Leonardo Sanchez, do grupo de pesquisa cadastrado no CNPq "Observatório e Laboratório de Pesquisa Artística" e Professora Adjunta na Universidade Federal de Mato Grosso, com atuação no Departamento de Artes, nos cursos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea e no Mestrado Profissional em Música. Desde 2024, coordena o projeto de pesquisa "Pesquisa artística na América Latina: práticas do Sul Global", financiado pelo CNPq.

formulated in the dialogue between the graphic aspects used in the construction of characters in Pokémon and matters of gender, performance and sexualities. To this end, we will analyze different Pokémon productions responsible for materializing narratives that, due to their imagery and plot dynamics,

reflect on the representations and performances of their characters in relation to genders and sexualities.

Keywords: Pokémon, identity, performance, gender.

Introdução

Nas últimas décadas, o cenário da cultura pop mundial foi marcado de maneira decisiva pela ascensão de uma série de produções japonesas, caracterizadas por um vasto repertório de personagens e narrativas, além de diversos produtos licenciados derivados dessas criações. Entre os principais destaques dessa onda de franquias japonesas, se encontra a série Pokémon.

A história da franquia Pokémon é assinalada por uma rápida difusão em escala global e uma intensa pulverização de seu conteúdo em uma grande variedade de produções midiáticas. Conforme avançava para novas plataformas, a narrativa de Pokémon adotava diferentes estratégias e mecanismos de adaptação, ampliando as possibilidades de conquista de audiência e, consequentemente, de expansão de seu público consumidor em diferentes mercados ao redor do mundo.

A antropóloga cultural Mizuko Ito argumenta que o público que deseja se envolver em um fenômeno de mídia como Pokémon pode buscar informações sobre o universo da narrativa nas animações televisivas e na internet, ao mesmo tempo que descreve suas próprias experiências por meio dos jogos eletrônicos e da troca de cartas com outros jogadores (ITO, 2010). Esse modelo, sugere a autora, encoraja uma cultura de conhecimentos compartilhados, aproximando indivíduos com interesses semelhantes para além de suas fronteiras geográficas. Como já foi situado por outros autores, Pokémon convida seu público a se envolver em uma complexa cadeia de ações ou práticas culturais (BUCKINGHAM; SEFTON-GREEN, 2003).

Levando em consideração as questões pontuadas acima, propomos neste estudo delinear uma análise de como o conteúdo visual de Pokémon – em especial a caracterização e o conceito criativo de certos personagens – ganhou forma e repercussão em diferentes plataformas midiáticas. Destacaremos a relação entre os aspectos visuais e as performances de gênero presentes em certas representações produzidas pelo desenho animado e pelos jogos de videogame da franquia.

Ao abordarmos essa questão, estabeleceremos um diálogo com pesquisas do campo dos estudos de gênero, performances e sexualidades, juntamente com a análise dos aspectos gráficos utilizados na construção de personagens e situações marcantes de Pokémon e de seus desdobramentos midiáticos.

Além disso, buscaremos estabelecer um paralelo entre as condições e possibilidades de transmissão e de recepção de conteúdos associados às representações de gênero em diferentes plataformas de mídia, como a televisão e o videogame. Sob o viés dos estudos de cibercultura, este artigo faz apontamentos sobre a forma como canais mais participativos conseguem abordar e transmitir com mais naturalidade certas questões que, para estruturas mais tradicionais como a televisão, podem encontrar mais obstáculos no que diz respeito aos processos de transmissão.

Criação e expansão da franquia Pokémon

Pokémon representa uma das principais franquias de entretenimento de origem japonesa e se destaca internacionalmente como um ícone da cultura pop. Criada em 1995 por Satoshi Tajiri, a marca Pokémon teve origem nos jogos de videogame produzidos pela desenvolvedora Game Freak Inc., distribuídos pela Nintendo e, logo nos primeiros anos de existência, passou por uma expansão transmidiática¹⁷ que

17 Transmídia, conceito popularizado por Henry Jenkins (2006), no livro *A Cultura da Convergência*. É o termo utilizado quando uma franquia desenvolve sua narrativa para múltiplas plataformas. Diferente de adaptação de linguagem ou formato, um produto transmídiático oferece diferentes formas de vivenciar uma história de acordo com cada mídia utilizada, sendo que, quanto mais se experimenta essas formas de acesso, maior será a imersão no universo fictício em questão.

contemplou várias outras plataformas midiáticas com a sua narrativa, incluindo desenhos animados, histórias em quadrinhos e jogos analógicos.

O nome Pokémon foi concebido a partir da contração da expressão em inglês *pocket monsters*, “monstros de bolso” em português. Com isso, esse título se conecta a uma premissa fundamental em torno do conceito criativo da franquia: a capacidade de transportar os monstrinhos em pequenos dispositivos que cabem no bolso.

Isso se justifica pelo fato de que, desde o lançamento dos primeiros jogos, *Pokémon Red* e *Pokémon Green* (ou *Pokémon Red* e *Pokémon Blue*, conforme a nomenclatura adotada no mercado ocidental), em 1996, *Pokémon* teve como foco os consoles portáteis da Nintendo.

Dessa forma, primeiramente, *Pokémon* foi desenvolvido para uso no dispositivo Game Boy (Figura 1). Com a incorporação de novas tecnologias, os jogos passaram a ser produzidos e adaptados para os novos recursos gráficos e de programação proporcionados por dispositivos providos de maiores capacidades gráficas, como o Game Boy Color, o Game Boy Advance, o Nintendo DS, o Nintendo 3DS (com a capacidade de reproduzir imagens 3D sem a necessidade de óculos especiais) e, finalmente, o Nintendo Switch (que pode ser utilizado tanto como um portátil, como conectado a uma televisão).

Figura 1 - Game Boy, console portátil da Nintendo.



Fonte: Wikimedia Commons, categoria Game Boy.

Além disso, existe uma conexão entre realidade e ficção em torno da portabilidade que dá origem ao nome da franquia simbolizada pelas chamadas Pokébolas (Figura 2). Se, no mundo real, os jogadores transportam o jogo em consoles que cabem na palma da mão, no universo fictício da série, os personagens humanos conseguem fazer o mesmo utilizando pequenos dispositivos esféricos dotados de alguma tecnologia capaz de capturar, armazenar, transportar e evocar os diferentes tipos de monstrinhos que habitam tal mundo.

Figura 2 - Representação das Pokébolas no desenho animado de Pokémon.



Fonte: *Eu escolho você* (temporada 1, episódio 1) da série animada Pokémon.

Assim, o conceito criativo por trás da franquia sempre indicou esse potencial de união entre realidade e ficção que tanto tem despertado o lado lúdico e fantasioso do Mundo Pokémon – servindo, inclusive, de suporte para as diversas práticas mercadológicas voltadas ao consumo e ao colecionismo associado à série.

No universo criado pelo jogo, os pokémons¹⁸ correspondem às centenas de criaturinhas, inspiradas em animais, plantas, mitos e até mesmo objetos, que

18 Oficialmente, a palavra “Pokémon” refere-se tanto ao título da franquia quanto aos diferentes monstrinhos que fazem parte deste universo. Porém, neste estudo, faremos a distinção por meios de iniciais minúsculas e da variação entre singular e plural para facilitar a leitura nos pontos em que tratarmos especificamente de tais personagens.

possuem poderes especiais relacionados aos elementos que fazem parte de sua natureza¹⁹.

No videogame, o jogador vive o papel do treinador desses monstrinhos, batalhando contra adversários e pokémons selvagens para elevar progressivamente o nível de experiência e de habilidades do seu próprio time de pokémons. O jogo se desenvolve nos moldes de um *Role Playing Game* (RPG)²⁰ e oferece ao treinador múltiplas formas de explorar os diferentes cenários que compõem o enredo, como cidades, florestas e cavernas.

Em apenas um ano, os primeiros jogos de Pokémon demonstraram o potencial que a marca tinha para se tornar uma franquia de sucesso. Diante de tal oportunidade, a Nintendo deu início à expansão da narrativa do jogo para outras plataformas de entretenimento, como mangás²¹, animes²², cards²³ e demais modalidades de jogos eletrônicos e de tabuleiro. De acordo com Mizuko Ito (2006), esta dispersão midiática inicial da franquia configura-se como uma estratégia bastante utilizada no mercado de videogames do Japão, conhecida como *cultura mídia mix*.

Segundo Henry Jenkins (2006), teórico que popularizou o debate em torno das convergências que caracterizam a cultura midiática contemporânea, a ação *mídia mix* consiste na dispersão dos conteúdos em variados meios de radiodifusão, tecnologias móveis, itens colecionáveis e em centros de entretenimento,

19 Os pokémons são classificados de acordo com os elementos: Água, Grama, Fogo, Elétrico, Pedra, Terra, Inseto, Veneno, Psíquico, Fantasma, Metal, Gelo, Dragão, Voador, Lutador, Noturno, Fada e Normal.

20 Trata-se de um jogo caracterizado pela interpretação de papéis em um cenário fictício. Ao contrário dos jogos de plataforma, em que existe uma meta bem definida, o RPG apresenta objetivos paralelos e independentes entre si. A elevação dos níveis dos personagens e a variedade de atributos ligados a ele (como pontos de vida, de defesa e de ataque) também são elementos marcantes dessa modalidade de jogo.

21 Gênero de história em quadrinhos de origem japonesa.

22 Termo utilizado pelos japoneses para se referir às animações, independente do seu país de origem.

23 O Trading Card Game (Estampas Ilustradas, no Brasil) é uma modalidade de jogo de cartas que permite a batalha de jogadores aos moldes do videogame, utilizando estratégias e as habilidades para vencer os pokémons dos cards do oponente.

incentivando as múltiplas formas de participação e de interações sociais entre os consumidores.

Dessa forma, o público passou a contemplar o Universo Pokémon sob os mais variados aspectos e formatos. A audiência de Pokémon deixou de estar restrita apenas aos jogadores de videogame, que viviam no Japão, e se tornou global, envolvendo, inclusive, as pessoas que buscavam por entretenimento em outras vias, como a televisão, os quadrinhos, os jogos analógicos, os brinquedos etc.

Ainda na década de 1990, Pokémon se tornou um fenômeno cultural conhecido no mundo todo. A chamada “Febre Pokémon” foi um marco na história da cultura pop, na qual era possível encontrar Pikachu, personagem símbolo da franquia, estampado em uma variedade de rótulos e de produtos (Figura 3).

Figura 3 - Pikachu, mascote da franquia.



Fonte: Acervo dos autores.

O anime de Pokémon e a performatividade da Equipe Rocket

A exibição da série animada de Pokémon começou a ser transmitida no Japão em abril de 1997 pela TV Tokyo no Japão. O sucesso subsequente logo levou às negociações para a exibição do anime nos Estados Unidos (DALIOT-BUL, 2013). Da mesma forma que foram feitas traduções e adaptações dos jogos de videogame para

o público norte-americano, o anime também passou por alterações em benefício do novo meio cultural em que a animação de Pokémon era inserida.

Os ajustes necessários para a versão americana foram realizados pela empresa 4Kids Entertainment, conhecida por veicular muitas produções japonesas famosas para os públicos ocidentais, como Sailor Moon, One Piece, Yu-Gi-Oh e Naruto, comercializando versões traduzidas e editadas conforme parâmetros considerados mais aceitáveis para mercados ocidentais, em um processo que Matthew Watson (2020) chama de *domestication and foreignisation* (domesticação e estrangeirização).

As principais alterações notáveis do anime dizem respeito à troca dos nomes de alguns personagens. O protagonista da série, Satoshi, que compartilha seu nome com o designer e fundador da franquia, Satoshi Tajiri, que passou a ser chamado Ash na versão estadunidense; já a dupla de vilões Kojiro e Musashi, originalmente batizada em homenagem aos famosos samurais Miyamoto Musashi (1584-1645) e Sasaki Kojiro (1575-1612), se tornaram Jessie e James, em referência ao fora-da-lei norte-americano Jesse James (1847-1882) (BALKOVEC, 2023).

Para a realização dessas adaptações, durante este processo de exportação do desenho para o ocidente, alguns episódios tiveram a sua veiculação comprometida por apresentarem conteúdos considerados impróprios para as crianças. Um dos episódios banidos é o de número 18, *Férias em Acapulco!*, acusado de fazer exposição indevida de sexualidade por um dos personagens.

No anime, o grupo de vilões da Primeira Geração²⁴ do game, conhecido como Equipe Rocket, é representado pelo trio Jessie, James e o pokémon Meowth. Com o objetivo de roubar pokémons e criar confusão, a Equipe Rocket geralmente aparece disfarçada para surpreender os protagonistas da história. Assim, no episódio citado, o personagem James se produz como uma mulher para participar de um concurso de biquíni, ressaltando grandes seios que, inclusive, são inflados em dado momento da narrativa (Figura 4).

24 As Gerações Pokémon correspondem ao conjunto de enredos, territórios e pokémons desenvolvido e apresentado ao público de acordo com o lançamento de cada versão do jogo.

Figura 4 - Cena do episódio 18 em que James (personagem à direita) aparece com características femininas.



Fonte: Férias em Acapulco! (temporada 1, episódio 1) da série animada Pokémon.

Após mais de 20 anos, o episódio de número 18 permanece tendo como única transmissão na televisão aquela ocorrida em junho do ano 2000. Na internet, possível encontrá-lo na íntegra, pois é frequentemente relembrado e comentado pelos fãs da série em *blogs*, *sites* e *redes sociais*. Já na mídia mais tradicional, que ainda preserva uma relação unidirecional entre transmissor e receptor, nota-se uma resistência maior no tratamento de temas que façam alusão à sexualidade e às representações de gênero, privando de circulação possíveis referências que não correspondam aos estigmatizados valores dualistas.

A cena em que o personagem James se disfarça de mulher nos remete diretamente à ideia de performance, uma vez que nessa situação específica há uma performance de gênero. Porém, antes de adentrar na temática mais particular, cabe a reflexão sobre o seu conceito mais geral. Dentro dos Estudos em Performance (*Performance Studies*), há a compreensão de que performances marcam identidades, dobram o tempo, remodelam e adornam o corpo e contam histórias, sendo as performances – de artes, rituais ou da vida cotidiana – comportamentos restaurados (SCHECHNER, 2002).

A partir desse primeiro entendimento, já é possível perceber o caráter polissêmico do próprio conceito de performance e como esta pode se relacionar

intrinsecamente com boa parte da experiência humana, seja ela “artística” ou não. Trazendo outra definição de Schechner (2015), a performance pode englobar:

- 1) Explorar, tocar e experimentar com novas relações; 2) Atravessar fronteiras, sendo estas não apenas geográficas, mas emocionais ideológicas, políticas e pessoais; 3) Se engajar em um estudo ativo vitalício, tomar cada livro como um script – algo a ser tocado, interpretado e reformado / refeito; 4) Se tornar outra pessoa e você mesmo simultaneamente. Empatizar, reagir, crescer e mudar (SCHECHNER 2015, p. 9).

Complementarmente, com o fim de melhor definir o território que habita a performance, o autor elenca também algumas funções desta, entre elas: “Entreter, construir algo belo, formar ou modificar uma identidade, construir ou educar uma comunidade, curar, ensinar, persuadir e/ ou convencer, lidar com o sagrado e/ ou profano” (SCHCHNER, 2002, p. 46). Esses entendimentos e compreensões mais amplos, que são frutos da fricção entre os estudos em artes cênicas e antropologia (cf. TURNER, 1988), abrem margem para que os próprios papéis de gênero possam ser percebidos e analisados enquanto performances.

Uma pesquisa realizada por Miguel Vale de Almeida (2000) sobre o jornal *A Região*, um dos principais jornais das cidades de Ilhéus e Itabuna, na Bahia, demonstrou a forma como a mídia é utilizada na construção e veiculação de visões hegemônicas, quando se trata da representação de tipos sociais. Ele pautou sua análise nas páginas policiais e nas páginas sociais desses jornais, espaço em que a representação dos sujeitos, enquanto indivíduos e tipos sociais, torna-se mais evidente.

Entre as páginas sociais, as fotos de casais são privilegiadas como performances de adequações felizes dos papéis de gênero, o marido e a sua esposa. Almeida (2000) notou que nas páginas policiais existe também uma forte dicotomia de gênero na categorização dos crimes envolvendo o homem e a mulher. Até mesmo a descrição do caso de uma travesti assassinada possui as

mesmas características associadas ao feminino: ilicitude movida por emoções amorosas e prostituição.

As representações midiáticas tendem a estruturar todo um sistema de expectativas sociais sob a perspectiva de certas hegemonias, cujo efeito é assegurado pela dispersão de imagens como evidência dos ideais que se busca representar (ALMEIDA, 2000). Dessa forma, o personagem masculino James, performando uma feminilidade que não corresponde aos padrões do gênero a que pertence, jamais poderia ser livremente exibido no meio televisivo.

Ainda hoje (e principalmente no momento histórico em que o episódio foi produzido), o ideal de identidade de gênero trazido por essa mídia parece seguir a tendência iluminista de que o comportamento humano é simples, perfeitamente organizado e imutável como são as leis da natureza. Geertz (1989) critica essa perspectiva justamente por desconsiderar a dependência e a influência que os contextos culturais exercem na definição de identidade e dos papéis sociais do sujeito.

As discussões sobre o caráter cultural na constituição das ideias sobre masculinidade e feminilidade foram levantadas inicialmente pelos movimentos feministas. A partir da elaboração do conceito de gênero, as pensadoras feministas passaram a combater o sistema de desigualdades criado pela naturalização das características inatas, derivadas de distinções naturais, atribuídas aos homens e às mulheres (PISCITELLI, 2009). A princípio, sexo passou a ser o termo usado para tratar das características biológicas dos homens e das mulheres, enquanto gênero fazia referência a todos os fatores culturais entre o masculino e o feminino.

Porém, nas últimas décadas, este sistema sexo/gênero também se mostrou insuficiente para abranger toda a gama de identidades referentes à sexualidade. Como aponta Donna Haraway (2004), recentemente passou a ser mais incitada entre os debates teóricos uma desqualificação das categorias analíticas, como o sexo e a natureza, que levam a uma univocidade interpretativa. Nas novas leituras de gênero, não basta considerar que a distinção entre masculino e feminino seja

suficiente para todos os sentidos ligados ao conceito de gênero. Como pode ser constatado, essas noções se embaralham ainda mais ao incluir outras referências de identidade, como os intersexos, as travestis e os /as transexuais, que não se deixam classificar linearmente como homens ou como mulheres (PISCITELLI, 2009).

Diante dos padrões tradicionalistas de características e comportamento entre o homem e a mulher, essas diferentes identidades desordenam toda a hegemonia de gênero propagada pela mídia. Quando a televisão demonstra resistência em englobar no conteúdo de sua programação uma performance de gênero que se afasta da dicotomia homem/masculino e mulher/feminino, ela nega a representação de vários componentes culturais da contemporaneidade, ou seja, está insistindo na doutrinação e manutenção de um cenário cultural muito raso para abranger de fato a realidade cultural em que estamos inseridos.

Gêneros e representações visuais em Pokémon

Diferentemente do que se constata na mídia televisiva, quando os jogos eletrônicos de Pokémon são analisados em relação ao tratamento e às classificações de gênero, as fronteiras entre os estereótipos e suas respectivas expectativas demonstram-se menos rígidas e permitem maior fluidez na maneira como tais representações ganham forma nos aspectos visuais dos personagens.

Atualmente, o Universo Pokémon possui 905 espécies de monstrinhos diferentes e uma das estratégias para fortalecer o time de pokémons dos jogadores é a produção de ovos por meio do cruzamento entre eles. Este é um recurso bastante utilizado por jogadores por permitir a seleção e transmissão de determinadas características e poderes especiais dos pais para os filhotes gerados a partir desses ovos.

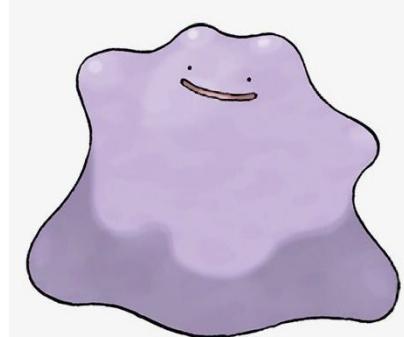
Para que isso aconteça, é necessário que o jogador encontre um local no jogo chamado *Pokémon Day Care*. Nesse lugar, pode deixar até dois de seus pokémons para serem criados aos cuidados de outras pessoas. Na maioria dos jogos, os personagens que cuidam da *Pokémon Day Care* são representados por um casal.

Os pokémons deixados neste espaço ganham pontos de experiência conforme o jogador se movimenta pelas diferentes regiões do jogo. Além disso, quando a dupla de pokémons hospedados na *Pokémon Day Care* é composta por um macho e uma fêmea, é possível que eles procriem e produzam ovos – ainda que sejam de espécies diferentes.

Para que ovos sejam gerados, é necessário que os dois pokémons em questão pertençam ao mesmo *Egg Group*, ou seja, um tipo de classificação que identifica as diferentes espécies de monstrinhos capazes de procriar entre si. Existem 15 *Egg Group*: Monster, Water 1, Bug, Flying, Ground, Fairy, Plant, Humanshape, Water 3, Mineral, Genderless, Water 2, *Ditto*, Dragon e No Egg (pokémons incapazes de produzir ovos).

Os ovos produzidos a partir desse processo sempre darão origem a um filhote da mesma espécie da fêmea do casal. No entanto, existe um pokémon capaz de assumir qualquer representação de gênero e desempenhar o seu papel sexual nestes cruzamentos independente do parceiro que o acompanha na *Pokémon Day Care*: o *Ditto* (Figura 5).

Figura 5 - Pokémon Ditto em sua forma original.



Fonte: <https://www.pokemon.com/br/pokedex/>

De acordo com a Pokédex²⁵, o *Ditto* é capaz de reconstruir a sua estrutura celular e se transformar em tudo o que vê, ele pode livremente se recombinar e assumir o aspecto de outras formas de vida. A grande maioria dos pokémons possui a especificação de seu sexo, macho ou fêmea, mas os dados técnicos do *Ditto* informam que ele não possui sexo como os demais.

O *Ditto* é o único pokémon sem definição sexual capaz de se reproduzir, é o único que pertence a todos os *Egg Group* e também é o único que pode se unir tanto aos machos quanto às fêmeas para produzir ovos. Sob a sua forma física aparentemente simples (uma massa rosada com pequenos braços vestigiais e expressão facial quase inexistente), *Ditto* potencializa todas as possibilidades de ser, ele é tudo o que o seu treinador pretende que ele seja.

Quando o jogador utiliza este pokémon no universo do game ou quando leva as suas opiniões, estratégias e experiências para as comunidades virtuais de fãs e jogadores de Pokémon na internet, ele está passando por cima de todos os paradigmas e expectativas sociais de gênero difundidas pela mídia tradicional. Ao entrar no mundo virtual criado pelo jogo e partir para a interação social estabelecida através da internet, o jogador deixa de lado qualquer tipo de rigidez e estereótipo de gênero e de sexualidade para usufruir de todas as possibilidades que tal narrativa tem para oferecer.

Esta forma de socialidade²⁶ do público de Pokémon em meio às novas tecnologias de comunicação demonstra a progressiva passagem do mass media, como a televisão e a imprensa, para as formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação. O poder midiático de imposição de valores e categorias perde sua eficácia, quando a circulação de informações deixa de

25 Pokédex é um dispositivo que o avatar do jogador utiliza para consultar e coletar informações específicas de cada pokémon encontrado durante a aventura.

26 De acordo com a visão de Michel Maffesoli (2011), o conceito de socialidade corresponde a um conjunto de práticas cotidianas que escapam ao controle social (hedonismo, tribalismo, presenteísmo) e que constituem o substrato de toda a vida em sociedade. A socialidade pós-moderna se caracteriza pela ênfase no presente, na fluidez e na efemeridade

seguir a hierarquia da árvore (um-todos) e passa a corresponder à multiplicidade do rizoma (todos-todos) (DELEUZE; GUATTARI, 1995).

André Lemos (2010) insere este processo de revolução digital no âmbito da cibercultura, caracterizada pela formação de uma sociedade estruturada a partir de uma conectividade telemática generalizada, que amplia o potencial comunicativo e proporciona a troca de informações sob as mais diversas formas, gerando um sistema de agregações sociais.

A cibercultura promove a desconstrução dos dualismos, a expansão de fronteiras e a anulação de dicotomias preestabelecidas. A figura do cyborg é a capital para cibercultura, pois simboliza todo o processo simbiótico da cultura contemporânea com o advento das tecnologias do virtual e desconstrói o modo hegemônico de se pensar a vida social (LEMOS, 2010).

Para Haraway (2004), o mundo do cyborg é aquele em que as realidades sociais e corporais são vividas por uma sociedade que não tem medo de se juntar à matéria inorgânica, de perder permanentemente as suas identidades, de experimentar a complexidade e a contradição. A identidade cyborg cria uma política que abrange o parcial, o contraditório e as construções abertas, pessoais e coletivas. Seu discurso se enquadra na perspectiva pós-moderna que desloca o dualismo hierárquico de identidades naturalizadas.

Além do *Ditto*, existem vários outros monstrinhos do Universo Pokémon que rompem com possíveis expectativas de representação de gênero, principalmente quando se trata da morfologia dos seus corpos e de outras características visuais categorizadas como femininas ou masculinas. Como exemplo, podemos citar Machoke, Gothitelle e Bellosson (Figura 6), pokémons cuja aparência denota os estereótipos de dimorfismo sexual construídos para polarizar as diferenças entre o homem/masculino e a mulher/feminino.

Figura 6 - Da esquerda para a direita: Machoke, Gothitelle e Bellosson

Fonte: montagem elaborada pelos autores a partir de <https://www.pokemon.com/br/pokedex/>.

O fato de *Machoke* possuir o corpo semelhante ao dos fisiculturistas e de *Gothitelle* lembrar uma jovem mulher usando um vestido não significa que esses pokémons correspondam, respectivamente, aos gêneros masculino e feminino. Ambos podem ser encontrados no jogo nos dois sexos, mesmo sem apresentar qualquer diferenciação física.

Esta “quebra” de expectativas é uma crítica à corrente teórica estruturalista de estudos dos gêneros, segundo a qual existe uma relação de alteridade entre eles: para que exista o masculino, deve existir o feminino como seu oposto. Como afirma Miriam Grossi (2004), essa corrente pensa o gênero como uma construção sobre o corpo biológico, que é sexuado. Assim, sob essa perspectiva, a aparência desses dois pokémons seria o suficiente para polarizar a sua categorização de gênero, rejeitando, por exemplo, a possibilidade de um corpo musculoso como o de *Machoke* ser portador de uma feminilidade.

Bellosson, assim como *Machoke* e *Gothitelle*, é um pokémon encontrado nas versões macho e fêmea nos jogos, mas os seus traços físicos também rompem com a perspectiva convencional de masculinidade. Nesse caso, os traços delicados do personagem, as flores na cabeça e a “saia” de folhas no estilo das dançarinas havaianas, não o restringem unicamente à categoria feminina.

O mesmo ocorre em relação ao pokémon *Primarina* (Figura 7). Neste contexto, o monstrinho é do tipo Água e Fada e possui um design que se assemelha a uma mistura de uma foca com uma sereia. É definido como um pokémon solista, *Primarina* utiliza o canto e a dança como uma das características de sua personalidade em batalha.

Figura 7 – Primarina



Fonte: <https://www.pokemon.com/br/pokedex/>

Importante ressaltar que *Primarina* é a evolução de um dos Pokémons Iniciais introduzidos na Sétima Geração da franquia, ou seja, está ligada a uma das três possibilidades de primeiro pokémon que o jogador irá obter ao iniciar sua aventura pelo jogo. Por ser um Pokémon Inicial²⁷, *Primarina* obedece a uma antiga proporção de gênero criada pelo jogo para esta categoria de monstrinhos: a probabilidade de surgir uma *Primarina* fêmea a cada sete *Primarina* macho.

A representação visual de *Primarina*, assim como a de *Bellossom* e de *Gothitelle*, cria um confronto direto com a narrativa convencional de

²⁷ Pokémon Inicial é uma categoria que abrange as três opções de monstrinhos que o jogador pode escolher logo que inicia o jogo. Predominantemente, esses três pokémons são dos tipos Planta, Fogo e Água.

masculinidade que afirma existir uma definição de conduta e de sentimentos apropriados para os homens, uma pressão (por parte das famílias, escolas, mídias etc.) para que os meninos ajam e sintam de forma distante de tudo que se refira ao mundo das meninas (CONNELL, 1995).

Porém, como pontua Marko Monteiro (2001), nenhuma ordenação de categorias se apresenta como imutável e alheia aos diversos cruzamentos de contextos nos quais cada indivíduo encontra-se inserido. Monteiro trabalha com a ideia do descentramento do sujeito e das múltiplas masculinidades, que traduz a perda de espaço das antigas identidades (que antes estabilizavam o mundo social) para uma nova categoria de identidade que fragmenta o indivíduo moderno - multiplicam-se os referenciais de significação e de representação cultural, e o sentido de identificação do indivíduo fragmentado passa a ser constantemente deslocado.

Considerações Finais

O estudo do Universo Pokémon, de como ele é vivenciado e assimilado por seus fãs e jogadores, demonstra as diferenças no modo como as representações sociais ganham visibilidade de acordo com a plataforma midiática em que é transmitido, principalmente no que tange à difusão de noções e expectativas de gênero e de sexualidade.

O cancelamento de transmissão do episódio 18 do anime, *Férias em Acapulco!*, coloca em evidência o quanto a mídia tradicional, como a televisão, é tendenciosa em relação ao conteúdo que se propõe veicular. Quando se trata de sistemas unidirecionais de informação, nota-se o caráter doutrinador e pragmático vinculado às visões hegemônicas do “dever ser”, e não da representação do que “é” ou do que “pode ser”. Em tal formato, existe a imposição de um padrão binário e este deve categorizar todos os tipos de identidades existentes.

Por outro lado, a forma como se articulam as representações no ciberespaço e na cultura do virtual permite uma autonomia de representações capaz de absorver as múltiplas performances do sujeito. Nesse ambiente, todo o desprendimento das classificações de gênero e sexualidade abordados por Pokémon é acolhido de forma direta pelos seus seguidores, livres dos filtros impostos por certos padrões normativos.

No lugar onde a produção e o consumo de informações se propagam como um rizoma (DELEUZE; GUATTARI, 1995), as fronteiras que tanto buscaram comprimir as ideias de sexo e de gênero acabam se dissolvendo. Nestas condições, marcadas pela ausência de uma corporação ou instituição que define o que é apropriado ou não para ser transmitido, os fãs escolhem e exercem autonomia sobre aquilo que irão consumir, repercutir, rejeitar ou criticar.

Ainda que ambos, desenho animado e jogos de videogame, possuam uma classificação indicativa voltada para todos os tipos de público, apenas no contexto digital é que Pokémon consegue tratar com maior naturalidade e diversidade as possibilidades de representações de gênero. Por ser o local em que o jogador ou o fã exerce com maior atividade o seu domínio sobre o conteúdo que lhe é oferecido, é no cenário do videogame que as informações e as visualidades desprendidas de qualquer expectativa de gêneros podem fluir livremente.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Miguel Vale de. Corpos marginais, notas etnográficas sobre páginas “de polícia” e páginas “de sociedade”. *Cadernos Pagu*, n. 14, p. 129-147, 2000.
- BALKOVEC, Joe. The Pokémon Anime's Character Names Are Hiding Several Real World References. *ScreenRant*, 03/11/2023.
- BUCKINGHAM, David; SEFTON-GREEN, Julian. Gotta Catch 'em all: Structure, Agency and Pedagogy in Children's Media Culture. *Media, Culture & Society*, v. 25, n. 3, 2003, p. 379-399.

CONNELL, Robert W. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 185-206, 1995.

DALIOT-BUL, Michal. Reframing and reconsidering the cultural innovations of the anime boom on US television. *International Journal of Cultural Studies*, v. 17, n. 1, p. 75-91, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. São Paulo: Editora 34, 1995. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

GROSSI, Miriam. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em primeira mão*, n. 75, p. 4-37, 2004.

HARAWAY, Donna. “Gênero” para um dicionário marxista: política sexual de uma palavra. In: *Cadernos Pagu*, n. 22, p. 201-246, 2004.

ITO, Mizuko. *Media Literacy and Social Action in a Post-Pokemon World*. Mimi Ito, 24/02/2009. Disponível em: <http://www.itofisher.com/mito/publications/media_literacy.html>. Acesso em: 10 jan. 2021.

ITO, Mizuko. Mobilizing the Imagination in Everyday Play: The Case of Japanese Media Mixes. In: SONVILLA-WEISS, Stefan. *Mashup Cultures*. Nova York: Springer, 2010, p. 79-97.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2006.

LEMOS, André. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. Porto Alegre: Sulina, 2010.

MAFFESOLI, Michel. Pós-modernidade. *Comunicação e Sociedade*, v. 18, p. 21-25, 2011.

MONTEIRO, Marko. Corpo e masculinidade na revista VIP Exame. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 235-266, 2001.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: BUARQUE DE ALMEIDA, H.; SZWAKO, J. (Org.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009, p. 116-148.

SCHECHNER, Richard. *Performance Studies: An Introduction*. Nova York: Routledge, 2002.

SCHERCHNER, Richard. *Performed Imaginaries*. New York: Routledge, 2015.

THE POKÉMON COMPANY. Pokédex. Disponível em: <<https://www.pokemon.com/br/pokedex/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

TOLEDO, Mario. A origem dos games: Pokémon. NParty, 14/04/2012. Disponível em: <<http://www.nparty.com.br/2012/04/n-gold-origem-dos-games-pokemon.html>> Acesso em: 11 dez. 2020.

TURNER, Victor W. *The Anthropology of Performance*. New York: PAJ Publications, 1988.

WATSON, Matthew. Translation Studies: Shifts in Domestication and Foreignisation in Translating Japanese Manga and Anime (Part Four). *Kagoshima Junshin College Repository*, v. 50, p. 87-97, 2020.

WIKIMIDIA COMMONS. Categoria: Game Boy. Disponível em: <<https://www.pokemon.com/br/pokedex/>>. Acesso em: 10 jan. 2021.

Referências audiovisuais

EU escolho você (temporada 1, episódio 1). *Pokémon*. Masamitsu Hidaka. Japão: OLM Team Ota, 1997. 1 DVD (22 min.), sonoro, colorido.

FÉRIAS em Acapulco!, (temporada 1, episódio 18). *Pokémon*. Masamitsu Hidaka. Japão: OLM Team Ota, 1997. 1 DVD (23 min.), sonoro, colorido.

ECOS DO CASMURRO EM BUDAPESTE, DE CHICO BUARQUE¹

CASMURRO'S ECHOES IN CHICO BUARQUE'S BUDAPEST

JEFFERSON AGOSTINI MELLO²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2015-8943>

LOHANNA MACHADO³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1254-311X>

Resumo

A obra de Machado de Assis aparece em diversos momentos da ficção de Chico Buarque, tornando-se referência, também, quando o tema é a própria literatura, como seria o caso de Budapest. Nesse romance, apresentam-se um narrador não-confiável e desconfiado, vaidoso e competitivo, mas ao mesmo tempo inseguro. A discussão dos seus percalços e sucessos na vida literária e sua busca por posição respeitável junto a seu público, em um relato de vingança, remetem à narrativa autobiográfica de Dom Casmurro.

Palavras-chave: Dom Casmurro; Budapest; Campo Literário.

Abstract

Machado de Assis's work appear in many moments of Chico Buarque's fiction, also becoming a reference when the subject is the literature itself, as would be the case in Budapest. In this novel, one can figure an unreliable and paranoid narrator, narcissist and competitive, but at the same time insecure. The discussion of its conquests and failures and his search for a respectable position among his public, in a story of revenge, seems to echo Dom Casmurro's autobiographical narrative.

Keywords: Dom Casmurro; Budapest; Literary Field.

¹ Este texto dialoga com outro da autoria de Jefferson Agostini Mello sobre a presença de Dom Casmurro no romance *Um crime delicado*, de Sérgio Sant'Anna. Ver <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=revistateresausp&pagnfis=2815>.

² Professor Associado da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, credenciado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (EACH) e ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira (FFLCH).

³ Doutora em Literatura Brasileira pela Universidade de São Paulo, com tese sobre a internacionalização da literatura brasileira. lohanna.machado@gmail.com.

Introdução

Leitor de Machado de Assis, Reinaldo Moraes elaborou uma resenha de *Leite derramado* (2008)⁴, de Chico Buarque – livro de clara influência machadiana, como já havia sugerido Roberto Schwarz⁵ – e afirmou que esse romance não se baseou apenas em *Dom Casmurro* (1899)⁶, mas no *Dom Casmurro* de Schwarz, resultando em uma articulação de crítica e criação literárias:

A capitulina Matilde [...] vê-se no centro de uma cena que parece ter sido soprada no ouvido do autor por Roberto Schwarz. [...] Matilde está com Eulálio e uns franceses num cabaré com música de orquestra, no entre-guerras, período em que o personagem ainda vive no bem-bom financeiro e amoroso. Um francês do grupo se põe a elogiar em sua própria língua a natureza do país à bela morena carioca, que talvez nem o compreendesse. Narra Eulálio: ‘Embora o olhasse muito aplicada, sentada na ponta da cadeira, percebi que ela dançava o fox-trote da cintura para baixo’.

Coincidência ou não, é quase a mesma coisa que Roberto Schwarz nota sobre José Dias, o agregado da família de Bentinho, em *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, ao sugerir que sua posição ambígua na família senhorial, ao mesmo tempo interna e subalterna, obrigava-o a funcionar em duas velocidades antitéticas, como um passista de escola de samba a executar movimentos ‘vagarosos e principescos da cintura para cima, enquanto os pés se dedicam a um puladinho acelerado e diversificado’ (‘A poesia envenenada do Dom Casmurro’, em *Duas meninas*, Companhia das Letras, 1997).

Acho divertida – e, claro, refinadíssima – a ideia de incorporar teoria no jogo literário, sem jamais botar nenhum personagem deitando tediosa falação teórica, como fariam escritores vulgares, que sempre os há – se os há! Aqui a teoria é encenada em pura literatura, e não exige que o leitor a identifique, muito pelo contrário. Só não recomendo aos colegas escritores que tentem fazer o mesmo em casa. (Se tentarem, rogo que não venham me mostrar.) Pode dar erradíssimo, com as pernas peludas da teoria aparecendo o tempo todo por baixo da saia da prosa ficcional (Moraes, 2009, p. 4).

Essa parceria de quem escreve ficção com quem a avalia, no caso, a crítica literária especializada, mormente universitária, parece ser uma tendência da ficção do início do século 21. Mas, além da citação via teoria, da qual trata

⁴ BUARQUE, Chico. *Leite Derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

⁵ SCHWARZ, Roberto. *Cetim laranja sobre fundo escuro*. In: *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

⁶ ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.

Moraes, a obra de Machado de Assis aparece também em outros momentos na de Chico Buarque, tornando-se uma inspiração/referência intermitente, mesmo quando o tema é a própria literatura, como no caso de *Budapeste*⁷.

Nesse romance de 2003, apresentam-se: um narrador não-confiável e desconfiado, vaidoso e competitivo, mas ao mesmo tempo inseguro; a discussão dos seus percalços e sucessos na cena literária; e a sua busca por uma posição respeitável junto ao seu – de preferência, reduzido e seletivo – público. Postura e atitude que, agrupadas em um relato de vingança e reparação, porém, visando a outros fins e em um outro contexto, também lembram bastante o *Dom Casmurro*. Na sua resenha sobre *Budapeste*, José Miguel Wisnik escreveu:

A imensa anedota, que *Budapeste* tem o mérito de não deixar de ser, passa a ser também uma reflexão aguda e sibilina sobre o papel da literatura e o papel do literato, sobre o descompasso gritante entre o fetiche do nome autoral e o enigma da língua anônima, sobre o comércio obscuro e o mercado negro entre o eu e o reino surdo e sonoro das palavras (Wisnik, 2004).

De sua parte, Maria Augusta Fonseca, após análise minuciosa das redes lexicais e semânticas de *Budapeste*, argumentou que

Budapeste, assim, move seu relato com muitos questionamentos. O autor que opera a ‘fábrica de textos’ é também o braço automático que move o moinho do mercado (senhor oculto). E, dessa perspectiva, José Costa é escravizado por ele mesmo, e pelo sócio – negociador a quem se sujeita. Mas, cada qual ao seu modo, ambos praticam o logro do leitor, incensados por vaidades e alimentados pelo lucro que lhes garante o enriquecimento e a expansão da empresa. Consideradas as duas faces, a que contém as leis do mercado e a que comporta a dinâmica da arte, *Budapeste* afirma e nega a arte da palavra (Fonseca, 2007)⁸.

Ressaltam-se, pois, nas duas análises, tanto o traço metaficcional da obra quanto a discussão, nela, do estado da literatura nos dias que correm, em crise entre a arte pura e a indústria cultural. Porém, caso se tome *Dom Casmurro* como

⁷ BUARQUE, Chico. *Budapeste*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

⁸ FONSECA, Maria Augusta. *Budapeste de Chico Buarque: poétique et misère de la littérature*. In: OLIVIERI-GODET, Rita; HOSSNE, Andrea (Org.). *La littérature brésilienne contemporaine*. 1^{ère} ed. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, v. 1, p. 43-60.

inspiração – o que não quer dizer tomá-lo integralmente, nem como única fonte – para ler, também, *Budapeste*, é provável que além da crise de José Costa, de não se saber situar entre um termo e outro, perceba-se também uma jogada do narrador-protagonista para ganhar dos pares no tabuleiro literário, que o romance refrata.

As palavras escorregadias desse narrador, que é também, cindido e duplicado, escritor, assim como a sua visão da “fábrica de textos”, podem significar, ao mesmo tempo, o contrário do que se supõe, pois embora haja de fato dialética em *Budapeste*, que afirma e nega a literatura, descrevendo do ponto de vista dele as agruras do escritor escravizado pelo capitalismo global, como sugerem Wisnik e Fonseca, os sentidos do texto se ampliam se José Costa for lido, via *Dom Casmurro* de Machado de Assis, não como vítima do sistema, mas como um jogador atento no campo literário. Bento Santiago não era alheio à literatura, embora o motivo de ter recebido o apelido que daria título ao livro foi ter dormido enquanto um jovem lhe recitava versos no balanço do bonde. Dando a obra a publicar com o título do apelido, que se espalhou, imagina que poderão atribuir ao rapazola poeta a autoria e assevera que “Há livros que apenas terão isso dos seus autores; alguns nem tanto”, provocação que faz lembrar a profissão de ghostwriter de Costa. É uma falácia, está claro, pois ao mesmo tempo que simula um desinteresse pela autoria, ao prever a confusão que possa ser gerada, ele a defende para si.

As senhoras sensíveis, a quem os narradores de Machado de Assis por vezes se dirigem, chamarão de falsidade quando Santiago explica que, se optou pela escrita dessas memórias antes de obra mais grave, foi apenas para “assentar a mão para alguma obra de maior tomo” (Assis, 2011, p. 96). Não sentia ter ainda fôlego para escrever estudos, história, política... Mero disfarce para encobrir desejos mais íntimos? É possível. A vaidade de ter um livro de sua autoria, no

entanto, não é a primeira vez que lhe surgia.⁹ A verdade é que os capítulos finais, apesar do colorido de sua paixão adolescente por Capitu, não mostram piedade ou arrependimento para com ela, morta exilada. A Capitu acreditada por adúltera é descrita com a mesma frieza com que a deve ter despachado, junto com o filho, para a Europa, e o que fica, a título de parágrafo final, “a suma das sumas, ou o resto dos restos [...] [é] que minha primeira amiga e meu maior amigo, tão extremosos ambos e tão queridos também, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me... A terra lhes seja leve! Vamos à *História dos Subúrbios*.“ (Assis, 2011, p. 368). Misericordioso, ao menos (embora que os expondo à opinião pública para que os execrem junto com ele), deseja-lhes paz no além-vida e, agora com a mão assentada, pode, enfim, principiar obra mais digna de sua opinião sobre si mesmo. Decidiu-se, será de *História*. Se veio a fazê-lo, não seria importante, o que fica é a expressão do desejo por essa nova glória, um livro “sério” estampado com o nome do bem-sucedido advogado.

Chico Buarque, em plena sintonia com o trabalho de autores que, no mesmo período, põem o escritor de ficção no centro das suas narrativas – tais como Sérgio Sant'Anna, João Gilberto Noll, Milton Hatoum e Paulo Scott, para citar alguns – articula, no mesmo José Costa, a paranoia, o ciúme e, pode-se acrescentar, uma boa dose de cinismo, por meio do qual esse narrador decadente, mas cheio de si, busca ter a última palavra no espaço das altas literaturas¹⁰ e se sair por cima, tanto com o leitor quanto com os seus adversários mais diretos, por meio de um relato de

⁹ Mais jovem, a parábola da lança de Aquiles curando a ferida que causou deu-lhe “tais ou quais veleidades de escrever uma dissertação a este propósito. Cheguei a pegar em livros velhos, livros mortos [...] Catei os próprios vermes dos livros, para que me dissessem o que havia nos textos roídos por eles” (Assis, 2011, p. 126), em vão. Uma última menção às suas tentativas malogradas de se tornar escritor foi um soneto que, no seminário, não conseguiu que passasse de dois versos, fracasso do qual nunca se consolou.

¹⁰ A referência, no caso, é PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Trata-se de livro de crítica sobre o modo como os autores clássicos fazem parte da formação de um grupo de escritores brasileiros e estrangeiros que, ao longo do século 20, participam do polo erudito do campo literário. É possível dizer que Chico Buarque entra no rol desses autores, no entanto, o narrador protagonista de *Budapeste* não parece estar numa posição tão elevada quanto quer fazer crer.

reparação. Mais do que uma figuração do escritor contemporâneo, vivendo entre a arte e o mercado, a hipótese a ser testada neste artigo é a de que o romance de Chico Buarque constrói uma personagem que crê nos poderes da literatura e na imagem de si para a posteridade, à maneira do Casmurro.¹¹

Rubião - Benjamin Zambraia - Eulálio

Além da óbvia referência a *Dom Casmurro* no seu *Leite Derramado*, explorada por Schwarz e Moraes¹², ecos de Machado de Assis já são perceptíveis em um romance anterior e bem menos badalado de Buarque, *Benjamin* (1995)¹³, um herdeiro de *Quincas Borba*¹⁴.

Benjamin, como *Quincas Borba*, é narrado em terceira pessoa, mas com o foco narrativo mais aproximado. Se neste há um narrador onisciente intruso, que em muitos momentos parece estar tanto ao lado das cenas que narra quanto dentro da cabeça do protagonista, naquele há um narrador que, de tão próximo, dá-nos acesso ao fluxo de consciência das personagens. As duas técnicas permitem ao leitor observar o que há de mais patético nos protagonistas.

Tanto Rubião quanto Benjamin Zambraia são sujeitos de meia-idade, apaixonados por mulheres mais jovens e sedutoras, Sofia e Ariela. De existência mediocre – um professor de província quase ignorante e um ex-modelo fotográfico – e já vazios de sonhos e ideais – apesar de um remorso que carrega Benjamin, e de que vê a chance de se livrar, e do dinheiro que herda Rubião, que o permite

¹¹ Espíritos mais românticos dirão que as memórias de Bentinho, o desejo de pô-las no papel e repisá-las, revelam arrependimento e sofrimento, porém Bento Santiago não é Paulo Honório. Este caiu em desgraça após seus ciúmes terem levado Madalena ao suicídio, já Bento sobrevive melhor a Capitu. Tem amigos, recebe convites, frequentou outras mulheres, “come bem e não dorme mal” (Assis, 2011, p. 95). José Costa, ainda que também tenha experimentado ciúmes virulentos por Kriska e Vânia, tem talvez no ciúme de sua escrita o que mais lhe move.

¹² Recentemente, Simone Rufinoni (2022) retomou o diálogo de *Leite derramado* com a obra de Machado, no caso, *Dom Casmurro* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*, acrescentando outros textos literários na série e explorando temas e questões na trilha aberta por Schwarz. Ver RUFINONI, Simone Rossinetti. A ponta do chicote. ALEA, Rio de Janeiro, vol. 24/1, p. 137-153, jan.-abr. 2022.

¹³ BUARQUE, Chico. *Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

¹⁴ ASSIS, Machado de. *Quincas Borba*. In: *Machado de Assis: Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1971, vol. I.

circular nas altas rodas fluminenses – são essas mulheres que darão algum sentido a seus dias, ao mesmo tempo em que os encaminharão à rota da loucura e da morte.

Mais ainda, são elas que introduzem neles o germe do ciúme e da paranoia. Entre outras coisas, Rubião pensará ora que Sofia o ama, ora que o rejeita, ora, ainda, que ela e Carlos Maria mantêm uma relação amorosa. Benjamin, por sua vez, pensará que a suburbana Ariela é filha de Castana Beatriz, que o trocara por outro na juventude; assim, aproximar-se de Ariela é uma forma de reparar um erro seu do passado que encaminhou o assassinato de Castana. No caminho de Rubião e Benjamin, estão pretendentes bem mais jovens que eles, Carlos Maria e Aliandro Esgarate, que acabam bloqueando seus projetos amorosos. Quanto aos maridos, igualmente os de Sofia e Ariela são personagens secundários, muito embora Cristiano Palha seja responsável pela bancarrota de Rubião e, Jeovan, pelo fuzilamento de Benjamin.

Finalmente, complementando o paralelo, nos dois romances, o ciúme pelo amor não correspondido, gerador de ressentimento, é o mote para a vingança. Rubião ameaça tornar público o amor de Sofia pelo concorrente e isso a põe desesperada – muito embora que, na cena em que isso ocorre de fato, ele já esteja delirando. Benjamin espera ter Castana Beatriz de volta, revelando aos militares, sem querer, o paradeiro dela e do seu parceiro, apesar de ter sido avisado pelo pai de Castana que os militares tentariam chegar nela por meiodele, de modo que seu descuido, ao segui-la, revela igualmente um desejo secreto de vingança: em momento anterior da narrativa, Benjamin incitara o pai de Castana contra o novo amor dela na esperança de que, deserdada, voltasse para ele.

Se a relação entre esses dois romances é perceptível já em uma primeira visada, sobretudo no plano das personagens, em *Dom Casmurro* e *Budapest*, a passagem de um texto a outro é mais sutil e complexa. Como assinala Helen Caldwell (2008), o texto de Machado funciona como objeto de uma reparação e parece ser todo ele uma peça de prova de inocência e escrita para ser

publicada.¹⁵ Tal sentido não se encontra em *Leite derramado*, normalmente associado a *Dom Casmurro*, já que, primeiramente, Eulálio, o narrador centenário, não escreve, mas dita as suas memórias, embora refém das flutuações da senilidade contra seus planos autobiográficos; além disso, a distância temporal entre a narração e o narrado faz toda a diferença entre os dois romances, apesar das semelhanças já constatadas. Pergunta-se o leitor, ainda no caso de *Leite derramado*: por que, àquela altura do campeonato e reduzido à insignificância em que está, alguém precisaria dar satisfações públicas e elaborar um texto de reparação?

No que diz respeito às personagens, se Matilde equivale a Capitu e Eulálio a Bento Santiago, o suposto amante francês de Matilde não equivale a Escobar, pois, diferentemente deste, não é o melhor amigo de Eulálio, enquanto Escobar, suposto amante de Capitu, o era de Bentinho. Tal como o Álvaro, de Budapeste, que fez da qualidade da escrita de José Costa algo rentável, também “Escobar contribuíra muito para as minhas estreias no foro. Interveio com um advogado célebre para que me admitisse à sua banca e arranjou-me algumas procurações, tudo espontaneamente” (Assis, 2011, p. 295). Aqui os dois se diferem, afinal Álvaro se beneficiava do talento do amigo tal como um agente; mas a diferença cumpre bem a função de destacar o que os narradores mais desejam fazer pular das páginas do livro para o leitor: que Costa é um escritor depurado da mesquinharia do dinheiro e da fama; que a traição de Escobar, fazendo-se tão bom amigo, é ainda mais torpe.

¹⁵ Para Caldwell, “a ‘narrativa’ de Santiago não passa de uma longa defesa em causa própria. Por meio de sofrimentos infundáveis, ele estabelece seu próprio bom caráter, a dedicação de seu amor, sua gentileza, ingenuidade e probidade. Ele admite certas falhas perdoáveis, como ciúme, vaidade, inveja, suscetibilidade a encantos femininos e gula. E, sagaz advogado que é, deixa indeterminado o caráter de cada personagem do caso que possa testemunhar contra ele, suprime evidências, impõe adiamentos até que as testemunhas morram”. CALDWELL, Hellen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008, p. 99.

O amor à arte

Em *Budapeste*, publicado cinco anos antes de *Leite derramado*, encontra-se a figura do falso amigo do protagonista desdobrado em duas ou três personagens. Se na obra de Machado, como indica Caldwell, há os modos de ser de três personagens presentes em uma¹⁶, em Chico Buarque, há uma personagem que, além de acolher, em sua personalidade, as outras, pode se tornar essas outras graças aos jogos especulares ao longo da narrativa. Ali, também, os objetos de desejo se desdobram, porque a musa, por quem se compete, pode ser uma mulher, mas pode ser a própria literatura, representada pela língua. Assim, além do aprendizado da língua húngara, obsessão aparentemente insólita do narrador, ou da presença da cidade de Budapeste, contrastada com o Rio de Janeiro, a história narrada pelo volúvel e deambulante José Costa gira em torno de sua obsessão pela literatura, embora, em uma primeira análise, ele nos figure como um *ghostwriter*, produtor de falsidades e textos fajutos, como sugerem as análises de Wisnik e Fonseca.

Álvaro e José Costa são sócios em uma produtora de textos, uma Agência Cultural, eufemismo para uma empresa que escreve por dinheiro desde discursos políticos até romances, oferecendo em troca confidencialidade. Eles foram colegas na faculdade e, como Escobar e Bentinho, um é mais afeito aos negócios e o outro às letras, estilos de vida em disputa. No entanto, eles não disputam uma mulher. Na verdade, são Álvaro e Vanda, mulher de Costa, que disputam a literatura, ou melhor, o talento literário de Costa. Vanda não gosta de Álvaro, deduz-se, porque este tira a possibilidade de seu marido se transformar em um escritor famoso, ideia que repugna o próprio José Costa, que prefere ficar à sombra, dando a entender que ali, paradoxalmente, escrevendo para os outros, e vivendo do reconhecimento deles, estaria se gestando a sua verdadeira literatura. Por preferir o quartinho dos fundos da agência e o burilar do texto ao sucesso

¹⁶ "Na peça de Shakespeare, o amor de Otelo é atacado de fora pela inveja, o ódio e o dolo de Iago. Em Dom Casmurro, a disputa tem lugar dentro do mesmo homem" (Caldwell, 2008, p. 41).

comercial, o casamento desanda. Isso se dá, segundo Costa, pelo fato de Vanda desejar dele não o seu dinheiro, mas o seu prestígio intelectual, que ela, por ser jornalista, não pode possuir. Mais pobre intelectualmente, como Capitu o seria do ponto de vista financeiro em relação a Bentinho, Vanda necessitaria da companhia de um literato para ganhar respeito no meio cultural¹⁷ - claro que isso tudo se deduz do que Costa relata, que pode estar fingindo, para ganhar notoriedade; por outro lado, ele valoriza e desvaloriza aquilo que agrada e desagrada o seu interlocutor, isto é, aquele supostamente versado nas altas literaturas, para quem parece dar satisfação.

Tanto Costa quanto Santiago têm uma relação conflituosa quanto a serem alvo de admiração por seus dotes intelectuais. Ambos de natureza discreta, ou antes vendo na discrição a qualidade do verdadeiro homem culto, do que não querem se afastar, nem um nem outro negam que os elogios os satisfazem na intimidade. José se delicia em segredo com o sucesso de seus escritos, Bento com os elogios rasgados de José Dias. Já Casmurro, longe do menino que avançava com facilidade sobre o latim de Padre Cabral, não resiste à comichão de ver seu nome estampado em livro.

Logo nas primeiras páginas de *Budapest*, é possível verificar o que o narrador pensa do seu ofício. Ressalta-se, nas passagens a seguir, a sua atenção ao texto e ao trabalho literário, independente da sua forma ou função:

Não pelo dinheiro [...] Para mim valiam como exercício de estilo aquelas monografias e dissertações, as provas de medicina, as petições de advogados, as cartas de amor, de adeus, de desespero, chantagens, ameaças de suicídio. (Buarque, 2003, p. 15).

Discursos de campanha remuneravam bem, mas me deixavam insatisfeitos, infeliz mesmo. Muitas vezes o orador atropelava as passagens que eu mais prezava, não hesitando em saltar parágrafos inteiros, caso a agenda estivesse cheia ou o sol forte (Buarque, 2003, p. 16).

¹⁷ Isso se lê nas entrelinhas quando Vanda vai com Costa à recepção, no consulado da Hungria, do literato Kocsis Ferenc, na forma como se emociona no recital; ou quando Costa supõe que, ao se separar dele definitivamente, Vanda já estaria casada, em São Paulo, com outro escritor. Óbvio que estamos no plano das conjecturas, dos delírios e do ponto de vista de Costa.

[...] estar em evidência era alguma coisa como quebrar um voto (Buarque, 2003, p. 17).

Depois de casado, eu chegava em casa alterado tarde da noite e a Vanda não se conformava, esquentava minha sopa almadiçoando o Álvaro. Eu deixava por isso mesmo, não tinha como lhe explicar que, encerrado o expediente, me demorava sozinho na agência por conta própria, em leitura obsessiva. Naquelas horas, ver minhas obras assinadas por estranhos me dava um prazer nervoso, um tipo de ciúme ao contrário. Porque para mim, não era o sujeito quem se apossava da minha escrita, era como se eu escrevesse no caderno dele. [...] e se me envaideciam os fraseados, bem maior era a vaidade de ser um criador discreto (Buarque, 2003, p. 17-18).

Sobre o primeiro congresso de escritores anônimos de que participa, relata Costa, referindo-se à literatura que não deve servir para nada:

Os poucos que se dispunham a tomar a palavra falavam baixinho, longe do microfone, lembrando as agruras de um ofício de que tantos desertam, em busca de fortuna e popularidade (Buarque, 2003, p. 21-22).

A passagem da escrita de artigos de jornal para as autobiografias vem acompanhada de uma mudança no espaço de trabalho, o quartinho dos fundos. No que era antes seu lugar, foram se chegando, por pedido e treinamento do empreendedor Álvaro, seus imitadores, *ghostwriters* do *ghostwriter* de sucesso José Costa, que se tornara (pela vaidade?) demasiadamente instável enquanto sócio e mão de obra.

Quando me vi cercado de sete redatores, todos de camisas listradas como as minhas, com óculos de leitura iguais aos meus, todos com meu penteado, meus cigarros e minha tosse, me mudei para um quartinho que estava servindo de depósito, atrás da sala de recepção. Ali recuperei o gosto pela escrita, pois os artigos para a imprensa me deprimiam, eu já tinha a impressão de estar imitando meus êmulos. Passei a criar autobiografias, no que o Álvaro me apoiou, afirmando tratar-se de mercadoria com farta demanda reprimida (Buarque, 2003, p. 25).

Aqui, no caso, o olhar financeiro é de Álvaro, não de José Costa. De todo o modo, assim como em *Dom Casmurro*, está em jogo, ao lado da paixão pelos objetos de desejo, a rivalidade entre as personagens. E, no caso específico de Budapest, das que trabalham com arte, fazendo-nos lembrar que as relações e

as disputas na vida e no campo literário são sempre disputas entre estilos literários e de vida, que são homólogos, para dizer com Pierre Bourdieu:

O horror [do artista desinteressado] alimenta-se, no próprio seio do microcosmo artístico, horizonte primeiro de todos os conflitos estéticos e políticos, da execração do ‘artista burguês’ que, por seus sucessos e sua notoriedade, compensação, quase sempre, de seu servilismo em relação ao público e aos poderes, lembra a possibilidade, sempre oferecida ao artista, de fazer comércio da arte ou de fazer-se o organizador dos prazeres dos poderosos, à maneira de Octave Feuillet e de seus amigos [...]. (Bourdieu, 1996, p. 99).¹⁸

Com o casamento desgastado, José Costa migra para Budapeste, tocado pelo desejo de aprender uma língua difícil, que ele teria ouvido pela primeira vez quando, por acaso, voltando de um congresso de *ghostwriters*, teve que, por um problema no voo, pernoitar na cidade. A segunda parte do romance é sobre a estadia do protagonista em Budapeste e sobre o seu aprendizado da língua magiar com Kriska, sua professora, por quem também se apaixona e com quem tem um relacionamento amoroso. É por meio dela que ele aprende, não tão bem ainda, o húngaro.

De certo modo desiludido com o seu aprendizado e com o pouco reconhecimento de Kriska pelo seu esforço e pelos seus avanços (ela faz chacota de suas locuções), de orgulho ferido, como um escritor ficaria frente a uma crítica negativa, uma noite inventa de ligar para a mulher no Brasil e redescobre o português, o que faz com que, de uma hora para outra, abandone o investimento no húngaro, esquecendo-o, aliás, na agência de viagens em que compra a passagem da volta para o Rio de Janeiro, ao tentar se comunicar com a agente, prova da volubilidade do narrador, capaz, segundo ele, de aprender línguas e esquecê-las com a mesma facilidade. Isso nos remete a outro personagem célebre de Machado de Assis, Brás Cubas, e a um dos aspectos do seu modo de ser estudado por Roberto Schwarz. Da mesma forma que Brás Cubas lido por Roberto Schwarz, José Costa, em seu relato, faz recortes temporais abruptos e

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 99.

aparentemente delirantes. Vale citar o trecho de *Um mestre na periferia do capitalismo*, de Schwarz, em que o crítico vincula a volubilidade ao capricho, enquanto atitude de classe:

As faltas cometidas contra o tempo vêm acompanhadas de explicações e conotações as mais diversas. Podem manifestar a desenvoltura do defunto encastelado na eternidade, ou melhor, o ceticismo oitocentista mundo de erudição histórica e descrente do Progresso. Mas o desacato à verossimilhança e à convenção narrativa pode representar também, no terreno das relações com o leitor, um desdobramento da prepotência de classe do narrador-personagem: a Lei existe, para ser invocada e desrespeitada pelos seus beneficiários. Graças à força mediativa e romântica da memória, a livre circulação entre presente e passado pode ainda expressar uma vitória da consciência sobre a irreversibilidade do que já foi. Ou, enfim, a ruptura com o senso comum se pode entender como a derrubada do sistema de ilusões em que se escorava o Realismo, devolvendo à ficção a sua radicalidade lúdica e crítica, e assim por diante. Levada em conta a trama ficcional, contudo, o elemento comum está na ação dissolvente do capricho, que ataca os mínimos de unidade ou consequência sem os quais tudo parece posto em questão (Schwarz, 2000).

Nesse sentido, o escritor fantasma (*ghostwriter*) surge como um herdeiro do defunto Brás Cubas (fantasma autor?), com a diferença de que sua arrogância e desfaçatez de classe operam no campo artístico, que é o espaço onde ele busca brilhar para o seu público, em suas várias facetas, como se pode ler já na cena da festa de ano novo, de que se trata a seguir.

Se Kriska é o duplo de Vanda – ao longo da narrativa, uma substitui a outra como objeto de amor, ciúme e vingança do narrador – Kaspar Krabbe é o duplo de José Costa, um empresário alemão, imigrado no Rio, apaixonado pelas mulheres brasileiras, para quem Costa escreve o livro *O Ginógrafo*. Ou seja, Krabbe, no Rio, apaixonado pela morena Teresa, é Costa, em Budapeste, apaixonado pela branquíssima Kriska. E, assim como Krabbe, Costa também acabará se tornando um pseudo-escritor, a despeito dele mesmo, como se verá.

Logo que Costa volta para o Rio de Janeiro e para o apartamento em que morava com Vanda, esta acaba de conseguir uma promoção e está trabalhando na sucursal da TV, em São Paulo. Sozinho e um pouco perdido no apartamento, ele se depara, por acaso, em uma cesta próxima ao sofá, com o livro que escrevera

para Krabbe, mas com uma dedicatória um tanto íntima para a sua mulher: “para Vanda, lembrança do nosso tête-à-tête, encantado, K. K.”. Nesse momento, é tomado por um acesso de ciúmes, menos pela figura do alemão do que pelo fato de ela, que mal lê livros, segundo ele, admirar o Krabbe autor. Vanda, no caso, não sabia que o verdadeiro autor do livro que lera e de que gostara era ele, Costa, de modo que, no limite, interessava-lhe deveras a opinião e o reconhecimento da jornalista que ele aparentemente desprezava; opinião não a respeito dele, mas da sua literatura, assim como, na parte anterior, interessava-lhe a opinião (positiva) de Kriska a respeito do seu aprendizado da língua magiar. A última cena, antes de seguir para sua segunda temporada em Budapeste, consiste, portanto, em dizer a Vanda, na festa na noite de ano novo, que ele é o autor do livro: “o autor do livro sou eu” (Buarque, 2003, p. 112). Portanto, uma vez que fora rejeitado por sua mulher, trocado por outro escritor, e mais do que isso, por um escritor famoso, vingara-se dela e da traição com essa frase “matadora”, abandonando-a em seguida, como Bento Santiago abandonara Capitu, só que, ao invés de enviá-la ao exterior, é ele quem vai embora, para tentar reaver Kriska e o reconhecimento literário, em outro idioma.

Porém, pela terceira vez na sequência do relato, algo semelhante ao que acabara de se passar no Rio acontecerá em Budapeste (no romance, não custa repisar o que a crítica já afirmou, uma parte reflete a outra, em uma espécie de jogo de espelhos). Ali também, depois de enfrentar dificuldades devido ao frio e à rejeição de Kriska, que por sua vez se vinga dele por tê-la antes abandonado, José Costa consegue, em um processo de autossuperação que lembra, por certa dramaticidade *fake*, roteiros de filmes de Hollywood, não apenas reaprender, e melhor, o húngaro, como também reconquistar a confiança de Kriska e retomar as suas funções de *ghostwriter*. Ele se tornará, então, o verdadeiro autor do *Tercetos Secretos*, o livro de poemas que Kocsis Ferenc lera no consulado da Hungria no Rio de Janeiro e que fizera Vanda se emocionar, ainda na primeira parte da narrativa, o que mostra a incoerência propositada no encadeamento temporal da narrativa,

à maneira de Brás Cubas, além do recurso ao jogo em torno dos duplos.¹⁹ Porém, diferentemente de Vanda, Kriska será uma juíza dura dos Tercetos Secretos, talvez por ser falante nativa da língua, enxergando no livro uma dicção exótica, como se a obra tivesse sido escrita por um estrangeiro. Revoltado por ter a sua obra criticada pela companheira (seu “público” mais importante), Costa briga outra vez com Kriska e se muda para um hotel.

Já na parte final do livro, por uma coincidência que beira o absurdo, o hotel em que se hospeda é o mesmo em que está sendo realizado um congresso de escritores anônimos, para o qual o protagonista já era esperado. Quem também está no congresso, apresentando as suas obras, é Sr...., velho conhecido de Costa do clube de Belas Artes de Budapeste. Sr.... é ovacionado e Costa morre de ciúmes, desprezando-o: “Aplaudi também, por polidez, pois a bem da verdade não me impressionava a prosa de Hidegkuti, ou do Sr....” (Buarque, 2003, p. 144). Ato contínuo, como se estivesse em uma batalha literária, toma o microfone e anuncia os Tercetos Secretos:

Preferi humilhá-lo com a poesia, arte que ele ignorava, e que o faria sofrer muito mais por não saber onde lhe doía. Eu declamava os versos lentamente, havia palavras que eu quase soletrava, pelo prazer de vê-lo se remexer na cadeira. Eu fazia longas pausas, silêncios que só um poeta se permite, e ele baixava o rosto, olhava para os lados, para seus montes de livros, chegou a juntar os livros no colo, fez menção de se retirar. Mas eu estava a cavaleiro, com meus tercetos na ponta da língua, eu estava declamando a Apoteose dos Poetas e sabia que ele quedaria sentado até o fim. Pouco me ocupei dos demais espectadores, uns a enxugar os olhos, uns a achar graça em tudo, outros voltados para os intérpretes, que pareciam se descabelar no fundo da sala; ante a inviável tarefa de traduzir um poema húngaro, imagino que cada qual falasse o que lhe vinha à cabeça. Era para o Sr.... que eu me exibia, e para ele fiz uma mesura ao encerrar o poema, debaixo de bravos e vaias. (Buarque, 2003, p. 145).

Após a batalha, um vingativo Sr.... resolve, assume-se, denunciar Costa à polícia de imigração, que o obriga a deixar imediatamente o território húngaro. Mais do que isso, após voltar ao Brasil e passar necessidades, Costa é solicitado de

¹⁹ De fato, quando entra nos salões do consulado, em que acontece a declamação de Ferenc, temos a impressão de que é ele o homenageado.

volta a Budapeste e aí a vingança de Sr.... se completa. Porque lá, sendo recepcionado por uma Kriska grávida já no aeroporto, ele será elogiado, filmado, fotografado, se tornará uma celebridade graças a Budapest, a sua autobiografia, a mesma que o leitor tem em mãos, e que é de autoria de Sr.... em seu nome, Szoze Kósta.

Sem que deseje, Costa/Kósta sai do anonimato para a fama, transformando-se em um pseudo-autor, o que significa, também, o seu fim como escritor de fato, como escritor anônimo da verdadeira literatura, a literatura discreta, construída no quartinho dos fundos. Será, também, impossível a ele convencer Kriska de que o autor do livro não é ele, já que ele mesmo viveu os fatos narrados. Mas, como estamos diante de um narrador à maneira de *Dom Casmurro*, vingativo, e que quer ter sempre a última palavra, a estocada final vem na forma da leitura do livro do outro/dele para Kriska. Como Pierre Menard, do conto de Borges, Costa reescreve Budapest com a sua dicção e para a sua leitora ideal, tornando-se, no espaço íntimo do quarto, no seu tête-à-tête com Kriska/Vanda, o autor por mérito. Em outras palavras, na sombra outra vez, no colo da mulher amada, ele transforma a obra do outro em sua; por meio da sua voz, Budapest se torna Budapeste, com o “e” suplementar²⁰, e Costa rouba a autoria do seu adversário, sem deixar brecha para revide:

E a sós com ela, na meia-luz do quarto esfumaçado, cheguei mesmo a me convencer de ser o verdadeiro autor do livro. Eu usufruía os fraseados, a melodia do meu húngaro, eu me deliciava com minha voz. Rápido, Kósta, mais rápido, falava Kriska, quando eu me detinha além da conta nos episódios do Rio de Janeiro. Mas quando era ela a figurar na história, me pedia que relesse a página, só mais uma vez, Kósta, de novo. E ria, ria como se eu escrevesse com pluma em sua pele, esse dancing giratório, realmente inacreditável. Já perto do final, eu sabia que ela se ajeitaria na cama, para recostar a cabeça em meu ombro. Deitou-se de lado na cama e recostou a cabeça em meu ombro, ciente de que, sem interromper a leitura, eu sentia prazer em ver suas ancas realçadas sob a camisola. Então moveu de

²⁰ Impossível não pensar no famoso “O entre-lugar do discurso latino-americano” e na ideia de suplemento derrideano que ampara a análise que Silviano Santiago faz do conto de Borges. Seria Chico Buarque leitor não só de Schwarz, mas, também, de Silviano Santiago? SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos*. Recife: Cepe, 2019.

leve uma perna sobre a outra, deixando nítido o desenho de suas coxas debaixo da seda. E no instante seguinte se encabulou, porque agora eu lia o livro ao mesmo tempo que o livro acontecia. Querida Kriska, perguntei, sabes que somente por ti noites a fio concebi o livro que ora se encerra? [...]. (Buarque, 2003, p. 173-174).

A ideia do autor falso em *Dom Casmurro*, além da discussão sobre o título do livro, volta a aparecer na historieta “A vida é uma ópera”, contada por um amigo maestro de Bentinho. O libreto é de Satanás, mas a execução, do Padre Eterno. Mås línguas levantaram que o drama imitava Shakespeare. A acusação, no mundo das letras, é grave, que o diga Kaspar Krabble, disposto a tudo para manter que o verdadeiro autor d’O Ginógrafo permanecesse anônimo.²¹ Refletindo sobre as teorias do amigo, e aceitando-as, Bento se sai com um dos trechos considerados chave para a compreensão do romance, “a versossimilhança [...] é muita vez toda a verdade” (Assis, 2011, p. 111). O adágio, sabe-se, lhe sai bastante conveniente, e Costa, afinal, também não se furtou a colher os louros de Budapest na cama de Kriska, convencido e convencendo.

Considerações finais

Em seu ensaio sobre Machado de Assis, Helen Caldwell percebeu que em Bento Santiago, o Otelo brasileiro, está presente não apenas Iago²², como também Cássio, o negociante florentino. Ou seja, se é ele mesmo que provoca o seu ciúme, e não necessariamente José Dias, por exemplo, na cena seminal em que Capitu vê o dândi e Escobar à janela, é ele, igualmente, propenso “a fazer barganhas com a verdade conforme a ocasião” (Caldwell, 2008, p. 39), não sendo avesso nem ao dinheiro nem ao reconhecimento. Nesse sentido, por extensão, e por

²¹ Os satanistas contestaram que o bardo sequer era nascido e contra-atacam, afirmando “que o poeta inglês não teve outro gênio senão transcrever a letra da ópera, com tal arte e fidelidade, que parece ele próprio o autor da composição; mas, evidentemente, é um plagiário” (Assis, 2011, p. 110). A brincadeira pode ser lida como um elogio a Shakespeare, como se apenas alguém além da dimensão humana pudesse ter composto a peça [As alegres matronas de Windsor] – a qual, aliás, tem no ciúme e na sedução de mulheres casadas um ponto central.

²² “O Iago putativo de Santiago, José Dias, abandona o papel muito antes dessa semelhança [Ezequiel-Escobar] vir à cena. É Santiago quem a descobre. É Santiago quem manipula o ‘lenço’” (Caldwell, 2008, p. 32).

aliteração, há em José Costa muito da vaidade de Kaspar Krabbe e Kocsis Ferenc, assim como há a aliança com Álvaro Cunha, de quem é sócio na empresa cultural Cunha & Costa. Embora não deseje, talvez por pudor e orgulho, José Costa não deixa de se aproveitar da fama junto a Kriska, reescrevendo a escrita de um outro, tal qual Kaspar Krabbe, seu duplo, que se aproveita da fama junto a Vanda. Também não renega a participação nos congressos de escritores anônimos, que funcionam como sociedades literárias secretas. O tema do duplo remete, ainda, a espaços geográficos plenos de duplicidades – Rio de Janeiro/Budapeste, Buda e Peste; e, da mesma forma, ao espaço literário, no qual se travam as maiores disputas de José Costa.

Assim, meio de dentro, meio de fora, isto é, alguém que chega nesse espaço já com as credenciais da MPB, Chico Buarque o reconstrói em Budapeste, jogando com as suas ambiguidades. Estão ali, nesse romance, não “a mediocridade e os preconceitos oligárquicos de seu narrador” [de *Leite derramado*] (Schwarz, 2012, p. 146), mas as identidades de um escritor contemporâneo, resultante do quase-anonimato de uma literatura que se deseja para poucos, da qual José Costa se apresenta como um defensor e dentro da qual ele disputa por reconhecimento e pela indústria cultural; porém, no caso, um fragmento dessa indústria, que se vale de uma arte e de um estilo de vida à margem, um mundo reduzido de leitores e críticos que produzem e consomem produtos raros, metaforizado na cena de leitura que fecha o livro, mas, também, na cena inicial deste ensaio, em que se trata da construção de *Leite derramado*, cujo embrião é um texto crítico de circulação restrita. A defesa da autoria e da literatura pura, paradoxalmente, por meio da posição do ghostwriter ao longo do romance e com ênfase nas duas últimas páginas, pode ser a encenação de quem quer ter a última palavra e advoga em causa própria, mas que é, ao mesmo tempo, repleto de contradições.

Assim como a narrativa de *Dom Casmurro* dá um depoimento inesperado sobre o próprio narrador (Schwarz, 1991, p. 87)²³, em Budapeste, apesar dos esforços para convencer de que ele, José Costa, é exemplo de uma “arte pela arte” que chega ao pico da renúncia à autoria, Buarque deposita, com sutileza machadiana, aqui e acolá, pecadilhos a que o narrador se permite, porém que, aos olhos do leitor, não serão pequenos, pelo contrário, comprometem severamente a estrutura armada de sua autoimagem. Diante de elogios, se “aguentava firme” apenas para colher, em seguida, os louros da “vaidade de ser um criador discreto” (Buarque, 2003, p. 18), e não escapa nem mesmo do ônus dos maus comportamentos que tamanha vaidade contida acaba por extravasar contra os outros²⁴. Desse mal sofre menos Bentinho, que nem mesmo seus ciúmes se esforçava por esconder de Capitu ou do leitor. Apetece-lhe mais a admiração que a “honestidade” (ampolas aspas) de seu relato possa lhe angariar: dá o título com seu nome/apelido, a obra é ele. Costa, por sua vez, segue rijo em sua determinação, sendo desmascarado contra sua vontade em consequência de suas aventuras em Budapeste. Ato final, e ironicamente, rende-se à glória de um livro de que não era dele a autoria.

Ainda, caso se leia José Costa como esse personagem-escritor em crise, vivendo de uma atividade também em crise, daremos um encaminhamento diverso para o personagem Benjamin que, como o Rubião de *Quincas Borba*, é um peixe fora d’água, um sujeito que vive em um universo que não é mais o seu e no qual não sabe se portar. Como o escritor, ele também é uma figura de outro tempo, que vive de trabalhos secundários, os quais não consegue executar muito bem, como os comerciais televisivos nos quais precisa falar, ele que nunca falou, pois na fotografia era a imagem que falava por ele – imagem essa que o tempo

²³ SCHWARZ, Roberto. A poesia envenenada de Dom Casmurro. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, n. 29, mar. 1991, p. 85-97.

²⁴ “Com isso, a vaidade em mim se acumulava, me tornava forte e bonito, e me levava a brigar com a telefonista e a chamar o office boy de burro, e me arruinava o casamento” (Buarque, 2003, p. 18).

deteriora e que o remete eternamente a um passado cheio de fantasmas que, como o Casmurro, ele não cansa de mirar²⁵.

Referências

- ASSIS, Machado de. Quincas Borba. In: ASSIS, Machado. *Obra Completa*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1971, vol. I.
- ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. 2. ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BUARQUE, Chico. *Budapest*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- BUARQUE, Chico. *Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- BUARQUE, Chico. *Leite Derramado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- CALDWELL, Hellen. *O Otelo brasileiro de Machado de Assis: um estudo de Dom Casmurro*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.
- CANDIDO, Antonio. *Esquema de Machado de Assis*. In: *Vários escritos*. 3. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- FONSECA, Maria Augusta. Budapest de Chico Buarque: poétique et misère de la littérature. In: OLIVIERI-GODET, Rita; HOSSNE, Andrea (org.). *La littérature brésilienne contemporaine*. 1^{ère} ed. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, v. 1, p. 43-60.
- MELLO, Jefferson Agostini. Artes da conspiração: figurações do intelectual em Um crime delicado de Sérgio Sant'Anna. *Teresa - revista de literatura brasileira*, São Paulo, n. 10/11, p. 251-267, 2012.
- MORAES, Reinaldo. 'Leite derramado', memórias quase póstumas de Chico Buarque. In. *Jornal do Brasil*, 28 mar. 2009. Disponível em: <<https://www.jb.com.br/cultura/noticias/2009/03/28/leite-derramado-memorias-quase-postumas-de-chico-buarque.html>>. Acesso em: ago. 2024.

²⁵ Em análise do conto “O espelho”, de Machado de Assis, Antonio Cândido (1995) argumenta que a força ali “vem da utilização admirável da farda simbólica e do espelho monumental no deserto da fazenda abandonada, construindo uma espécie de alegoria moderna das divisões da personalidade e da relatividade do ser”. Visto nas entrelinhas, o lugar do escritor contemporâneo, ou pós-moderno - que vive em um espaço social em que a literatura já se torna uma imagem distante, um espelho embaçado - é mais precário que o do jovem alferes do conto.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RUFINONI, Simone Rossinetti. A ponta do chicote. ALEA, Rio de Janeiro, vol. 24/1, p. 137-153, jan.-abr. 2022.

SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: *Uma literatura nos trópicos*. Recife: Cepe, 2019.

SCHWARZ, Roberto. A poesia envenenada de Dom Casmurro. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 29, mar. 1991, p. 85-97.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. 4. ed. São Paulo: Duas Cidades, 2000.

SCHWARZ, Roberto. Cetim laranja sobre fundo escuro. In: *Martinha versus Lucrécia: ensaios e entrevistas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WISNIK, Miguel (Mikhail, Z.). O autor do livro (não) sou eu. *Teresa revista de literatura brasileira*, São Paulo, n. 4/5, p. 394-397, 2004.

